

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ARTE E
HISTÓRIA DA CULTURA

CARLOS AUGUSTO KEFFER FRANCO NETTO

O DONO DO NADA

Valoração Moral do Homem-Empresa e Vivência Temporal Precarizada
no Capitalismo Flexível-Financeiro-Informacional

São Paulo
2022

CARLOS AUGUSTO KEFFER FRANCO NETTO

O DONO DO NADA

Valoração Moral do Homem-Empresa e Vivência Temporal Precarizada
no Capitalismo Flexível-Financeiro-Informacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Patriota Ramos

São Paulo
2022

Ficha Catalográfica

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Mackenzie
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N472d Netto, Carlos Augusto Keffer Franco
O DONO DO NADA : VALORAÇÃO MORAL DO HOMEM-EMPRESA E
VIVÊNCIA TEMPORAL PRECARIZADA [recurso eletrônico] / Carlos
Augusto Keffer Franco - Netto.
5000 KB ; il.

Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) -
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.
Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Rosangela Patriota Ramos
Referências Bibliográficas: f. 101 -105

1. Capitalismo. 2. ética do Trabalho. 3. Ideologia. 4. Subjetividade.
5. Individualismo. 6. Precarização. I. Ramos, Rosangela Patriota,
orientador(a).II. Título.

Bibliotecário Responsável: Paola Alessandra r. D'amato - CRB 8/6271

CARLOS AUGUSTO KEFFER FRANCO NETTO

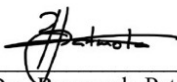
O DONO DO NADA

Valoração Moral do Homem-Empresa e Vivência Temporal Precarizada
no Capitalismo Flexível-Financeiro-Informacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 17 de fevereiro de 2022.

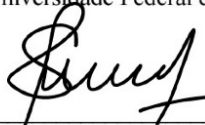
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Rosangela Patriota Ramos
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Alcides Freire Ramos
Universidade Federal de Uberlândia



Prof. Dr. Sergio Ribeiro Santos
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Dedico esta pesquisa de mestrado ao Ricardo Schetty, meu porto seguro na longa jornada da vida. A ti, meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos especiais à minha orientadora Profa. Dra. Rosangela Patriota Ramos, por compartilhar de forma tão generosa seu extraordinário conhecimento cultural e sua profunda sensibilidade da condição humana, que me acompanharam neste processo de aprendizagem e de transformação pessoal.

Ao Prof. Dr. Alcides Freire Ramos e ao Prof. Dr. Sérgio Ribeiro Santos, meus sinceros agradecimentos pelas valiosas considerações que iluminaram as recônditas passagens de meu caminho ao trazerem novas perspectivas de abordagem.

À Profa. Dra. Rosana Schwartz, pela sua receptividade e escuta às minhas inquietações.

À Universidade Presbiteriana Mackenzie agradeço por ter me acolhido e proporcionado uma ampla visão interdisciplinar dos processos culturais através de seus renomados professores.

O culto à privacidade e à autonomia individual cumpre a função dupla de proteger objetivamente a ordem estabelecida contra a contestação pela raça e de prover subjetivamente uma realização espúria em um retraimento escapista para dentro do indivíduo isolado e impotente, que é mistificado pelos mecanismos da sociedade capitalista que o manipulam. (István Mészáros)

RESUMO

Esta pesquisa investiga a estruturação de justificativas morais de engajamento social ao capitalismo flexível-financeiro-informacional através de estratos históricos que se superpõem e se renovam, bem como sua expressão em produção cinematográfica recente, estabelecendo a interdisciplinaridade entre filosofia, historiografia, sociologia e arte. Para esta investigação, analisamos o modelo de engajamento do empreendedor-de-si-mesmo, mobilizada por um conjunto de valores, o *homo economicus* senhor de suas potencialidades, sujeito racional de seu próprio interesse que busca maximizar seus investimentos em um ambiente de risco. Modelo de conduta lapidado a partir de conflitos sociais entre governantes e governados em 1968, encontrando em suas justificativas morais de engajamento social restos de valores de outras épocas, revistos e reeditados em novas roupagens. A promoção da obediência é investigada por meio de seus estratos históricos, revelando a relação primordial entre credores e devedores e seu processo secular de internalização psíquica. O desenvolvimento do individualismo, desde o cristianismo primitivo até sua emancipação enquanto categoria econômica, a partir do século XVII, bem como seu triunfo em nossa época, é também pesquisado, enquanto elemento-chave para a compreensão da subjetividade neoliberal. A crítica ao modelo de conduta do *homo economicus* com o advento da crise financeira de 2008 é analisada em confronto com a vivência temporal precarizada do empreendedor-de-si-mesmo, tal qual dramatizada no filme *Sorry We Missed You* do diretor britânico Kenneth Loach, revelando o empobrecimento da experiência temporal em um contexto de destruição de direitos trabalhistas, desregulação crescente, aumento de informalidade, trabalho intermitente e uso extensivo de dispositivos de controle tecnológico de performance. Trata-se de uma nova morfologia do trabalho marcada pela promoção permanente da insegurança e do medo que se traduz no encolhimento do espaço de experiências e horizonte de expectativas. Vivemos sob a crise da subjetividade neoliberal em que seus paradoxos têm sido amplificados. Esta pesquisa sugere a emergência da imagética empobrecida do ser humano calculista de suas dívidas e de sua própria miséria, sacrificado sob as garras do capital: o *homo economicus precario*, ou o dono do nada, nômade errante arremessado ao presente perpétuo em seu vazio existencial.

Palavras-chave: Capitalismo. Ética do Trabalho. Ideologia. Subjetividade. Individualismo. Precarização.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the structuring of moral justifications for social engagement in the flexible-financial-informational capitalism through historical strata that overlap and renew themselves, as well as its expression in the recent film production, establishing the interdisciplinarity between philosophy, historiography, sociology and art. For this investigation, we analyse the engagement model of the entrepreneur as mobilized by a set of ideas and values, the *homo economicus* lord of his potential, a rational subject of his own interest that seeks to maximize his investments in a risky environment. Model of conduct lapidated from social conflicts among rulers and ruled in 1968, finding its moral justifications for social engagement reminiscences of values from other times, revised and reedited. The promotion of obedience is investigated through its historical strata, revealing the primordial relationship between creditors and debtors and his secular process of psychic internalization. The development of individualism, from early Christianity until its emancipation as an economic category from the 17th century onwards, as well as its triumph in our time, is also investigated as a key-element to understanding neoliberal subjectivity. The critic to this ideal model under the financial crisis of 2008 seeks to be developed against the precarious temporal experience of the self-entrepreneur as dramatized in the film *Sorry We Missed You* by british director Kenneth Loach, revealing the impoverishment of the temporal experience in a context of destruction of labor rights, incrising dysregulation, spread informality, intermittent work and extensive use of technological performance control devices. It is a new morphology of work marked by the permanent promotion of insecurity and fear that translates into the shrinking of the space of experiences and horizon of expectations. We live under the crisis of neoliberal subjectivity, in which its paradoxes have been amplified. This research suggests the emergence of a impoverished imagery of the calculating man of his debts and of his own misery, sacrificed under the claws of capital: the *homo economicus precario*, or the owner of nothing, a wandering nomad thrust into the perpetual present in its existential emptiness.

Key-words: Capitalism. Work Ethics. Ideology. Subjectivity. Individualism. Precariouness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – ESTRATOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	26
1.1 Valoração do Trabalho na Antiguidade	27
1.2 Poder Pastoral Cristão na Idade Média	29
1.3 Sobre a Servidão Voluntária	31
1.4 Genealogia da Moral – Contribuições para o Sentido de Obrigação	32
1.5 Medição do Tempo – A Difusão do Relógio	34
1.6 Valorização do Trabalho na Era Moderna	35
1.7 Modelo Ideal do <i>Homo Faber</i>	38
1.8 Cercamento e Sujeição ao Capital.....	39
1.9 A Nova Economia Moral Burguesa	41
1.10 Nova Experiência Temporal na Modernidade	44
1.11 Ética do Trabalho e a Disciplina do Tempo.....	46
1.12 Resistência dos Trabalhadores e a Breve Social Democracia.....	49
CAPÍTULO II – A NOVA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO	54
2.1 Crítica e Incorporação de Valores – 1968.....	55
2.2 Nas Garras do Neoliberalismo	58
2.3 Trabalho e Justificativas Morais	61
2.4 Homem-empresa-de-si-mesmo	64
CAPÍTULO III – TEMPO DE TRABALHO PRECARIZADO UBERIZAÇÃO EM <i>SORRY WE MISSED YOU</i> (KENNETH LOACH, 2019)	69
3.1 Direitos Trabalhistas, Você Não Está Aqui	71
3.2 Precarização do Trabalho, Precarização da Vida.....	74
3.3 Empobrecimento do Espaço de Experiências	77
3.4 Triunfo do Individualismo	79
3.5 Fatalismo, Apatia e Naturalização da Opressão.....	81
3.6 Homo Economicus Precario.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

Como se estrutura um sistema de valores para fundamentar vantagens e servidões em um determinado regime? De que forma justificativas morais e temporais são capazes de produzir o engajamento de trabalhadores a um regime desigual? Como a representação cinematográfica atual pode nos ajudar a refletir sobre a moral dominante, o trabalho e a qualidade da experiência temporal vivenciada? Qual subjetividade emerge destas contradições?

Esta dissertação nasce do desejo de investigar estas questões e contribuir com novas reflexões acerca das vicissitudes do ser social. Busca assim, dito em outras palavras, compreender de que forma um determinado sistema de valores dominantes produz justificativas morais e temporais capazes de mobilizar os trabalhadores e de como este processo nos revela uma específica subjetividade e de que forma é retratado no cinema. O recorte utilizado aqui é a crença compartilhada entre trabalhadores assalariados no espírito do empreendedorismo no capitalismo flexível-financeiro-informacional tal qual dramatizada em recente produção cinematográfica. É da intersecção destes temas complexos, que envolvem o trabalho e a moral dominante, que buscamos desvelar a experiência temporal de uma época.

Enquanto categoria fundante do ser social, conforme definido por Gyorgy Lukács, o trabalho é o tipo de atividade humana ao qual nos dedicamos para compreender as ressignificações de narrativas morais e seus deslocamentos temporais. Desta forma, tomamos o trabalho como processo libertador do ser social. Trata-se de atividade criativa de idealização e realização de transformações junto ao meio, *práxis* cujos pores teleológicos engendram o desenvolvimento subsequente de novos pores de maior complexidade, como sintetizado por Lukács em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social*. Transformando a natureza, o ser humano se transforma e expande suas potencialidades.

O trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para tornar-se (devir) homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 2012, p. 348).

O esforço humano sempre esteve presente na história, através da intervenção de homens e mulheres junto à natureza como forma de sobrevivência e aprendizado, para o atendimento de suas necessidades e de seu grupo social. Através da construção de artefatos, uso do solo, caça e domesticação de animais, o ser humano tornou o labor parte importante de sua vida,

sendo esta relação intermediada em diferentes instâncias pela comunidade, incorporada por sua centralidade à vida social e merecedora de sentido e valoração. Para isso a aprendizagem, a experiência e a abstração do tempo seriam desde sempre necessárias, orientando o ser humano no domínio da natureza e regulando a sua coexistência social. Através do trabalho, da interação com o ecossistema, homens e mulheres passaram a compreender melhor o meio que os cercavam e, com ele, desenvolveram suas habilidades.

Conforme os agrupamentos humanos se formavam e aumentavam, relações sociais mais complexas se instituíam no interior das comunidades. A produção e a distribuição de bens para atender às necessidades destes grupos faziam parte de um complexo sistema de relações sociais que envolviam normas, obrigações e reciprocidade.

A experiência temporal ganharia novos matizes, sendo cada vez menos impactada pela natureza e mais pelas relações de forças sociais em suas adversidades. Modos de produção que se sucederam impactariam fortemente na determinação temporal de cada época. O labor passaria a sincronizar ritmos de vida e a estabelecer uma rudimentar divisão do trabalho baseada no gênero e na idade para a produção de alimentos e vestuário. Estes produtos criados pelo trabalho humano se constituiriam simplesmente enquanto valor de uso, “material natural adaptado às necessidades humanas por meio de modificações em sua forma”, como expressara Karl Marx em sua obra seminal *O Capital*, sendo consumidos pelos próprios integrantes destes grupos. Entretanto, com o desenvolvimento na Era Moderna de uma economia baseada na exploração humana, a partir da produção e troca de mercadorias, principalmente com o advento da manufatura e da divisão do trabalho, a exploração do homem pelo homem se consagraria como mola propulsora do capital. Força de trabalho tornada mercadoria e que receberia seu preço enquanto salário. A valorização ou a desvalorização nesta longa trajetória de tipos específicos de trabalho, seja manual ou intelectual, seja mais ou menos elaborado, receberia diferentes matizes conforme se acentuaram disputas de ideias e valores entre grupos dominantes em contextos específicos.

Vivemos em um contexto histórico moldado por estratos de outros tempos, renovado por suas próprias inquietações em um embate dinâmico de discursos e práticas que envolve aspirações e justificativas morais de diferentes elites e grupos sociais. Tempos passados são como estratos geológicos que se sobrepõem de forma dinâmica, como elaborado por Reinhart Koselleck em sua obra *Estratos do Tempo*, estratos que se deslocam e se fazem presentes em tempos futuros com maior ou menor intensidade, atuando simultaneamente e tendo ritmos próprios. As experiências e expectativas de cada época são carregadas de elementos de outros tempos. Épocas passadas não podem ser excluídas na compreensão de novas épocas temporais.

Temos assim o fenômeno da contemporaneidade do não contemporâneo. São muitos estratos de tempos passados que se aglomeram de forma simultânea no presente. Neste contexto, princípios morais e condutas transformam-se, mesclam-se a novos ideais, ressurgem em novas configurações. A vida em sociedade é este constante processo de ressignificações de crenças e valores que estruturam a convivência de agrupamentos humanos, privilegiam poucos e estão sujeitas à contestação e lutas internas. Discordâncias de ideias estão presentes nesta arena de tensões e acomodações e se renovam de tempos em tempos.

Cabem aos regimes político-ideológicos em vigência buscar respostas a estes conflitos para a própria sobrevivência de suas elites, estabelecendo legitimidade em discursos e práticas discriminatórias que justifiquem desigualdades sociais, bem como regras e limites jurídicos que definam direitos e deveres de cada indivíduo. O controle do tempo, regulado no alvorecer da humanidade por sacerdotes, tornou-se domínio de reis e um monopólio do Estado no decorrer dos séculos. Pode-se afirmar que este processo revelou crescente coerção exercida de fora para dentro na instituição social do tempo, por meio de um sistema de autodisciplina que abarcou toda a vida do indivíduo e parte significativa de seu *habitus* social.

Desde o despontar da sociedade, enquanto emaranhado de agrupamentos humanos, sempre existiram regimes desigualitários construídos sobre um conjunto de ideias e valores que o justificassem moralmente. Assim como legitimassem o papel central do trabalho humano para a reprodução de estruturas e sistemas sociais. Isto é visível nas sociedades ternárias (formadas por clero, nobreza e terceiro Estado) e nas sociedades liberais proprietaristas dos séculos XVIII e XIX, nas sociedades comunistas ou na social democracia do século XX. Todos estes regimes sempre buscaram a estabilidade social a partir de políticas, instituições, discursos e práticas que justificassem desigualdades sociais e econômicas, formando em cada época uma específica representação social do trabalho regida por determinadas temporalidades, aceitas e compartilhadas por amplas camadas sociais para manutenção da ordem estabelecida.

Economia Moral dos Oprimidos

Quando tratamos de questões morais e determinações temporais que envolvem agrupamentos humanos é importante realizarmos algumas considerações acerca de uma lógica própria das comunidades de subsistência relacionada a virtudes compartilhadas e arraigadas por séculos. Estas questões morais atravessam gerações e se mantêm duradouras mesmo sob a influência de determinações morais e temporais que fazem parte de uma estratégia de poder das elites dominantes.

Cabe salientar que o escopo desta investigação está centrado em justificativas morais de opressão que, com o passar do tempo, foram aceitas por significativas camadas da população, não sem oposição. A história nos mostra diversas resistências a este processo de dominação que são citadas adiante, como as revoltas de escravos e servos, bem como a recusa à disciplina do tempo no trabalho das manufaturas e fábricas. Entretanto, estes processos de dominação moral e temporal conviveram com uma economia ética própria dos oprimidos.

A economia moral da multidão, termo cunhado por Edward Thompson, enquanto “visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais”, nos revela, por exemplo, os valores rurais e a resistência dos camponeses à nova economia que se desenhava na Europa em sua transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Seus estudos remontam a este período, mas sugerem que já existiam em épocas anteriores, nas profundezas da Idade Média, e que escapavam inclusive ao jugo de determinações morais e temporais cristãs.

Valores tradicionais e conservadores de uma economia de subsistência eram compartilhados e, muitas vezes, legitimados pelos poderes locais contra os avanços de novas justificativas morais de opressão, como seria o caso da nova economia de mercado e sua moral desenvolvida sob os auspícios do capitalismo nascente, do qual tratamos adiante. Os estudos de Thompson remontam à Inglaterra dos primórdios da Era Moderna para revelar uma política social de abastecimento e uma preocupação com os desvalidos. Uma série de regras eram seguidas para que alimentos de primeira necessidade, como cereais, não fossem armazenados para posterior especulação, ou comercializados em outras regiões em momentos de escassez. A colheita era levada para ser comercializada em praças públicas e ao toque do primeiro sino os pobres logravam realizar suas compras em pequenas quantidades. Somente ao toque do segundo sino a venda era efetuada para intermediários ou comerciantes. Ainda assim a cultura popular não via com bons olhos os intermediários, que eram vistos como mercadores não autorizados que especulavam sobre a venda dos produtos.

A multidão defendia o bem-estar comum e resistia à elevação de preços, e em épocas de carestia lutava abertamente por valores justos dos alimentos, contando muitas vezes com o apoio do poder local que assegurava o consenso. Defendiam direitos e costumes tradicionais, encontrando apoio na tradição paternalista das autoridades, apesar de rompê-la em determinados momentos com a revolta explícita, enquanto ética da ação coletiva direta em momentos de privação. Pois a tradição paternalista (calcada nas obrigações do proprietário rural para com os camponeses) exigia obediência, e as revoltas eram vistas negativamente como desrespeito e provocação aos deuses, que já haviam enviado a escassez como castigo. Ainda

assim, esta tradição era eventualmente rompida em situações específicas e reflexo de valores arraigados de solidariedade. A solidariedade era um aspecto relevante da economia moral dos oprimidos, assim como as sanções comunitárias evocadas para regular os mercados. Também fazia parte desta economia moral expressivos componentes religiosos e mágicos.

Desta feita, é importante salientar que novas justificativas morais de opressão, como a moral individualista que envolvia a economia de mercado da qual tratamos adiante, somente gradativamente se impregnou no tecido social, encontrando resistências perenes. A memória popular manteve traços desta economia moral tradicional, tendo inclusive elementos seus incorporados nos novos sistemas de justificativas morais sob o liberalismo, como vemos com a desvirtuação do bem-comum. De qualquer forma, a economia moral dos oprimidos viria a desmoronar após sucessivos ataques sofridos por uma nova economia moral utilitarista que se sedimentava com os avanços da lógica do capital. Como bem cita Thompson em seu clássico ensaio *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*.

O avanço da nova economia política foi também o colapso da antiga economia moral das provisões. Depois das guerras napoleônicas, o que dela restou foi apenas a caridade. A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer: é adotada pelas primeiras cooperativas de moinhos de farinha, por alguns socialistas owenitas, e continuou a existir durante anos nas entranhas da Sociedade Cooperativa de Vendas por Atacado. Um sintoma de morte definitiva é termos sido capazes de aceitar por tanto tempo um ponto de vista ‘economicista’ dos motins da fome, como uma reação direta, espasmódica, irracional à fome – um ponto de vista, em si, produto de uma economia política que fez do salário o nexo das reciprocidades humanas (THOMPSON, 2017, p.202).

Neste estudo ampliamos o conceito de economia moral de Thompson, inicialmente restrito a resistência de valores arraigados junto aos camponeses, para emprega-lo em referência a outros sistemas econômicos de produção e distribuição de bens calcados em valores compartilhados socialmente, como no caso em que trataremos da economia moral burguesa. A economia moral refere-se a normas e práticas sociais calcadas em pressupostos morais que legitimam as trocas e reciprocidades, bem como especificamente a valoração do trabalho.

Referenciais de Periodização e Determinação Temporal

Para nos guiarmos nesta investigação, cabe esclarecer que o referencial sobre a datação de regimes históricos baseia-se nos escritos de Thomas Piketty, especificamente em sua obra *Capital e Ideologia*. Tomamos como regime, tal qual descreve Piketty, o “conjunto das regras que descrevem os contornos da comunidade e do seu território, dos mecanismos que permitem que decisões coletivas sejam tomadas dentro dela e dos direitos políticos de seus membros”

(PIKETTY, 2020, p.14). A datação se refere ao estabelecimento de regimes preponderantes na história ocidental desde a Antiguidade e procura ser esclarecida conforme são citadas no decorrer desta investigação. Importante ressaltar que a pesquisa de nossa época está centrada na representação social do trabalho e suas justificativas morais sob o regime liberal neoproprietarista, a partir das economias centrais do capitalismo flexível-financeiro-informacional neste século XXI.

Cabe esclarecer também que o referencial sobre determinação temporal segue os estudos de Reinhart Koselleck apresentados na obra *Estratos do Tempo* e de forma mais detalhada na obra *Passado Futuro*. Utiliza-se aqui dois conceitos-chave desenvolvidos pelo pensador, o de espaço de experiências e horizonte de expectativas. Trata-se de conceitos dinâmicos que interligam passado e futuro, experiência e expectativa, memória e esperança para melhor compreensão da representação do trabalho em um dado momento histórico e a experiência temporal vivenciada. O espaço de experiências revela território dinâmico onde valores do passado são trazidos para a experiência presente. Acontecimentos passados são reelaborados por meio de um conjunto de ideias e valores e incorporados socialmente. São muitos estratos de tempos passados que se aglomeram de forma simultânea no presente. Os horizontes de expectativas tratam de um futuro presente, voltado para o não experimentado, para o que pode apenas ser imaginado, previsto ou até mesmo revisto. Envolve sentimentos como medo, esperança, inquietude e curiosidade. É da tensão entre estes dois campos que nos servimos para melhor compreensão da representação social do trabalho.

Esta investigação procura assim desvelar estratos antigos da representação social do trabalho presentes nos dias atuais, que ora se perpetuam, ora se mesclam ou ora se reconstruem a partir de novos elementos, como estratos geológicos que se deslocam e se sobrepõem, bem como novas configurações que se apresentam. Procura responder algumas questões: quais são as ideias e valores que legitimam a representação social do trabalho nos dias de hoje? Quais são as determinações temporais desta representação? Estarão presentes no regime atual restos de justificativas morais de outros regimes, apresentados em novas vestimentas sob outra nomenclatura? Quais são as forças sociais que se digladiam nesta arena? Como se sustentam narrativas de exploração em um regime tão desigual como o nosso, marcado por forte concentração de riqueza e desigualdade social?

Sistema de Ideias e Valores Dominantes

Por se tratar de um termo recorrente desta pesquisa, torna-se necessário expor como articulamos o conceito **sistema de ideias e valores dominantes**. Tomamos por sistema de

ideias e valores dominantes “o conjunto de ideias e valores — ou representações — comuns em uma sociedade ou correntes em dado meio social” (DUMONT, 2000, p.29), ou seja, um conjunto social de representações, de crenças compartilhadas, legitimadas com o passar dos tempos em instituições e cultivada através de práticas sociais que orientam a ação das pessoas. Vale ressaltar que a construção de consensos se forma pelos conflitos entre governantes e governados, se solidificando gradativamente no tecido social a partir de um jogo de forças desiguais. O sistema de ideias e valores dominantes não é estanque, se renova constantemente à luz das críticas e tensões sociais, em processos de incorporação e ressignificação. O sistema de ideias e valores dominantes não exclui a contradição e o conflito, sendo costurado por séculos neste intrincado jogo de vantagens e servidões.

O pensamento de Louis Dumont é compartilhado por Luc Boltansky e Ève Chiapello na abertura de *O Novo Espírito do Capitalismo*, bem como por Thomas Piketty na introdução de *Capital e Ideologia*. Acompanhamos estes autores em relação ao conjunto de crenças compartilhadas que sustentam uma moral dominante, o “espírito da época”, propiciando o engajamento necessário para sua reprodução social. Entretanto, o antropólogo Dumont deixa claro que em seus estudos de culturas “é importante extrair as principais linhas de força, e mesmo o traço predominante, que como Marx se referia aos traços econômicos, é como o éter que tinge a cena” (DUMONT, 2000, p.31).

Procuramos observar neste estudo o imbricamento de fatores econômicos, políticos e sociais na produção de crenças compartilhadas, todavia, damos relevância aos aspectos econômicos em contextos específicos, como traço predominante da formação social capitalista, ao qual contamos com a contribuição de Karl Marx, Gyorgy Lukács e István Mészáros para o entendimento dos processos de alienação, reificação e estranhamento. Acerca do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, seguimos o pensamento de Lukács, que nos serve como norte na busca do trabalho autêntico e autodeterminado. Seguimos Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud acerca de importantes considerações sobre a genealogia da moral e sua presença perene em nosso inconsciente. Para a compreensão da grande transformação ocorrida a partir da supremacia da economia de mercado e sua moral própria, a necessidade de regulação e as resistências a este processo, nos orientamos pelo estudo de Karl Polanyi. Em relação à produção da subjetividade neoliberal e sua interface entre o indivíduo e o poder nos guiamos pelo pensamento de Michel Foucault, Christian Laval e Maurizio Lazzarato. As determinações temporais promovidas por específicos sistemas de ideias e valores dominantes seguem os conceitos de Reinhart Koselleck e François Hartog, detalhadas no decorrer desta dissertação. Para uma análise precisa da nova morfologia do trabalho neste século XXI contamos com os

compêndios organizados por Ricardo Antunes. De forma ampla, nossa pesquisa bibliográfica procura ser interdisciplinar, conversando com diversos autores de correntes variadas para a compreensão dos processos de engajamento a uma economia moral do trabalho e as subjetividades nela produzidas, como encontradas também nas reflexões de Hesíodo, Platão, La Boétie, John Locke, Adam Smith, Max Weber, Hannah Arendt, Edward Thompson, David Harvey, Richard Sennett e Zygmund Bauman. Com isto, procuramos formar um consistente documento acerca da economia moral do trabalho e sua determinação temporal.

A reprodução da ordem social exige renovadas justificativas morais para o necessário engajamento social, transmitidas por instituições que buscam regular a conduta social e a orientação temporal, como as instituições religiosas, políticas, jurídicas e educacionais. O sistema de ideias e valores dominantes se expressa, portanto, como entrelaçamento de crenças compartilhadas de diferentes grupos sociais em relação a determinadas conjunturas específicas, como explicitado por Boltanski e Chiapello em relação ao próprio espírito do capitalismo, mais à frente analisado.

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão de um estilo de vida, em sentido favorável a ordem capitalista. Nesse caso, pode-se falar de ideologia dominante, contanto que se renuncie a ver nela apenas um subterfúgio dos dominadores para garantir o consentimento dos dominados e que se reconheça que a maioria dos participantes no processo, tanto os fortes como os fracos, apoia-se nos mesmos esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem na qual estão mergulhados (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p.42).

Estratos da Representação Social do Trabalho

O primeiro capítulo desta dissertação procura compreender estratos de justificativas morais de longa e média duração para o engajamento social e de como o labor teve sua representação social impactada neste contexto. Procura compreender relações milenares desiguais entre credores e devedores que sustentam até nossos dias uma obrigação moral e de culpa, a partir dos estudos de Nietzsche, La Boétie e Freud, bem como os desdobramentos do individualismo a partir do poder pastoral cristão primitivo e da emancipação da categoria econômica a partir do século XVII, exacerbado nos dias atuais, tendo por base os escritos de Dumont e Foucault.

A Grécia Antiga apresentou em sua história valorações positivas e negativas da representação social do trabalho. Os escritos do poeta grego Hesíodo em seu clássico, *Os*

Trabalhos e os Dias, que datam do século VIII antes de Cristo, revelam a importância do trabalho para a dignificação humana. Este período foi vivenciado por comunidades agrárias e pouco estruturadas. Entretanto, com o estabelecimento do modo de produção escravista e uma sociedade de castas definidas, que se consagraria no século V antes de Cristo, assistimos a uma mudança de paradigma. Nesta sociedade aristocrática as justificativas morais de desigualdades se fizeram presentes. O trabalho relacionado ao atendimento de necessidades básicas passa a ser inferiorizado em uma hierarquia de aptidões, que podem ser observados nos escritos de Platão e sua teoria tripartite da alma humana. Esta se estruturava a partir da alma apetitiva, que apesar de sua virtude de temperança era considerada hierarquicamente inferior, para depois atingir a alma colérica em sua virtude de coragem e, enfim, a alma racional com sua virtude de sabedoria. A alma apetitiva estava relacionada aos agricultores, aos artesãos e aos escravos presos aos grilhões nas sombras da gruta, como referenciado por Platão em seu célebre mito da caverna. A alma colérica estava relacionada aos guerreiros, que efetuaram parte do caminho que leva do fundo da gruta à luz do Sol, enquanto a alma racional própria aos filósofos os capacitaram a atravessar a caverna e sair dela, vislumbrando o Sol e sendo capazes de governar a *pólis*.

Como bem descreve Hannah Arendt em seu célebre livro *A Condição Humana*, o *animal laborans*, enquanto ser que labuta nas plantações, junto aos rebanhos ou aos afazeres domésticos de seus amos (para sua sobrevivência ou para suprir as necessidades básicas de outros) era desvalorizado na sociedade antiga. Servo da natureza, o *animal laborans* nutria o processo da vida através de seu corpo e da ajuda de animais domésticos. O ciclo da natureza era preponderante para sincronizar atividades e ritmos de vida do *animal laborans*, em uma experiência temporal que abrigava poucas expectativas, sob um pensamento fatalista do porvir. Se o futuro não era valorizado, o era o passado. A tradição orientava os gregos em sua experiência temporal, tendo por referência os grandes feitos de homens exemplares. Desta feita, a tradição mantinha o valor de preservação da constância da natureza humana. Enquanto o labor humano era depreciado, assistimos à valorização na Grécia Antiga de práticas consideradas mais elevadas, como a retórica e o debate entre os cidadãos sobre os rumos da *pólis*.

Nos primeiros séculos da era cristã assim se manteve a experiência do labor diário, sendo depreciado por grupos dominantes que valorizavam a vida contemplativa com o discurso da salvação somente alcançada no pós-morte, além da vida terrena. O cristianismo instituiria a economia moral da obediência absoluta e permanente por meio de um poder pastoral individualizante, atuando sobre a consciência de cada um. A temporalidade se mantinha cíclica, em que tradições eram renovadas no futuro em uma estrutura estática. Narrativas que não

traziam muitas expectativas sobre a labuta diária, tanto no campo como nas vielas que iam surgindo. O trabalho combatia sim o ócio, a “oficina do diabo”, disciplinando os corpos. A valoração positiva do labor relacionado ao atendimento das necessidades básicas somente tomará corpo no final da Idade Média, como descrito por Piketty, detalhado no primeiro capítulo. Isto ocorre estrategicamente como forma de estabilizar tensões sociais, permitindo a sobrevivência das sociedades ternárias através do reconhecimento do terceiro Estado. Ainda assim, dentro de uma posição inferior em uma rígida estrutura hierárquica.

Em relação à experiência temporal, o alvorecer da Era Moderna assistiria a uma paulatina aceleração espaço-temporal com o despontar do mercantilismo, projeto de enriquecimento dos Estados segundo princípios comerciais e bélicos, sendo a fase de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. O mercantilismo extrairia riqueza impressionante das colônias por meio do trabalho escravo, propiciando a acumulação primitiva do capital, formada em conjunto aos cercamentos de terras na Europa, expulsando camponeses para as cidades-mercado. O mercantilismo, enquanto política do cálculo econômico, favoreceria o desenvolvimento da ciência, da corrida armamentista e do transporte marítimo, impactando sobremaneira o ritmo de vida das pessoas ao encurtar distâncias. Inovações tecnológicas nas formas de transporte foram uma das principais responsáveis pela emancipação do tempo em relação ao espaço. As distâncias tornaram-se gradativamente mais curtas, como com o advento das caravelas. A experiência da aceleração estaria no bojo da modernidade, tornando-se uma característica marcante dos novos tempos. Vale ressaltar que avanços tecnológicos ocorreram em outras épocas, mas as mudanças eram muito lentas, ao contrário da modernidade em que a aceleração é incorporada devido às enormes inovações tecnológicas associadas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, atreladas ao ideal de prosperidade. Consagrava-se a narrativa dominante de um futuro aberto de oportunidades e de novas descobertas em um novo tempo.

Desponta na Era Moderna o ideal de um novo sujeito, a imagética do *homo faber*, moldado sob impressionantes transformações políticas, econômicas e culturais de seu tempo: o ser humano que fabrica, que acredita nas inovações tecnológicas, que instrumentaliza o mundo. Produtor de objetos e construtor do artifício humano, tornou-se a expressão da confiança no progresso, de que tudo poderia ser reduzido ao princípio de utilidade, tornando os meios mais importantes que os fins. O processo se tornaria mais importante que o produto, sendo a produtividade reverenciada no altar da modernidade. O *homo faber* se destacaria como o senhor da terra, não mais o servo desta como o era o *animal laborans*. Capaz de dominar a natureza e

transformá-la, o *homo faber* revelou toda confiança na capacidade de transformação e construção de um novo mundo.

A emergência de uma nova moral burguesa, centrada na emancipação do indivíduo e na suposta competição equitativa, justificaria a exploração recíproca do homem pelo homem. A economia seria instrumentalizada, enquanto ciência autônoma, imparcial e objetiva para favorecer governantes e evitar conflitos de classe, conforme se desenvolvia o capitalismo. A política seria subsumida à teoria da supremacia econômica, o que viria a propiciar as condições para o surgimento da doutrina do liberalismo econômico. O trabalho seria sacralizado como primeira propriedade do ser humano livre do jugo da servidão feudal, sendo as demais propriedades decorrentes desta. Com o avanço do capitalismo industrial no século XIX, o pensamento utilitarista encontraria amplo campo de dominação, assegurando à burguesia as justificativas éticas para a instituição de códigos e práticas sociais que disciplinavam os ritmos e as vontades dos governados.

Princípios morais próprios do protestantismo foram sendo incorporados a uma ética burguesa do labor nos séculos XVIII e XIX, em que a dignificação do ser humano passou a ser consagrada pela sua dedicação a um trabalho sistemático, visto como cumprimento de vocação. Tais justificativas éticas são detalhadas na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* de Max Weber, que apresenta contribuições relevantes para a compreensão do engajamento social¹. A vocação se tornaria sinônimo de profissão. O estilo de vida ascético pregado por Lutero, enquanto conformação racional da existência orientada pela vontade de Deus, foi deslocado para uma vida destinada ao labor, em que o ganho do dinheiro se tornava habilidade e destreza. Tempo tornava-se sinônimo de dinheiro. A ética protestante veio reforçar a valorização do trabalho no presente, promovendo a eficiência e depreciando o desperdício do tempo. A salvação da alma humana, outrora colocada no cristianismo em um tempo futuro, passou gradativamente a se aproximar do presente com o incentivo ao trabalho persistente como instrumento de redenção.

¹ Cabe salientar que tratamos as justificativas morais e determinações temporais enquanto crenças compartilhadas, considerando sempre a relevância dos aspectos político-econômicos neste processo. Autores diversos e de correntes distintas, como Max Weber, trazem importante contribuição ao tema e enriquecem a discussão, sendo citados em temas específicos. Seguimos, em linhas gerais, a corrente de pensamento dos franceses Louis Dumont, Luc Boltanski, Ève Chiapello e Thomas Piketty acerca do sistema de valores compartilhados que justificam o engajamento à lógica do capital e que desta forma podem ser tratados como “o espírito do capitalismo”. Em Weber, os motivos éticos do espírito do capitalismo são estranhos em sua finalidade à lógica deste sistema econômico e suas desigualdades, entretanto, utilizamos seu pensamento na compreensão de que os indivíduos precisam de fortes razões morais para aliar-se à lógica do capital. Acompanhamos o pensamento dos franceses citados acerca da relevância dos fatores econômicos na formação social de regimes.

Os efeitos da divisão do trabalho nas manufaturas e fábricas propiciaram o aumento da produtividade, mas revelaram também sua face mais sombria. O trabalhador assalariado perdia o controle sobre seus próprios esforços e tornava-se alienado do processo de produção, sendo uma engrenagem de um sistema perverso. Travou-se uma batalha de ideias e valores para conformar as massas de trabalhadores explorados, que se sentiam presos em uma jaula de ferro. A resistência dos movimentos sindicais reorganizou as justificativas morais de engajamento ao trabalho, pelas narrativas que exaltavam a crença na prosperidade individual e nacional.

A insatisfação tornava-se crescente em um mundo que prometera liberdade e igualdade de oportunidades nos libelos da Revolução Francesa, mas que, na realidade, acentuava desigualdades ao nível das praticadas por antigos regimes absolutistas. O massacre da primeira grande guerra do século XX teria imenso impacto social, exigindo um consenso entre governantes e governados. Em um novo arranjo para conter os avanços destrutivos do capital despontaram as sociais democracias nas economias capitalistas centrais, oferecendo um pacto através do Estado de Bem-Estar Social. Rendimentos e patrimônios elevados foram taxados com impostos progressivos, bem como nacionalizações de empresas e segmentos estratégicos foram postas em prática, o que forneceria as condições para atender demandas de grande parte das populações. Direitos sociais e trabalhistas foram conquistados, como sistemas públicos de ensino universal, saúde e previdência. O trabalho assalariado seria valorizado como carreira de longo prazo, sendo o horizonte de expectativas ampliado com o planejamento da aposentadoria em economias que se mostravam estáveis. Entretanto, em seu cerne jazia a exploração gradativa do labor, pela crescente e profunda divisão do trabalho e da especialização de tarefas. O campo de experiências se empobrecia com a falta de autonomia em um processo de trabalho prescrito, hierarquizado e autoritário.

A Nova Representação Social do Trabalho

No capítulo dois nos debruçamos sobre as justificativas morais de engajamento ao trabalho no regime atual. O desenvolvimento de um novo sistema de valores seria profundamente impactado pela crise estrutural do capital dos anos 1970, colocando em xeque o modelo político-econômico da social democracia, como descreve Mészáros em *A Crise Estrutural do Capital* (2020). Seria do embate entre diversos grupos sociais que se estabeleceria um novo conjunto de crenças compartilhadas. Uma onda de políticas conservadoras se apresentou como resposta às próprias contradições no modo de produção capitalista, suas sucessivas crises econômicas e a competição crescente entre mercados globais. O chamado neoliberalismo promoveu tratados e acordos internacionais de livre comércio e de livre

circulação de capitais, desregulando mercados, promovendo a privatização e reduzindo impostos para as rendas mais altas. Ao mesmo tempo atuaria destruindo conquistas do Estado de Bem-Estar Social e especialmente da classe trabalhadora, enfraquecendo o poder de sindicatos e seu horizonte de expectativas.

Um conjunto de virtudes passaria a ser louvada neste novo regime. O trabalhador seria valorizado pelo seu próprio esforço racional e calculado, sendo recompensado por seu mérito ou pessoalmente punido por seu fracasso, através da promoção da autorresponsabilidade. Ressurge sob este regime o modelo de conduta ideal do *homo economicus*, tal qual descrito por Foucault² em *Nascimento da Biopolítica*. Trata-se do sujeito racional de seu próprio interesse, que capitaliza seus recursos em um mercado competitivo. O indivíduo como empresa de si mesmo, imagética presente por meio da narrativa da meritocracia que visa glorificar os vencedores e estigmatizar os perdedores por sua falta de diligência. Modelo positivo do empreendedor heroico, que calcula e corre riscos em um contexto de concorrência exacerbada.

Neste ambiente que passa a valorizar a flexibilidade e a autonomia se delinea o “novo espírito do capitalismo”, a partir do final do século XX, termo proposto por Boltanski e Chiapello. O antigo estilo fordista de rígido processo de produção e acumulação, que concentrava a produção total da mercadoria em fábricas com maquinários pesados e sólidos demais, foi sendo substituído pelo flexível modelo toyotista de produção *just-in-time* com desmembramento de cadeias produtivas.

O tempo veio a comprimir cada vez mais o espaço e acelerar o ritmo de vida dos trabalhadores, sob intensa compressão espaço-temporal (termo talhado por David Harvey em *Condição Pós-Moderna*), trazendo desorientação sobre suas tarefas. Avanços tecnológicos, como a *internet*, acesso global de dados e a revolução da mobilidade teriam profundo impacto. Em uma sociedade em que promessas são reiteradamente corrigidas, os indivíduos se veem obrigados a acelerar seus ritmos em face de abruptas transformações, vivenciando a instabilidade de expectativas. Posições de repouso foram sendo erodidas neste mercado flexível de aceleração de circulação de capital: colocar-se em estagnação se tornou sinônimo de retrocesso, em todas as dimensões da vida social e especificamente do trabalho. O agora

² As considerações de Foucault nos auxiliam na compreensão dos mecanismos de poder que engendram a produção de subjetividades. Seus estudos nos iluminam acerca de justificativas morais dominantes e engajamento social. Procuramos seguir nesta dissertação o embricamento de elementos econômicos, políticos e sociais na produção de valores compartilhados e para isto nos servimos do conhecimento de variados pensadores, entre eles Foucault, em contextos específicos.

capitalismo flexível-financeiro-informacional apresentaria sua face mais extremada, invadindo todos os campos da vida e parindo uma nova subjetividade.

Tempo de Trabalho Precarizado em *Sorry We Missed You*

Esta investigação nos leva a visualizar um conjunto de valores que sobrevaloriza o trabalho por meio de um discurso emancipatório, mas que paradoxalmente se apresenta precarizado em sua nova morfologia neste século XXI. Desta tensão emerge a vivência de uma nova temporalidade. Com isto, analisamos em recorte o empobrecimento da experiência temporal em um tipo de trabalho assalariado que tem se tornado característico do capitalismo flexível-financeiro-informacional neste século XXI: o trabalho assalariado no setor de entregas de mercadorias. Trata-se de atividade duramente atingida pela voracidade da acumulação do capital através da superexploração da mais-valia, desenvolvida com o objetivo do aumento de lucro das grandes corporações pela espoliação de trabalhadores.

Sempre houve na história da humanidade a presença do trabalho precarizado, mas impressiona nos dias atuais, em plena era digital, sua reconfiguração a níveis de exploração, espoliação e expropriação que remontam aos primórdios do capitalismo. Subjugação esta que havia sido enfrentada pelas lutas operárias no século XIX e XX e cujas conquistas estão sendo agora demolidas, em um ambiente flexível-financeiro-informacional. Com a intensificação da indústria 4.0, *internet* das coisas, máquinas robotizadas, plataformas algoritmizadas e demais avanços tecnológicos, temos o controle sobre o trabalhador cada vez mais avassalador e invasivo.

O terceiro capítulo desta dissertação procura assim investigar as nuances deste trabalho precarizado a partir da análise de uma obra cinematográfica, trazendo uma visão interdisciplinar que dialoga com a arte enquanto forma de expressão, revelando angústias contemporâneas sobre a questão da experiência temporal vivida, e por que não dizer, da miséria desta experiência. O filme *Sorry We Missed You* (traduzido como *Você Não Estava Aqui*) do diretor Kenneth Loach nos revela assim os meandros do trabalho assalariado precarizado em um serviço de entregas de mercadorias.

Desta feita, formamos um corpo de análise que revela como se desenvolve o empobrecimento da experiência temporal no capitalismo flexível-financeiro-informacional como resultado de reconfigurações sociais e processos históricos. O modelo ideal do *homo economicus*, o ser humano econômico, enquanto sujeito racional e calculador, vem sendo confrontado com a destrutiva máquina do irracionalismo econômico do capital. Sujeito à tirania de um ritmo de trabalho cada vez mais intenso e precarizado, cunhamos nesta dissertação o

termo *homo economicus precario*, para designar este homem calculista de suas dívidas e miséria, paradoxo deste novo sujeito que vive em conflito existencial na contemporaneidade, entre a ilusão e a realidade, visualizado como um apressado *hamster* correndo em uma roda que nunca para.

Vale notar como a percepção do tempo seria reconfigurada nesta sociedade acelerada de produção e consumo, definida por Bauman como modernidade líquida. Em entrevista concedida por e-mail à Karla Monteiro, do portal Globo.com, Bauman esclarece.

Na sociedade contemporânea, somos treinados desde a infância a viver com pressa. O mundo, como somos induzidos a acreditar, tornou-se um contêiner sem fundo de coisas a serem consumidas e aproveitadas. A arte de viver consiste em esticar o tempo além do limite para encaixar a maior quantidade possível de sensações excitantes no nosso dia-a-dia. Essas sensações vêm e vão. E desaparecem tão rapidamente quanto emergem, seguidas sempre de novas sensações a se perseguir. A pressa - e o vazio - é fruto disso, das oportunidades que não podemos perder. Elas são infinitas se acreditamos nelas. [...] Esse tempo da modernidade líquida gera ansiedade e a sensação de ter perdido algo. Não importa o quanto tentamos, nunca estaremos em dia com o que aparentemente nos é oferecido. Vivemos um tempo em que estamos constantemente correndo atrás. O que ninguém sabe é correndo atrás de quê. (BAUMAN, 2009).

O que nos levanta também a questão se não estaríamos vivenciando um novo regime temporal que impactaria profundamente a vivência do trabalho, regime este marcado pela percepção de um presente expandido, como descrevera François Hartog, em seu contundente livro *Regimes de Historicidade*. O ser humano estaria sufocado em um presente único e perpétuo que se reproduz em fluxos instantâneos e simultâneos, ao qual não parece haver escapatória. O *homo economicus precario* se encerraria assim em uma temporalidade presentista. “Um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo” (HARTOG, 2015, p.15). Presentismo este sujeito às suas próprias contradições, manipulações e desigualdades no campo das ideias e valores, uma vez que beneficia as classes dominantes e seus satélites que a sustentam com a promessa realizada do deslocamento rápido e consumo instantâneo, enquanto para a grande massa de trabalhadores precarizados resta a maldição de carregar as pedras de Sísifo para o resto de suas vidas, sem horizontes de expectativas.

CAPÍTULO I — ESTRATOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

Para uma melhor análise das justificativas morais do trabalho e seu engajamento na contemporaneidade torna-se imprescindível o olhar para outras épocas, para estratos de discursos e práticas de longa e média duração em relação ao labor, seu impacto sobre a construção de novas temporalidades e como estas experiências se reapresentam nos dias de hoje. Disto trata este primeiro capítulo. O que a história pode nos revelar sobre coerção e consentimento para que a maioria aceite a labuta ao proveito de uma minoria, aceitando assim sua condição de desvantagem em um mundo que lhe dê sentido? À luz de quais tensões estas justificativas se transmutam? Como distintos regimes produzem o engajamento social necessário através de determinadas formas de subjetividades? Esta investigação por outras épocas nos fornece importantes ferramentas para uma apreensão dos campos de forças envolvidos na legitimação social do trabalho e sua temporalidade, bem como das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos governantes e governados.

Iniciamos esta longa jornada contextualizando a natureza dos sistemas econômicos presentes em sociedades pré-capitalistas. Segundo Polanyi, a produção e a distribuição de bens estavam incrustadas em instituições sociais e eram submetidas a um complexo sistema social. Até o alvorecer do capitalismo, as comunidades estavam envolvidas em relações sociais que determinavam padrões de conduta sob um intrincado sistema de reciprocidades, de redistribuição ou de economia doméstica. A divisão do trabalho e as trocas estavam subordinadas a estes modelos. Cada um destes sistemas atuava de forma única ou associado com os demais. A reciprocidade era caracterizada por obrigações mútuas, que não implicavam necessariamente igualdade de responsabilidades, em que a generosidade era valorizada enquanto prestígio social. Por sua vez, a redistribuição era um modelo que exigia certo grau de centralização de poder, em que a produção, o armazenamento e a distribuição de bens estavam centrados em um chefe, senhor ou déspota. Finalmente, na administração doméstica temos um grupo fechado e autossuficiente, em que a produção se destinava para a satisfação de necessidades de seus membros. Esta economia doméstica pode ser observada em famílias, aldeias ou domínios senhoriais, por exemplo. O trabalho seria profundamente impactado por estas relações sociais através da história.

Podemos sustentar que todos os sistemas econômicos de que temos conhecimento até o fim da época feudal na Europa Ocidental se organizavam segundo os princípios ou da reciprocidade ou da redistribuição ou da administração doméstica – ou ainda segundo uma ou outra forma de

combinação entre os três. Estes princípios achavam-se institucionalizados através do apoio de uma organização social, que recorria, entre outros aspectos, aos modelos de simetria, de centralidade e da autarcia (POLANYI, 2012, p.191).

1.1 Valoração do Trabalho na Antiguidade

A representação social do trabalho recebeu diferentes matizes éticos no decorrer do tempo. Foi valorizado e desvalorizado de formas diferentes, sendo justificado socialmente conforme as crenças de cada tempo histórico. Podemos observar justificativas morais que perduraram em novos contextos, outras que se reciclaram e outras que trazem resquícios de tempos passados conforme as sociedades se estruturam de maneiras específicas.

O trabalho seria ora promovido ora desprezado moralmente na Antiguidade e na Alta Idade Média, conforme contextos específicos. Nas primitivas comunidades agrícolas da Grécia arcaica, que habitavam a região da Península do Peloponeso cerca de VIII séculos antes de Cristo, testemunhamos nas odes do poeta Hesíodo em seu clássico *Os Trabalhos e os Dias* o elogio à labuta diária de pequenos agricultores. Valorizado em suas virtudes, caminho para evitar o ócio e agrado aos deuses, o trabalho era assim bem sintetizado.

Por trabalhos os homens são ricos em rebanhos e recursos e, trabalhando, muito mais caros serão aos imortais. O trabalho, desonra nenhuma, o ócio desonra é! Se trabalhares para ti, logo te invejará o invejoso porque prosperas; à riqueza glória e mérito acompanham. Por condição és de tal forma que trabalhar é melhor, dos bens de outrem desvia teu ânimo leviano e, com trabalho, cuidando do teu sustento, como te exorto (HESÍODO, 2019, p.41).

Com a estruturação da sociedade ternária grega, composta por clero, nobreza e terceiro Estado e que viria a se consolidar na Grécia Clássica do século V antes de Cristo, assistimos a uma mudança de percepção em relação ao trabalho e sua desvalorização moral dentro de um quadro de justificativas de exploração humana com a sedimentação do modo de produção escravista e sua sociedade de castas bem definida. O clero considerado uma elite intelectual e religiosa de sacerdotes, a nobreza enquanto a classe guerreira e militar e o terceiro Estado como abrigo de trabalhadores domésticos, manuais, artesãos, agricultores e comerciantes, sendo muitos deles escravizados. A instituição da escravidão e a coerção ao trabalho era assim justificada moralmente pela elite intelectual, conforme descrito por Hannah Arendt em sua obra *A Condição Humana*³.

³ Arendt apresenta visão diversa de Marx acerca do conceito de *animal laborans*, que será retomado adiante. Trata-se de autores que viveram em épocas históricas distintas, com inestimável contribuição para a compreensão da condição humana a partir de contextos diversos. A análise de Arendt aqui reproduzida acerca da justificativa moral da escravidão, ao inferiorizar o ser humano que trabalha para atender suas necessidades básicas, nos parece

Trabalhar significava ser escravizado pela necessidade, e essa escravização era inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem dominados pelas necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade dominando outros que eles, à força, sujeitavam à necessidade. A degradação do escravo era um golpe do destino e um destino pior que a morte, pois implicava a metamorfose do homem em algo semelhante a um animal doméstico (ARENDDT, 2019, p.103).

Desta forma, o trabalho com o próprio corpo que envolvesse a manutenção da vida, dando cumprimento às necessidades básicas de sobrevivência, era desvalorizado moralmente e tomado como muito próximo de uma condição animal, considerada pré-humana. O *animal laborans* assim se institui na Antiguidade de forma depreciativa, ao traduzir a experiência inferiorizada de labuta diária de quem não consegue se libertar das necessidades primárias, incapaz de se dedicar ao intelecto e funções consideradas mais nobres. Esta narrativa cumpria também um papel importante na manutenção da ordem social e da paz sob estruturas temporais rígidas e hierarquizadas, em um tempo cíclico que se renovava eternamente e uma visão fatalista do destino. Os grandes feitos, enquanto experiências de um tempo passado, eram vistos como histórias a se espelhar, como exemplos a se seguir e do que deveria ser prevenido no futuro. As histórias eram a mestra da vida (*historia magistra vitae*). Eventos passados e previsão do futuro estavam intrinsecamente relacionados, em que nada de fundamentalmente novo poderia ocorrer fora da tradição constantemente renovada. Portanto, devia-se conformar ao árduo trabalho neste contexto.

Como forma de legitimar o poder vigente das duas primeiras ordens, a comunidade se estruturava com papéis definidos, cada qual ocupando seu lugar e prestando serviços distintos um ao outro. Desde sempre o sentido da vida e a segurança foram as duas necessidades básicas que o ser humano a todo instante se confrontava. Enquanto o clero e a elite intelectual forneciam sentido à vida através da religião e seus rituais, e a nobreza proporcionava segurança por meio da formação de exércitos que protegiam a todos das invasões ou da tomada de novas terras para expansão da sociedade, o trabalho árduo para atender às necessidades de subsistência era executado pelo terceiro Estado em contrapartida para a sobrevivência desta engrenagem.

contribuição importante para a compreensão do pensamento grego clássico de sua elite dominante. Em relação ao conceito de trabalho, Arendt faz uma distinção entre labor e fabricação ao qual Marx não distingue e unifica em um único conceito que inclui esforço físico e mental. Marx possui uma visão ontológica do trabalho, como categoria fundante e criativa do ser social. Entretanto, para o pensador, a alienação dos meios de produção na lógica do capital travou este processo de maior autonomia, trazendo a figura do *animal laborans* preso às suas necessidades pelo trabalho incansável e precarizado nas fábricas. A superação somente se realizaria pela consciência de classe e tomada dos meios de produção pelo operariado, possibilitando a atividade autodeterminada e autêntica assim como maior tempo livre para fruição. Arendt apresenta uma visão pessimista com o advento da sociedade, que anularia a participação pública e política, bem como com o advento da sociedade do consumo, que reeditaria o *animal laborans* preso às necessidades.

O papel de cada grupo estava assim definido por suas atribuições, sendo naturalizado com o passar das gerações. Desta forma, as classes dominantes forneciam respostas ao sentido de vida buscada por todos, bem como a segurança e estabilidade em épocas de grande instabilidade e precariedade das condições de existência. Existia assim um jogo de trocas, de prestação de serviços distintos para suprimento de diferentes necessidades, manutenção da paz e coesão social. A metáfora do corpo humano em que cada qual desempenha uma função para o bem-estar do todo é exemplar das sociedades ternárias, em que a cabeça e os braços representam as classes dominantes e as pernas as camadas dominadas. Nas três ordens temos o suposto equilíbrio moral de três virtudes, muito apreciadas no mundo antigo: a sabedoria do clero, a coragem dos guerreiros e a temperança dos trabalhadores que fornecem alimentos a todos. É desta mescla de virtudes que a justiça seria alcançada.

1.2 Poder Pastoral Cristão na Idade Média

A Idade Média assistiria ao desdobramento desta temporalidade cíclica que mantinha a desvalorização do labor à luz do cristianismo nascente na Europa, aceito agora como religião oficial do Império Romano. Após a desestruturação do Império e seu modo de produção escravista, a Europa vivenciaria um rápido processo de ruralização, assistindo ao fortalecimento da Igreja Católica. Sob os auspícios da Igreja Romana, agora proprietária feudal de grande magnitude, se desenvolveria um conjunto de ideias e valores para justificar moralmente o árduo trabalho nos campos. Para isto, colaborariam as premissas cristãs de começo e de fim do mundo, com a expectativa sempre renovada no Juízo Final. Através de políticas, discursos, instituições e práticas, a Igreja Romana controlava em seus domínios a visão do futuro, banindo visionários e profetas. Com os hereges, a Igreja era rígida nas punições, tendo sacrificado muitos nas labaredas moralizantes da Inquisição. A ideia escatológica do fim do mundo seria a garantia da própria existência da Igreja Romana e da manutenção de terras e poder de senhores feudais. É interessante observar em Koselleck que a temporalidade cristã não seria linear, como pareceria sugerir a um primeiro momento. A visão do tempo estático tinha a tradição valorizada e renovada a cada geração e o Juízo Final colocado em permanente estado de suspensão. Assim, a Idade Média abrigava a percepção de um tempo que se repete, em que o futuro é a repetição do passado e um presente que sempre reafirma as tradições. Como se sobre este tempo cíclico estivesse pendendo o Juízo Final, suspenso acima dele. Para isso, contribuiria a teologia de Agostinho, que sintetizou o pensamento da Antiguidade com o pensamento judaico-cristão, bem como procurou resolver as próprias contradições do pensamento cristão por meio da criação da doutrina dos dois Reinos, as chamadas cidade terrena e cidade divina. Agostinho

acreditava que, após o nascimento de Cristo, se vivia na última Idade do Mundo e nada de novo aconteceria. A paz somente seria alcançada no outro Reino, com o advento do Juízo Final. Desta forma, a cultura cristã de obediência e subordinação se revelava moralmente como caminho prioritário para a salvação.

O poder pastoral de caráter individualizante se desenvolveria no cristianismo, seria institucionalizado através da Igreja e aprofundado com a Reforma e a Contrarreforma. Tratava-se de um projeto de comandar cada ser humano pela direção espiritual, da confissão e dos exames de consciência, capazes estes de produzir comportamentos que os levassem à salvação. Posição esta contrária ao pensamento grego em que a categoria geral de obediência absoluta e permanente não existe, em que é reconhecido somente o respeito às decisões da assembleia e a persuasão através da retórica. A relação de dependência integral das ovelhas com seu pastor e de renúncia à vontade própria não habitava o universo grego, em que o cidadão se via como livre e exercia sua vontade para se submeter, temporariamente, a algum mestre para atingir um resultado específico e, assim, voltar a ser senhor de si. O processo de individualização no pastorado cristão pode ser definido de três maneiras, segundo Foucault.

Primeiro, por um jogo de decomposição que define a cada instante o equilíbrio, o jogo e a circulação dos méritos e deméritos. Digamos que não é uma individualização de estatuto, mas de identificação analítica. Em segundo lugar, é uma individualização que vai se dar não pela designação, pela marcação de um lugar hierárquico do indivíduo. Ela não vai se dar, tampouco, pela afirmação de um domínio de si sobre si, mas por toda uma rede de servidões, que implica a servidão geral de todo o mundo em relação a todo o mundo, e ao mesmo tempo a exclusão do egoísmo como forma central, nuclear do indivíduo. É portanto uma individualização por sujeição. Enfim, em terceiro lugar, é uma individualização que não vai ser adquirida pela relação com uma verdade reconhecida, mas que, ao contrário, vai ser adquirida pela produção de uma verdade interior, secreta e oculta (FOUCAULT, 2009, p.242).

Enquanto os gregos percebiam a natureza como imortal e os homens como meros mortais, alçados poucos a grandeza de seus feitos para se aproximarem dos deuses do Olimpo, o pensamento cristão realizaria uma outra inversão ao tratar a natureza como mortal e alçar o ser humano à imortalidade, que passaria a ser valorizado em sua singularidade. Estes elementos configurariam o germe do individualismo e do tipo de relação entre governados e governantes que aos poucos se desenvolveria e impregnaria o Ocidente, acentuando-se nos milênios

posteriores até seu triunfo em nossos dias⁴. Especificamente, sobre a mudança do pensamento grego para o cristão em relação à imortalidade, assim pondera Hannah Arendt.

A grandeza era facilmente identificável como o que por si mesmo aspirava à imortalidade – isto é, negativamente falando, como um heroico desprezo por tudo o que meramente sobrevém e se extingue, por toda vida individual, incluindo a própria. Este senso de grandeza não poderia absolutamente sobreviver intacto na era cristã, pela simples razão de que, segundo os ensinamentos cristãos, a relação entre vida e mundo era o exato oposto da existente na Antiguidade grega e latina: no Cristianismo, nem o mundo nem o recorrente ciclo da vida são imortais, mas apenas o indivíduo vivo singular. É o mundo que se extinguiu; os homens viverão para sempre. A reviravolta cristã baseia-se, por sua vez, na doutrina completamente diferente dos hebreus, que sempre sustentaram que a própria vida é sagrada, mais sagrada que tudo mais no mundo, e que o homem é o ser supremo sobre a terra (ARENDR, 2016, p.52).

1.3 Sobre a Servidão Voluntária

A questão da obediência e do consentimento a um regime seria também analisada por Étienne de la Boétie no século XVI. Em sua obra *Discurso da Servidão Voluntária*, o filósofo analisa o contexto que favorece moralmente a submissão e o conformismo, destacando três aspectos: o hábito, o entorpecimento e a adoração. Sendo o hábito um construto social que atravessa gerações e as leva ao esquecimento gradativo do que seria a liberdade humana pela imposição de tradições, a coerção por força transformada com o tempo em consentimento.

É verdade que no início serve-se obrigado e vencido pela força. Mas os que vêm depois servem sem relutância e fazem voluntariamente o que seus antepassados fizeram por imposição. Os homens nascidos sob o jugo, depois alimentados e educados na servidão, sem olhar mais à frente, contentam-se em viver como nasceram e não pensam que tem outros bens e outros direitos a não ser os que encontraram. Chegam finalmente a persuadir-se de que a condição de seu nascimento é natural (BOÉTIE, 2020, p.36).

A segunda razão da servidão voluntária seria o entorpecimento. Como forma de embrutecer seus súditos, os tiranos oferecem distrações em que o prazer é deslocado pela promoção de “bordéis, tavernas e jogos públicos” na linguagem de Boétie, o que se traduz no conhecido pão e circo promovidos pelos imperadores romanos, ou no afrouxamento de regras de conduta social durante períodos de festas que permitissem o extravasamento temporário da repressão.

⁴ Segundo Dumont, “o individualismo cristão está presente desde a origem; a evolução consiste em um movimento a partir de um individualismo fora-do-mundo para o individualismo-no-mundo (de forma progressiva), processo no qual a comunidade holista mesma acaba por desaparecer, ou quase desaparece” (DUMONT, 2000, p.27).

A terceira razão seria a devoção, a promoção de ideias fantasiosas sobre a vida dos tiranos por supostos méritos e glórias capazes de provocar a admiração pelos oprimidos. Mais que isto: a adoração seria também a participação ativa dos espoliados, capazes de transformar a submissão em prática de salvação pessoal pelo enaltecimento de seus tiranos. Este engajamento moral ativo, segundo o pensador, demonstra a faceta da obediência como forma de eximir-se das responsabilidades das decisões que envolvem o convívio de agrupamentos sociais e também um prazer específico: a cumplicidade em tiranizar outros que estariam em posição social inferior. A relação de obediência assim penetraria todo o corpo social. Para Boétie, deve-se sobretudo resistir ao desejo de obediência, não se acomodar ao desejo de obedecer ao tirano. Desta forma, se quebraria a engrenagem que o sustenta ao parar de fornecer o que lhe dá poder.

Os escritos de La Boétie nos oferecem muitas pistas para se compreender os mecanismos de engajamento e promoção de subjetividades específicas, mas nos dão a impressão que são aceitos plenamente pelos governados. Entretanto, a história nos mostra que a dominação não ocorreu sem resistências, revoltas e revoluções. Não devemos nos esquecer de que existiram diversos movimentos de revolta contra a escravidão na Grécia Antiga, como a Primeira Guerra Servil na Sicília em 135 a.C e a Revolta de Espártaco em 73 a.C, esta última envolvendo 90.000 escravos e liderada pelo ex-gladiador que leva seu nome. Expressivas revoltas camponesas aconteceram na Idade Média, como o Grande Levante de servos na Inglaterra em 1381. Movimentos religiosos de resistência e revoltas mundanas contra o poder pastoral cristão e seu modelo de conduta da vida também seriam registradas no percorrer da Idade Média e no alvorecer na Idade Moderna.

A valoração moral do trabalho reflete um complexo de relações sociais desiguais bastante dinâmico que atravessa a história da humanidade, e que em suas estruturas de dominação procuraram subjugar grande parte de suas populações pelo consentimento moral, o que exigia a atualização de dispositivos para manterem-se aceitas por camadas importantes do tecido social.

1.4 Genealogia da Moral – Contribuições para o Sentido de Obrigação

O cristianismo enquanto doutrina teve importante papel no desenvolvimento de justificativas morais para o labor, como a narrativa que compreendia o sofrimento e a miséria da vida diária enquanto culpa terrena a ser espiada. Torna-se necessário neste momento nos estendermos neste tópico, pois adiante vemos como estratos de justificativas morais passadas sobreviveram aos dias atuais em novas roupagens ao se tratar do tema do trabalho.

O filósofo Nietzsche em sua arguta perspicácia nos guia aqui sobre a genealogia da culpa enquanto obrigação moral, “a mais antiga e primordial relação pessoal, na relação entre comprador e vendedor, credor e devedor”. Esta relação primordial entre credores e devedores se calcava na relação entre os vivos e seus antepassados, considerados fundadores e merecedores de adoração através de sacrifícios e realizações. Desta feita, a memória dos mortos permanecia viva na reprodução social de costumes como forma de honrar uma dívida, bem como se estendia nas próprias relações sociais, estabelecendo obrigações e vínculos de confiança entre vivos.

Esta questão primordial da culpa também seria investigada pelo criador da psicanálise Sigmund Freud em sua obra *Totem e Tabu*. Neste livro, notável encontro da psicanálise com a antropologia, o pensador retrata uma comunidade primeva em que o pai tirano seria assassinado por seus filhos-escravos, após se rebelarem contra a opressão vivida, devorando este pai em um banquete totêmico. Posteriormente, os filhos se sentiriam culpados pela morte do pai, pois apesar de tirano os protegia: “a culpa vai gerar uma herança que produzirá a necessidade de restauração da representação desse pai, a restauração do totem”, analisa Freud. Desta feita, o pai tirano se tornava o pai simbólico, pai-provedor que sobreviveria desde então pela história da humanidade através de códigos morais que organizam e estabilizam os agrupamentos humanos.

Estes elementos nos auxiliam na melhor compreensão da formação da moralidade e nos sentimentos perenes de confiança e obrigação que permeiam a relação de entes sociais através da história. No cristianismo primitivo temos o termo dívida já presente na oração arcaica do Pai-Nosso em “perdoai nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”, ao qual posteriormente seria substituído pelas palavras ofensas e ofendido. O sentimento de culpa cristã remonta ao livro Gênesis do Antigo Testamento, ao pecado original do primeiro homem, se traduzindo em uma dívida eterna para seus descendentes. Com a crucificação de Cristo temos um ponto de inflexão para a construção de um arcabouço de justificativas morais que passariam a sustentar a opressão e a exploração pela elite dominante. Sobre este fenômeno assim Nietzsche o interpreta com sua costumeira acidez no clássico *Genealogia da Moral*.

[...] nos achamos ante o expediente paradoxal e horrível no qual a humanidade atormentada encontrou um alívio momentâneo, aquele golpe de gênio do cristianismo: o próprio Deus se sacrificando pela culpa dos homens, o próprio Deus pagando a si mesmo, Deus como o único que pode redimir o homem daquilo que para o próprio homem se tornou irredimível – o credor se sacrificando por seu devedor, por amor (é de se dar crédito?), por amor a seu devedor! (NIETZSCHE, 2018, p.74)

O fenômeno da crucificação trouxe moralmente a revitalização da dívida aos seguidores de Cristo, pois ele próprio se imolara para salvar todos os seus seguidores. Este sentimento de culpa perene (uma dívida de tamanha monta impossível de ser paga) seria estimulado pela elite dominante exigindo modos de vida adequados, penitências e confissões frequentes como forma de minimizar a brutalidade do ato fundador. O servo pecador da Idade Média devia assim aceitar em sua experiência temporal o sofrimento e o sacrifício da labuta diária infinda até a morte, no aguardo da salvação na vida eterna.

O trabalho estava associado ao castigo, à penitência e ao sofrimento, ao qual o ser humano deveria suportar. A maldição do trabalho encontrava respaldo na passagem bíblica do Gênesis 3.19: “[...] no suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela fostes formado; porque tú és pó e ao pó voltarás”. Em determinados momentos a pregação consistia em apenas manter o corpo vivo, praticando a mendicância como forma de sobreviver ao Juízo Final. Já as relações de servidão estavam apoiadas em rígidas estruturas sociais, atreladas a obrigações entre servos devedores e senhores feudais credores, que davam pouca mobilidade aos camponeses. Como no caso da corveia, taxa em que os servos trabalhavam alguns dias a mais por semana sem remuneração em troca de proteção. Não tendo propriedade nem os meios de produção, os servos estavam condenados também a pagar taxas aos seus senhores feudais pelo uso de moinhos e celeiros, denominadas banalidades.

1.5 Medição do Tempo – A Difusão do Relógio

Observa-se desde o final da Idade Média a construção de novos aparelhos de medição de tempo, ao qual nos cabe registrar. A difusão gradativa do relógio, uma avançada representação simbólica da orientação humana, provocaria uma mudança em relação à notação do tempo. Sua referência diária colaboraria sobremaneira para a transformação qualitativa da experiência temporal dos indivíduos. As relações sociais seriam profundamente impactadas pelos usos deste instrumento, sendo o novo mundo do trabalho que despontava por ele lapidado. O tempo aos poucos deixou de estar orientado por ritmos naturais e passou a estar sujeito a um ritmo artificial estabelecido pelo próprio ser humano.

Segundo Thompson, em seu artigo sobre *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*, e parte do célebre livro *Costumes em Comum*, entre 1300 e 1650, houve uma mudança importante da percepção temporal na Europa. Nessa época, ainda era comum guiar-se pelo deslocamento dos astros, pelo cantar do galo no alvorecer, pelo ciclo do trabalho na agricultura e pastoreio. Todavia, com a produção e o uso cada vez mais disseminado do relógio (primeiro nas igrejas, depois em locais públicos nas cidades que se formavam e adiante nos

bolsos) temos um contraponto importante entre o tempo da natureza e o tempo do relógio. Marcaria também uma passagem simbólica do poder da Igreja Católica para o poder do Estado, quando os relógios públicos passaram dos campanários das igrejas para as torres dos palácios municipais. Thompson sinaliza sua importância em uma nova percepção temporal.

Não desejo discutir até que ponto a mudança foi causada pela difusão de relógios a partir do século XIV em diante, até que ponto foi ela própria o sintoma de uma nova disciplina puritana e exatidão burguesa. Seja qual for o modo de a considerarmos, a mudança certamente existe. O relógio sobe no palco elisabetano, transformando o último solilóquio de Fausto num diálogo com o tempo: ‘as estrelas se movem silenciosas, o tempo corre, o relógio vai bater as horas’. O tempo sideral, presente desde o início da literatura, com um único passo abandonou o céu para entrar nos lares. A mortalidade e o amor são sentidos de modo mais pungente quando o ‘progresso vagaroso do ponteiro em movimento’ cruza o mostrador. Quando se usa o relógio ao redor do pescoço, ele fica próximo às batidas menos regulares do coração. São bastante antigas as imagens elisabetanas do tempo como devorador, desfigurador, tirano sangrento, ceifeiro, mas há um novo senso de imediatismo e insistência (THOMPSON, 2017, p.268).

O mundo do trabalho assistiria ao uso cada vez mais corrente da precisão das horas e minutos contados pelo relógio. Seu uso gradativo propiciaria a racionalização crescente do tempo nos séculos vindouros, padronizando tarefas e estabelecendo o tempo da produtividade. O relógio se tornaria o dispositivo-chave nas mãos da burguesia para a disciplina e exploração dos trabalhadores.

1.6 Valorização do Trabalho na Era Moderna

Observa-se que o terceiro Estado, que abrigava camponeses e artesãos, se tornaria moralmente mais valorizado ao final da Idade Média. Diversos fatores contribuiriam para este reconhecimento positivo, como as tensões entre os três Estados, o aumento da produção agrícola, o crescimento demográfico e a expansão do comércio.

As tensões sociais crescentes advindas da insatisfação de camponeses contra o trabalho servil se somariam ao acirramento de disputas de poder entre o primeiro e o segundo Estado, entre clero e nobreza. O controle de exércitos, de terras e do poder administrativo de governados eram zonas de conflito entre as partes. Tornou-se necessário apaziguar a disputa de narrativas entre estes dois Estados através de um amplo consenso para a sobrevivência cada vez mais frágil do Regime Ternário, reforçando legitimidades através da definição precisa do campo de atuação de cada ordem. Com isto, o terceiro Estado foi valorizado moralmente através da unificação dos trabalhadores enquanto ordem bem estabelecida. Justificativas morais que exaltavam as três ordens para a estabilidade social se generalizavam, resgatando o clássico tripé

grego de sabedoria, coragem e temperança, que deveriam formar um só corpo. Temos o reconhecimento estratégico do trabalho para a manutenção da hegemonia das elites, elemento que seria integrado a uma nova economia moral com o trabalho livre do jugo servil que se avizinhava.

A historiografia recente já ressaltou a importância da ideologia trifuncional no lento processo de unificação dos *status* dentro da classe de trabalhadores. Pois teorizar uma sociedade em três ordens não consiste simplesmente em justificar a autoridade das duas primeiras sobre a terceira. Há também que afirmar a igual dignidade de todos os trabalhadores da terceira ordem, o que significa se opor, em certa medida, à escravidão e à servidão. Para Mathieu Arnoux, a afirmação do esquema trifuncional é justamente o que permite o fim do trabalho forçado e a unificação do mundo do trabalho numa só ordem, além de possibilitar o extraordinário desenvolvimento demográfico medieval (1000-1350), graças a um aumento da intensidade e da produtividade do trabalho dos lavradores e desmatadores, enfim celebrados e valorizados como trabalhadores livres e não mais tratados como uma mão de obra dividida e, em parte, servil (PIKETTY, 2020, p.77, grifo do autor).

A produção excedente da lavoura e o comércio em expansão, a partir do final da Idade Média, proporcionaram o aumento da troca de mercadorias na Europa. A especialização da produção possibilitou o gradativo aprimoramento da divisão do trabalho com a valorização tanto do comércio como do trabalho. O aumento da produção agrícola teria também impacto no crescimento populacional. Estes elementos suscitam uma reflexão acerca de uma mudança de percepção em relação à prática do comércio. Desprezado em sua ganância e avareza nos pecados capitais da Idade Média, o comerciante teria na Idade Moderna sua imagem sendo gradativamente tornada positiva em uma nova economia moral que se formava. O comércio seria reconhecido como vantajoso para o desenvolvimento social e a prosperidade de todos. A burguesia nascente nas cidades pode explicar esta mudança de tom, em que os interesses desta classe em formação aos poucos impregnaram a sociedade com seus valores, sendo estes gradativamente compartilhados como benéficos.

Assistimos à valorização moral da força de trabalho com o avanço da Era Moderna, tendo por base os escritos de diversos pensadores que elaboraram a teoria da exploração a partir do econômico. A eliminação precoce do trabalho escravo e servil na Inglaterra pelo desenvolvimento da manufatura local, do comércio internacional e dos cercamentos (que tratamos adiante), teria profundo impacto entre pensadores britânicos, como John Locke e Adam Smith. Seus escritos fundamentariam o liberalismo econômico enquanto doutrina do menor governo fundada sobre os direitos dos próprios governados, dignificando a imagem do indivíduo egoísta.

Locke, *sem contradição*⁵ com seu apoio à escravidão colonial, tratava no século XVII da valorização do sujeito que governa a si mesmo, sendo sua primeira propriedade a sua própria pessoa e o seu trabalho. Para Locke, a propriedade é consequência da apropriação pelo indivíduo da vida, da liberdade, do trabalho e, enfim, dos bens.

Embora a Terra e todas as outras criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu trabalho e junta-lhe algo que é seu, transformando em sua propriedade (LOCKE, 1998, p.407).

Adam Smith, *sem contradição*⁶ a seu apoio à arte bélica, no século XVIII, explicitaria uma teoria “pacífica” em relação à exploração recíproca pelo trabalho, não somente enquanto relação universal, mas como fonte de toda a riqueza do mundo, bem como um direito inalienável e sagrado do ser humano (acompanhando a ideia protestante de sacralização do trabalho, conforme vemos adiante).

A mais sagrada e a mais inviolável de todas as propriedades é a do próprio trabalho, porque ela é o fundamento originário de todas as outras propriedades. O patrimônio de um homem pobre reside na força e na destreza de suas mãos, e impedi-lo de empregar essa força e destreza da maneira que julga apropriada, desde que não cause prejuízo a seu próximo, constitui violação manifesta da mais sagrada propriedade (SMITH, 2020a, p.155)

Os seguidores de Adam Smith lapidariam sua teoria, formando o corpo do liberalismo econômico no século XIX. A política do *laissez-faire* se solidificaria, através de três dogmas: o trabalho tendo seu preço determinado pelo mercado, a criação da moeda submetida a um sistema automático e a circulação livre de bens. Formava-se um mercado autorregulado e livre das amarras do Estado, ou melhor, sendo este transformado em apoio para gerir o liberalismo econômico. A sociedade passava a ser organizada segundo o princípio de ganho e lucro. Para isto, seria necessário construir uma narrativa naturalizando os processos econômicos em um novo sistema de ideias e valores. Por que temer a sociedade de mercado se fora assim desde sempre? O discurso de que o mercado se sobrepunha às relações sociais sempre seria devastador e penetraria no tecido social. A realidade é que nunca houve qualquer economia controlada e

⁵ Locke foi acionista de companhias que gerenciavam o tráfico negreiro e declarava que, na América, “todo cidadão livre da Carolina exerce um poder e uma autoridade sem limites sobre seus escravos negros” (LOCKE, 2019, p.315). Sua teoria valorizava o individualismo proprietário e possessivo.

⁶ Adam Smith apoiava um suposto processo civilizador através de um Estado forte com centralização de poder e exército capaz de defender a liberdade e a segurança de proprietários, especialmente nas colônias: “Nos tempos modernos, as nações pobres e incivilizadas encontram dificuldade em se defender contra as ricas e civilizadas. A invenção de armas de fogo, que à primeira vista parece ser tão perniciosa, certamente favorece tanto a estabilidade como a expansão da civilização” (SMITH, 2020b, p.187).

regulada pelos mercados como a nossa, o desejo de ganhos e lucros nunca foi determinante em outras épocas, o trabalho remunerado não é natural das relações sociais, a propensão para o ser humano negociar e permutar nunca se manifestara de forma considerável e sempre fora subordinado à vida econômica das comunidades. Homens e mulheres não agiam de maneira a salvaguardar seu interesse pessoal na posse de bens materiais, mas sim tendo em vista sua posição e valor social. A inclinação para os negócios não era frequente na vida do ser humano primitivo, como supunham os teóricos do liberalismo econômico. Antes do capitalismo, as relações sociais sempre determinaram a vida econômica e as trocas. O trabalho fazia parte de um sistema de reciprocidade, redistribuição ou de economia doméstica. Mesmo a competição visava a aprovação social. A forma mercado não era dominante na Antiguidade nem na Idade Média, apesar de existirem relações de mercado e assalariamento de maneira marginal. Para a difusão da doutrina do liberalismo econômico seria necessário demolir estruturas antigas, tradicionais e paternalistas, difundindo uma nova visão de mundo.

O ganho e o lucro obtidos através da troca nunca desempenharam, no passado, um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde finais da Idade da Pedra, o seu papel foi sempre subordinado no interior da vida econômica (POLANYI, 2012, p.175).

1.7 Modelo Ideal do *Homo Faber*

O trabalho seria paulatinamente promovido e glorificado pela sua produtividade nesta nova economia burguesa. Despontava o modelo aspiracional do *homo faber*, aquele que fabrica a si mesmo e é capaz de alterar a natureza a seu bel-prazer, criando o mundo artificialmente. Desta grande ordem de trabalhadores advinda das sociedades ternárias emerge este sujeito exemplar burguês, fruto de uma visão antropocêntrica do mundo, que acredita nas inovações tecnológicas e que é capaz de dominar o meio que o cerca. Uma nova mentalidade em relação ao futuro se estabelece, abrigando a arte do cálculo e do prognóstico racional do que poderia ocorrer em um futuro próximo, apesar de sua imprevisibilidade. O horizonte de expectativas se tornaria calculável: “o prognóstico implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro” (KOSELLECK, 2012, p.36).

O admirável mundo novo produzia o modelo ideal do *homo faber*, cercado de utensílios e instrumentos, em que tudo se torna um meio para se alcançar um fim que, por si só, é também um meio para novos avanços. Com isto temos o início de um pensamento utilitarista e positivista que gradativamente a tudo reificará, um mundo repleto de objetos que se prestam a

produzir novos objetos e em que a significância de algo como fim em si mesmo passa a ser perdida.

Entre as principais características da era moderna, desde o seu início até o nosso tempo, encontramos as atitudes típicas do *homo faber*: a instrumentalização do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do fazedor de objetos artificiais; a confiança na onibrangência da categoria meios-fim, a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio da utilidade; a soberania, que concebe todas as coisas dadas como material e toda a natureza como um imenso tecido do qual podemos cortar qualquer pedaço e tornar a coser como quisermos, o equacionamento da inteligência com a engenhosidade, ou seja, o desprezo por qualquer pensamento que não possa ser considerado como primeiro passo para a fabricação de objetos artificiais, principalmente de ferramentas para fabricar outras ferramentas e para variar sua fabricação indefinidamente; e, finalmente, sua identificação natural da fabricação com a ação (ARENDR, 2019, p.378).

Este entrelaçamento do individualismo e do econômico é de fundamental importância para a compreensão das questões atuais pertinentes a um regime que valoriza a competição e que, por outro lado, escamoteia a exploração sob um discurso de aparência objetiva. Podemos observar neste pensamento a construção de uma teoria político-econômica fortemente influenciada pela burguesia liberal e que seria costurada nos séculos vindouros, através de escritos que passaram a ser considerados e tomados como ponto de partida para amplas políticas de Estado, para o estabelecimento de direitos jurídicos, moldando instituições e valores reproduzidos através de gerações. Apresentada como ciência econômica neutra e aplicação de uma ordem “natural” ao governo das sociedades, a economia conquistaria prevalência sobre as demais dimensões, sendo costurada a uma nova economia moral. Nesta nova ética, temos a valorização do sujeito de seu próprio interesse, egoísta, possessivo e produtor, sendo a sociedade a “mão invisível” tal qual sentenciada por Adam Smith, em que estes interesses supostamente se harmonizariam. A burguesia assim formava um discurso moral apropriado para seus proveitos, ocultando os seus interesses de classe e o seu conluio com um Estado interventor.

1.8 Cercamento e Sujeição ao Capital

A promoção da liberdade de deslocamento e circulação de pessoas e mercadorias seria um instrumento utilizado pela burguesia em prol de seus interesses de classe em um sistema de mercado que gradativamente se tornaria dominante. Deve-se ressaltar que a instituição do suposto trabalho livre nas cidades-mercado significava a separação do trabalhador dos seus meios de subsistência e das garantias de existência que a estrutura feudal oferecia. Se, por um

lado, estaria disponível para negociar sua força de trabalho; por outro lado, abandonava a segurança da terra, mesmo que circunscrita por obrigações ao senhor feudal, assim como se esvaziava o sentimento de pertença em relação a uma comunidade definida.

A violenta expropriação da terra e a expulsão de camponeses, conhecida como cercamentos, lançariam nas cidades-mercado um exército de trabalhadores prontos para serem explorados. Já os campos se tornavam domínios de grandes proprietários fundiários, que possibilitariam a acumulação primitiva do capital em conjunto com as riquezas extraídas das colônias. Importante ressaltar que os cercamentos, ocorridos a partir do século XV, foram promovidos pelos senhores de terra em conluio com a burguesia nascente para o enriquecimento monetário desta e a formação de uma primeira acumulação do capital. A desterritorialização promovida contra os camponeses e os artesãos na Europa e pelo genocídio e escravidão nas colônias marcaria a ferro e sangue a gênese do capital. Como bem descreve Marx, “essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia” (MARX, 2019, p.785).

Esta expropriação duraria séculos e traria a guerra civil para os campos da Europa. Entre os séculos XV e XVIII se assistiria a conflitos sangrentos pela posse de terras. A burguesia contaria com um Estado forte para proteger seu aparato de produção, seu funcionamento e crescimento de lucros. Os gastos intensos com o exército para coibir os levantes levariam os Estados a criarem forças policiais menos custosas para se infiltrarem e detectarem os líderes, que seriam exilados, enfraquecendo a resistência.

Os camponeses e artesãos expulsos de suas comunidades se deslocariam dos campos para as cidades-mercado, em um êxodo populacional de grandes dimensões, prontos para serem espoliados pela burguesia. Suas opções de sobrevivência se restringiam entre a morte, a mendicância, a escravidão ou o trabalho assalariado. Uma ordem crescente de controle policial se estabelecia nos Estados para forçar os migrantes à disciplina do trabalho, como visto no édito baixado pelo Rei Eduardo VI da Inglaterra em 1547.

Todo homem que ficar três dias sem trabalhar será considerado em flagrante delito de vagabundagem. Os juízes devem marcar, imediatamente, na fronte do dito ocioso, com ferro em brasa a letra V e encaminhar a referida pessoa àquele que o denunciou, do qual se tornará escrava, para que dela tome posse e a tenha à sua disposição, durante um período de dois anos (GEREMEK, 1980, p.98).

A alienação da propriedade e dos meios de produção, vivenciada por massas empobrecidas, iria atravessar os séculos vindouros e se exacerbaria em um processo de estranhamento de ritmos e movimentos. O trabalho assalariado significava a consagração

burguesa da exploração do homem pelo homem, a execução de um trabalho que podia ser trocado por dinheiro, a força de trabalho enquanto mercadoria e valorizada ela também como valor de troca. O trabalho assalariado, marcado pelo vínculo perene a um empregador e tecido por diversas obrigações, estaria diretamente relacionado à mais-valia, ou seja, tudo que era produzido pelo trabalhador passava a carregar o mais valor que enriqueceria o capitalista.

Não constitui mais surpresa, pois, descobrir que o sistema valores de troca - a troca de equivalentes medidos em trabalho - transforma-se em apropriação do trabalho alheio sem troca, a total separação do trabalho e da propriedade ou, então, revela esta apropriação como seu pano de fundo oculto. Pois as regras dos valores de troca e da produção orientada para a produção de valores de troca, pressupõem a própria força de trabalho alheio como valor de troca. Isto é, pressupõem a separação da força viva de trabalho de suas condições objetivas; um relacionamento com estas - ou com sua própria objetividade - como propriedade de outrem; numa palavra uma relação com elas como capital (MARX, 1985, p. 107).

1.9 A Nova Economia Moral Burguesa

A sociedade capitalista nascente se fundaria sobre a desigualdade, apesar da abolição de privilégios do clero e da nobreza. Vale lembrar que muito espaço teve nas assembleias francesas a discussão do direito de propriedade anterior à tomada da Bastilha. As posses da coroa e da igreja foram de fato a leilão, mas adquiridas pela burguesia nascente e parte da nobreza. A chamada *ralé* não tinha condições econômicas de adquirir terras, e não foi feita uma reforma agrária que a beneficiasse. Já aos nobres foram preservadas as terras como direitos adquiridos e incontestes. Com isto, a centralização da riqueza na mão de poucos se acentuou durante o século XIX.

A desigualdade seria justificada moralmente por uma narrativa em que cada um poderia desenvolver suas potencialidades em um Estado de direito, que levaria a prosperidade e a harmonia social a todos. Entretanto, constituiu-se um Estado forte que privilegiava os direitos dos donos do capital, promovendo sua prosperidade econômica, zelando pela segurança de proprietários de terras e negócios nas cidades. O enaltecimento moral da sacralização da propriedade, do próprio trabalho e do indivíduo se confrontaria com uma realidade adversa. O suposto acordo livre em que o trabalhador venderia sua força de trabalho mostrou-se irreal, pois rapidamente ficaria claro que o detentor do capital estipulava o salário no patamar mais baixo possível. “O lugar da liberdade das partes contratantes é ocupado pela coação”, diria Marx e Engels⁷. Assim como o valor dos salários, o número de horas trabalhadas por dia e demais

⁷ Extraído de A Sagrada Família, originalmente escrito em 1844 (MARX; ENGELS, 2016, p.44).

condições do trabalho passaram a ser ditadas pela elite dominante em conluio com o Estado, que promulgava leis de proteção aos donos do capital.

De fato, temos o proveito de um pequeno grupo, formado por burgueses e remanescentes da nobreza, que tinham acesso às propriedades e ao capital gerado por elas, podendo com isto explorar o trabalho da grande maioria da população. Todo um sistema jurídico e tributário favorecia uma pequena elite, respaldada pelo Estado. A supremacia econômica de uma classe seria convertida em supremacia moral, através de justificativas éticas que mantivessem a dominação. Por sua destreza, acesso à educação e manejo com o econômico, os vencedores seriam celebrados e os perdedores desqualificados, responsabilizados por sua incapacidade de esforço e devendo aceitar posição desvantajosa para o benefício da sociedade como um todo.

Aqui podemos observar continuidades entre as lógicas ternárias e proprietárias que buscam justificar moralmente a desigualdade e a opressão de classes. Cada qual deveria aceitar seu papel para o bem comum e o funcionamento harmonioso do corpo social. A antiga elite sacerdotal seria agora ocupada por filósofos e economistas alinhados com a classe burguesa-liberal, encarregados agora da promoção das condutas ideais dos seres humanos tal como vimos no pastoreio cristão. A classe guerreira, ou nobreza, seria agora coordenada pelo Estado, que teria o monopólio da violência por meio do controle de milícias e de um exército (além de legitimar a ordem dominante e a propriedade privada). Ao terceiro Estado — os trabalhadores —, caberia continuar se sujeitando aos ditames das duas outras ordens para o bem da harmonia social.

Tendo por referência os elementos apontados anteriormente por Nietzsche em sua *Genealogia da Moral*, temos o binômio credor-devedor reeditado nestes regimes sobre nova roupagem, em que obrigações fazem parte de um intrincado sistema que desenvolve a culpa e a necessidade de reparação através de mecanismos difusos. As classes dominantes teriam seu mérito nesta narrativa em alargar o horizonte de expectativas através da promoção da prosperidade econômica para todos, por proverem o melhor caminho para a evolução da sociedade rumo ao progresso, fornecendo sentido à vida, segurança e proteção. Às classes dominadas caberia tão somente a submissão. Apesar de ser a narrativa jacobina perdedora, após a Revolução Francesa, a mesma seria incorporada pelos novos dispositivos cognitivos em um discurso que incluía a liberdade e igualdade de forma hipócrita, definindo méritos para manutenção e aprofundamento de uma sociedade desigual.

A Revolução Francesa ilustra uma tensão que iremos reencontrar com frequência mais a frente: ao mesmo tempo em que possui uma dimensão emancipadora, que é real e nunca deve ser esquecida, a ideologia proprietarista também traz em si uma tendência, igualmente real, à quase sacralização dos

direitos de propriedade estabelecidos no passado – quaisquer que sejam sua amplitude e origem – e cujas consequências desigualitárias e autoritárias podem ser consideráveis (PIKETTY, 2020, p.121).

Com o desenvolvimento da industrialização no século XIX vemos o modelo aspiracional do *homo faber* ser trincada diante da alienação e reificação da força de trabalho nas fábricas, empobrecendo o espaço de experiências e o horizonte de expectativas da classe operária. O que poderia ser o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e ampliação de perspectivas aparece como sacrifício do fim em si mesmo. Ali reencontramos o *animal laborans* cuja labuta visa prover sua sobrevivência, preso às suas necessidades. O suposto trabalho livre em um ambiente de livre mercado apregoado por Adam Smith encontra sua dura realidade no chão das fábricas e tem em Marx seu grande crítico. Se com Adam Smith temos uma visão econômica positiva e utópica, com Marx temos a consideração do aspecto mais desumano deste capitalismo nascente. Expropriado da terra, da sua comunidade e dos meios de produção, o trabalhador está indefeso nesta engrenagem, sofrendo o valor de seu trabalho nas intempéries do mercado, jogado em um exército de reserva ao bel-prazer dos rumos do capitalismo amoral. A necessidade de acumulação desenfreada do capital torna cada vez mais paradoxal esta situação.

Temos em Marx um importante ponto de inflexão, que nos faz refletir sobre a situação atual em que vivemos. Se, por um lado, o sistema de ideias e valores dominantes promove hoje o empreendedorismo como libelo emancipador e libertador, com a promessa de melhorar qualitativamente nosso campo de experiências e alargar nosso horizonte de expectativas com um futuro melhor; por outro lado, temos a dura realidade que nos mostra a opressão sobre a maioria dos trabalhadores por meio de uma vida precarizada, sem condições efetivas de uma melhor educação e de condições estruturais para sua independência, sujeitos à insegurança e ao desemprego, ao empobrecimento do espaço de experiências e deterioração do horizonte de expectativas. Somente para um pequeno grupo a narrativa de liberdade e igualdade encontrará respaldo em sua existência, para a grande maioria será um desejo suspenso de aspirações muitas vezes irrealizáveis no decorrer de suas vidas.

A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume, e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 2019, p.721).

Desta forma, assistimos uma grande transformação social a partir da instituição da economia de mercado. Enquanto nas sociedades pré-capitalistas observamos o mercado subordinado a uma grande estrutura social regida pela reciprocidade, redistribuição ou pela economia doméstica, como explicitado no começo deste capítulo, temos com o capitalismo o predomínio do sistema de mercado sobre as relações sociais. Com a instituição da economia de comércio pelo liberalismo econômico, a vida econômica passaria a ser regulada e controlada pelos preços de compra e venda. Segundo Polanyi, a passagem para o mercado autorregulado a partir do século XIX representou uma transformação radical na estrutura da sociedade, uma vez que uma economia de mercado somente pode existir a partir da subordinação do trabalho, da terra e da moeda às leis do mercado. A industrialização do século XIX exigia esta garantia na constância de produção, uma vez que a operacionalização de fábricas demandava investimentos a longo prazo e diversos riscos. Para Polanyi, a “substância natural e humana da sociedade” seria severamente ameaçada pelo descolamento da economia de mercado, que passaria a reger as relações sociais. Para o pensador, o liberalismo econômico é um projeto utópico, pois sua plena realização implicaria a destruição da natureza e da humanidade.

O controle do sistema econômico pelo mercado tem consequências avassaladoras sobre o conjunto da organização da sociedade: significa nada menos do que a direção da sociedade como um elemento auxiliar do mercado. Em vez de existir uma economia incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que são incrustadas no sistema econômico (POLANYI, 2012, p.90)

A brutal expansão do sistema de mercados para todos os campos da vida humana levaria, segundo Polanyi, a um contramovimento de proteção social e regulação de mercados que gradativamente se desenharia com o avanço do século XIX e com o alvorecer do século XX, trazendo diferentes respostas da sociedade: a social democracia, o fascismo ou o comunismo.

1.10 Nova Experiência Temporal na Modernidade

O campo de experiências e o horizonte de expectativas iriam paulatinamente se alterar com o advento da Reforma e consolidariam uma nova vivência temporal a partir da Revolução

Francesa, impactando sobremaneira o trabalho. O desenvolvimento do mercantilismo, através da colonização das Américas, teria contribuído para um alargamento do campo de experiências, trazendo a percepção anacrônica de histórias diversas vividas simultaneamente no mesmo tempo. Inovações tecnológicas na área de transporte, decorrentes da necessidade de enriquecimento dos Estados pela acumulação monetária através da expansão comercial, tiveram imenso impacto na emancipação do tempo em relação ao espaço, tornando as distâncias mais curtas com as caravelas e, posteriormente, com barcos a vapor e trens. As possibilidades de trânsito e de comunicação mais rápidas possibilitaram novas formas de organização e de trabalho, a aceleração modificando dramaticamente os ritmos de vida com o passar dos séculos.

Com o advento da Reforma e das longas guerras religiosas que se transformaram em guerras civis entre Estados, as expectativas cristãs do fim do mundo acabaram sendo consumidas. Estas guerras foram vencidas pela habilidade de estadistas e firmado o tratado multilateral de paz de Vestefália em 1648, permitindo a liberdade de culto e favorecendo uma determinada estabilidade política da Europa e os negócios internacionais privados. A afirmação da razão política contra os ditames da Igreja foi um dos fatores que impulsionaram o processo de esmaecimento da visão escatológica do fim do mundo. Por mais que a Igreja postergasse a seu bel-prazer o fim dos tempos, que era anunciado e que ao não se concretizar era postergado, aos poucos houve uma mudança de mentalidade e de expectativas na própria sociedade, que passou a desacreditar na chegada do Juízo Final. A Era Moderna trazia em suas veias a promessa de um Estado racional que favoreceria governantes e governados e da consagração de uma paz universal entre estes Estados.

O Antigo Regime ainda preservaria uma estrutura temporal estática, sendo que diagnósticos e prognósticos reforçavam o que havia dado certo e o que devia ser mantido para a manutenção e sobrevivência do poder aristocrático. O processo iniciado com a Reforma se consolidaria com a Revolução Francesa, que romperia definitivamente com antigas estruturas temporais ainda vigentes. O novo horizonte de expectativas seria celebrado no discurso da constituição revolucionária francesa por um de seus ideólogos, Robespierre, em 1793: “É chegada a hora de conclamar cada um para seu verdadeiro destino. O progresso da razão humana preparou esta grande Revolução, e vós sois aqueles sobre os quais recai o especial dever de acelerá-la”.

A Revolução Francesa teria grande impacto com seus ideais de transformação da estrutura social e com a expectativa de ampliação de justiça social, bem como da emancipação humana. Com a Revolução Francesa as mudanças foram rápidas e brutais, transformando o espaço de experiência, no bojo do desenvolvimento técnico da época, do crescimento

populacional e da modificação de sistemas políticos. A legitimação histórica da Revolução não estaria mais temporalmente no passado, na tradição, mas baseada em esperanças e perspectivas do futuro. O século XIX assistiria inclusive à contaminação dos termos revolução e evolução, em referência a um processo de emancipação do ser humano, movido pela industrialização.

O ser humano se libertava da submissão absolutista e da tutela da Igreja para entregar-se aos domínios do Estado em uma nova ordem, calcada na concorrência e na prosperidade. Uma nova narrativa sobre o futuro se desenvolveria, tanto pelo cálculo do prognóstico racional como da chamada filosofia da história, conceituada a partir do século XVIII no bojo do Iluminismo, em que se passou a periodizar o passado, inaugurando um futuro inédito. Concebeu-se uma percepção temporal que se nutria da combinação entre política e profecia, uma combinação de prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionista, ao incorporar o conceito de progresso. A própria legitimação histórica da Revolução Francesa não estaria mais no passado, calcada na tradição, mas baseada em determinadas perspectivas do futuro.

A percepção temporal estática de constância da natureza humana com tradição renovada durou cerca de dois mil anos até o século XVIII, quando o Iluminismo delineou uma nova visão das experiências vividas, unidas em torno do que se conceituou chamar de filosofia da história, tendo o ser humano como seu sujeito. A História se tornaria única, um coletivo singular. A partir de então a História seria dividida em Antiguidade, Idade Média e Moderna. Com o advento da Revolução Francesa um novo período designado Idade Contemporânea iria tomar forma. Esta que vivemos hoje e que situa o sujeito na própria história como ser contemporâneo. A História passou assim a representar um conjunto de movimentos que possuem causa e direção, o que contribuiria significativamente para estruturar um novo horizonte de expectativas. O futuro se abriria ao conceito de progresso, visto como direção irreversível.

1.11 Ética do Trabalho e a Disciplina do Tempo

O livro de Max Weber⁸, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, é uma importante contribuição para se pensar as maneiras como a sociedade lida com o vazio após a ruptura com modos de vida tradicionais, que davam sentido às suas vidas. A sacralização do trabalho, da profissão como dever e vocação, pode ser vista como uma forma encontrada para

⁸ É importante salientar que Max Weber relativizaria o peso do econômico na formação social do capitalismo, privilegiando aspectos sociais e culturais como determinantes. Sua teoria não contempla os conflitos de classes, as desigualdades e as contradições decorrentes da dinâmica do capitalismo – ao qual procuramos ressaltar. Também não propõe um tipo de formação social que possa superá-la. Entretanto, os escritos de Weber nos auxiliam a respeito das poderosas motivações éticas para que os indivíduos se engajem à lógica do capital.

se lidar com a perda do porto seguro da religião. Weber nos mostra como se desenvolve um *ethos* profissional baseado na vocação, inspirado pela Reforma Protestante, que havia deslegitimado a confissão e o dízimo enquanto caminho para a salvação da alma. Ao aproximar Deus do indivíduo comum, uma maior responsabilidade foi colocada sobre cada pessoa e em sua conduta, em que uma vida ascética seria o caminho em si para o cumprimento da vontade divina. A vida ascética representaria uma vida em que todas as ações do cotidiano deveriam ser pensadas e voltadas para a glória de Deus. Isto se traduzia na vocação ao trabalho, a dedicação e o empenho no aperfeiçoamento de habilidades. Enquanto ideologia burguesa liberal e individualista, a ética protestante foi incorporada ao sistema de ideias e valores dominantes como ética do trabalho e conduta de vida. O tempo deveria ser bem administrado para o desenvolvimento de obras benéficas ao crescimento pessoal e ao grupo de pertença. A ética protestante reforçou uma concepção exacerbada da valorização do trabalho enquanto sentido de vida. A salvação da alma humana, posicionada no cristianismo em um tempo futuro, se aproximava do presente com o incentivo ao trabalho diário como instrumento de redenção. Reforçando assim a concepção linear da história. O estilo de vida ascético do protestante seria em Weber importante mola propulsora do capitalismo nascente, que precisava que valores morais de autocontrole e diligência fossem interiorizados, disciplinando indivíduos ao trabalho.

O puritano queria ser um profissional - nós devemos sê-lo. Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [com sua parte] para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem - não só os economicamente ativos - e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil...Quis o destino, porém, que o manto virasse uma rija crosta de aço (WEBER, 2019, p.165).

Desta forma, temos um importante estímulo para os trabalhadores aceitarem sua condição no modo de produção capitalista, passando a compartilhar a visão de mundo de que o trabalho enobrece o ser humano e o faz merecedor de sua dignidade, de que uma vida só encontra sentido no trabalho diário, de que “Deus ajuda quem cedo madruga”. O que veio a se naturalizar no seio da sociedade de forma impressionante, ao ponto de considerarmos natural ao conhecer outra pessoa ter como uma das primeiras perguntas: “o que você faz da vida?” ou “com que você trabalha?” como se isto definisse a pessoa, como se ela fosse reconhecida pelo seu trabalho em primeira instância. A vocação assim determinou uma nova relação moral entre as pessoas e o trabalho, que passou a exigir esforço, disciplina, dedicação e regularidade.

O ócio ou a perda de tempo ganharam assim sentido pejorativo inspirados na conduta puritana que considerava estes um dos mais graves e condenáveis pecados, portanto, a nível moral: “o ócio é o pai de todos os vícios” ou “a preguiça consome todas as virtudes”. Tempo tornou-se sinônimo de dinheiro em Benjamin Franklin, um dos líderes da Revolução Americana: “tempo é dinheiro”, dizia ele em seu célebre sermão de caráter espiritual, considerando assim cada hora perdida como trabalho subtraído ao serviço desejado pela glória de Deus. O uso racional do tempo seria incorporado e faria parte do arsenal de dispositivos articulados pela burguesia dominante para maior disciplina dos trabalhadores.

Lembra-te que tempo é dinheiro; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. Lembra-te que crédito é dinheiro. Se alguém me deixa ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os juros ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso (BENJAMIN apud WEBER, 2019, p.42).

A internalização da disciplina da força de trabalho e do controle do tempo foi árdua obra executada pela burguesia dominante durante os séculos XVIII e XIX. O condicionamento ao tempo de labuta e a “produção de corpos dóceis e úteis”, como diria Foucault, não ocorreram sem resistências por parte dos trabalhadores. As manufaturas e fábricas exigiam maior sincronização do trabalho e exatidão nas rotinas do tempo, tendo grande impacto o uso inédito de máquinas que exigiam uso racional e eficaz a partir do momento em que eram ligadas. A disciplina seria utilizada enquanto instrumento de poder para otimizar a produção, esquadrinhando tempos, gestos e atos para produzir sequências adequadas para a obtenção dos melhores resultados. Com isto, avançava o processo de sequestro temporal⁹ e de reificação dos trabalhadores, que passavam a ser vistos como meros objetos.

O pouco apreço ao trabalho assalariado, que era pago por dia de tarefa, e que levava o trabalhador a se sentir livre para se ausentar no dia seguinte e desfrutar do tempo como bem lhe convinha, satisfeito com o ganho do dia anterior, assim como o retratado desprezo pela autoridade, levou inclusive a burguesia dominante a alterar a forma de contratação, primeiro por semana e depois por mês, criando assim o salário e amarrando o trabalhador ao seu ambiente de trabalho. Códigos de conduta e práticas de coerção foram estabelecidos dentro das

⁹ Termo utilizado por Foucault em *A Sociedade Punitiva*, designando a sujeição do tempo de existência dos seres humanos ao sistema temporal do ciclo de produção: “o aparato de sequestração temporal pode efetivamente fixar os indivíduos ao aparato da produção: fixa-os formando hábitos por meio de um conjunto de coerções e punições, aprendizados e castigos. Fabrica um tecido de hábitos por meio do qual se define o pertencimento social dos indivíduos a uma sociedade” (FOUCAULT, 2018b, p.217).

manufaturas e fábricas para evitar o que reconheciam como ócio, preguiça e indiligência. Os corpos precisavam ser adestrados através de procedimentos específicos.

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas [...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2019a, p.135).

O relógio e o controle do tempo de trabalho por meio de registros diários são também expressões da necessidade de maior domínio sobre as tarefas a serem executadas, exigindo pontualidade e impondo multas aos trabalhadores que não respeitassem as regras. A internalização do relógio moral levou gerações para se concretizar, atravessadas pela retórica de que todo tempo deve ser utilizado e consumido, da não produtividade vista como impertinência ou da visão pejorativa de “matar o tempo”. Veio enfim a ser introjetada em cada trabalhador, mas tendo sua crítica alterado a composição de forças deste novo tempo e gradativamente criado a consciência da classe trabalhadora.

A investida, vinda de tantas direções, contra os antigos hábitos de trabalho do povo não ficou certamente sem contestações. Na primeira etapa, encontramos a simples resistência. Mas, na etapa seguinte, quando é imposta a nova disciplina de trabalho, os trabalhadores começam a lutar, não contra o tempo, mas sobre ele. As evidências nesse ponto não são completamente claras. Mas nos ofícios artesanais mais bem organizados, especialmente em Londres, não há dúvida de que as horas eram progressivamente reduzidas à medida que avançavam as associações (THOMPSON, 2017, p.293).

1.12 Resistência dos Trabalhadores e a Breve Social Democracia

O regime liberal proprietarista que se desenvolveria após a Revolução Francesa produzia assim as necessárias justificativas morais para o engajamento ao trabalho assalariado no século XIX, valorizando o compromisso, a submissão, a diligência e a produtividade, impondo uma rígida temporalidade através do uso racional do tempo — não sem resistências e insurreições.

A ética do capitalismo nascente se desenvolveria sob as contradições próprias de um modelo de produção que explorava intensamente a força de trabalho, exigindo maior produtividade em longas horas de labuta diária. Os conflitos que se disseminaram com a exploração crescente dos trabalhadores nas fábricas geraram revoltas e propiciaram a quebra de máquinas, como vemos acerca do ludismo, assim como a organização dos trabalhadores em

torno da criação de sindicatos trabalhistas que questionavam as relações de trabalho instituídas em diversos países. A partir da união dos trabalhadores em torno de uma agenda comum, através dos sindicatos, um campo de constante conflito e negociação entre as forças produtivas e as relações de produção estaria posto, colocando em xeque os limites da exploração humana.

Significativas mobilizações de resistência ocorreram no berço da Revolução Industrial durante o século XIX. A Inglaterra assistiria entre 1811 e 1812 ao ludismo, que se desenvolveu na transição do mundo campesino para o mundo operário, na revogação da legislação paternalista e na imposição da política de mercado. Tratava-se de um movimento secreto de trabalhadores do ramo de tecelagem que buscavam quebrar as máquinas que operavam nas fábricas, colocando em risco seus empregos. Cada vez que chegavam novas máquinas os trabalhadores temiam por seus empregos e suas vidas em um contexto já marcado por baixos salários e condições precárias de moradia e alimentação. Uma nova máquina representava a demissão de dezenas de operários. Quando mais máquinas começaram a chegar, e as demissões nos dias seguintes iam a centenas, impactando grande número de famílias, os operários deram um basta. Se entrassem novas máquinas, estas seriam destruídas. E assim o foi, com a destruição de máquinas se sucedendo em vários distritos, o que levou a confrontos físicos entre operários e capatazes, entre operários e policiais. Estes eventos duraram dois anos.

Entre os anos de 1830 e 1840 ocorreria na Inglaterra o movimento cartista em reação à exploração exacerbada sobre a força de trabalho, que chegava a trabalhar até dezesseis horas por dia, tendo de dormir muitas vezes em um espaço na fábrica, em trabalhos pesados que envolviam muitas vezes mulheres e crianças. A exploração de crianças é uma das maiores vilezas do capitalismo. Privadas de ensino e de suas famílias, crianças, a partir dos sete anos de idade, trabalhavam por longas jornadas submetidas a uma rotina sub-humana, como registrado no condado de Lancashire, ao noroeste da Inglaterra.

Em muitos distritos fabris, especialmente em Lancashire, essas criaturas inocentes e desvalidas, consignadas aos senhores de fábricas, foram submetidas às torturas mais pungentes. Foram açoitadas até a morte por excesso de trabalho [...] foram açoitadas, acorrentadas e torturadas com os maiores requintes de crueldade; em muitos casos foram esfomeadas, até restar-lhes só pele e ossos, enquanto o chicote as mantinha no trabalho (MARX, 2019, p.828).

Liderado por Feargus O'Connor e William Lovett e formado por operários, o movimento cartista exigia através de uma *Carta ao Povo* entregue no Parlamento a redução das jornadas de trabalho, melhores condições no ambiente de trabalho, participação política e estabelecimento de novas leis de proteção. Tinham forte inspiração nos ideários socialista e anarquista, considerando a propriedade privada uma violação ao bem comum. Conquistaram a

regulamentação do trabalho infantil e feminino, a permissão de associação política e a lei da jornada de trabalho com limite de dez horas. Foi um importante movimento de consciência de classe que se formava no século XIX.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial e seu profundo impacto sobre as vidas de imensas populações fez com que as desigualdades fossem expostas como feridas abertas. A narrativa moral de prosperidade e segurança não encontrava respaldo na brutal realidade que ofuscava as esperanças anteriormente construídas a nível simbólico. Para este movimento de insatisfação e crítica social também contribuiria a própria revolução bolchevique e a depressão dos anos 1930, que colocariam em crise o discurso dos ideais liberais proprietaristas. O mito do mercado autorregulado determinando as relações sociais mostrava-se uma ameaça real à sobrevivência da humanidade. Estes choques levaram nações democráticas a se pautar por um novo regime, a social democracia, que encontraria no *New Deal* americano uma de suas expressões. Era necessário manter a estabilidade em um amplo acordo entre capitalistas e trabalhadores, que propiciassem o engajamento social necessário e mantivessem a hegemonia das classes dominantes. Políticas de distribuição de renda, impostos que incidiam sobre as empresas, bem como impostos progressivos sobre fortunas promoveriam o Estado de Bem-Estar Social, diminuindo desigualdades e propiciando direitos aos trabalhadores, como acesso à saúde, educação e previdência social.

Pesquisas recentes enfatizaram a importância da experiência da guerra enquanto tal, e, mais especificamente, o papel do recrutamento militar de massa no processo de legitimação do imposto progressivo e na implementação de alíquotas tributárias quase confiscatórias sobre as rendas e patrimônios mais altos ao fim da Primeira Guerra Mundial. Depois do sangue derramado pelas classes populares, era impossível não exigir um inédito sacrifício das classes privilegiadas para arcar com as dívidas derivadas da guerra, e também para possibilitar a reconstrução de países duramente castigados e a instauração de mais justiça (PIKETTY, 2020, p.413).

O espírito do capitalismo se renovaria frente a estas novas demandas em uma nova temporalidade. Ao invés do burguês individual do século XIX, valorizou-se o modelo do burguês patronal e a organização enquanto espaço idealizado de eficiência e prosperidade. A grande empresa industrial centralizada passou a dominar a paisagem, sendo louvada em seus processos hierárquicos e burocráticos. Para isto contribuiria uma economia de guerra permanente, com produção intensificada, racionalizada e planejada, como cita Lazzarato, “com a introdução de linhas de montagem nas indústrias de armamento e de construção mecânica, a economia de guerra estimula e aprofunda os princípios de organização taylorista do trabalho ligado à padronização e à fabricação em série” (LAZZARATO, 2020, p.193).

Tornou-se uma ambição de muitos trabalhadores assalariados serem integrados a estes polos empresariais, muitos deles nacionalizados antes e após a Segunda Guerra Mundial. A segurança e o sentido de vida estavam atrelados ao pertencimento a estas empresas como microcosmos da própria nação. Não deixemos de lembrar que, nesta época, o nacionalismo era também um instrumento político de mobilização das massas para favorecer interesses de determinados grupos. É interessante observar como a justificativa moral do bem comum encontra abrigo nestas grandes empresas, em que estariam contribuindo para o bem-estar de todos demandando assim o engajamento de todos os trabalhadores assalariados. Na outra ponta, o Estado adotava uma política fiscal e monetária caracterizada como keynesiana para assegurar o crescimento econômico aliado com uma política de bem-estar social.

Apesar de alguns direitos trabalhistas terem sido conquistados, as perspectivas de mobilidade social se restringiam. Para os operários das fábricas o trabalho tornou-se cada vez mais competitivo, com o acirramento da concorrência internacional e uma nova crise de acumulação do capital que se avizinhava. A busca por maior eficácia em todas as etapas do processo produtivo levou muitos trabalhadores a se verem presos em uma engrenagem com muitas exigências, pouco espaço de autonomia e empobrecedora de seu espaço de experiências. O duro sistema de produção taylorista e fordista acentuava a voracidade do capital através de procedimentos que aprofundavam a divisão do trabalho e o aproveitamento máximo de recursos em todas as etapas do processo de produção de mercadorias. O trabalho repetitivo e mecânico se sedimentava nas fábricas, exigindo rígida disciplina, como pôde ser visto no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, uma crítica mordaz ao internamento e à alienação. Os trabalhadores assalariados, apesar de terem conquistado a redução do tempo de sua jornada diária, assistiam a intensificação de suas tarefas e direitos restringidos, não se tornando livres de um trabalho maçante e sem sentido para suas vidas. A sensação do trabalho inautêntico se espalhou. O *animal laborans* estava em sua essência ali, preso a esta engrenagem que disciplinava corpos. O consumo compensatório servia apenas de anestesia ao vazio gerado por um mundo do trabalho que premiava poucos.

Esta tensão entre o campo de experiências e o horizonte de expectativas vivenciado por grandes contingentes levou a desdobramentos como as reivindicações que aconteceriam em diversos cantos do mundo em 1968, como seu libelo por liberdade, autonomia e flexibilidade. Como estas críticas seriam absorvidas neste novo regime que se desenhava? Quais justificativas morais poderiam motivar os trabalhadores nesta nova temporalidade? Como é vivenciada pelo trabalhador assalariado nos dias de hoje esta experiência temporal diante da irracionalidade do capitalismo financeiro-informacional?

No próximo capítulo analisamos como este embate foi fagocitado pelas forças dominantes e de como o sistema de valores dominantes promoveria o modelo ideal de conduta, agora lapidado, do *homo economicus* em uma nova temporalidade a partir dos anos 1980.

CAPÍTULO II – A NOVA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As transformações dos últimos quarenta anos em relação à representação social do trabalho assalariado e seu engajamento moral devem ser analisadas a partir de alguns precedentes históricos. Os movimentos sociais de 1968 são nosso ponto de partida para compreender os embates em torno de uma nova ética do trabalho que gradativamente se estabeleceria no final do século XX. Através de um processo de enfrentamento global entre governantes e governados, em plena crise de acumulação do capital, despontará a visão de um ser humano-empresa, mais pragmático e calculista perante uma sociedade de riscos. É desta confluência de valores que trata este capítulo.

Em meados do século passado assistimos ao avanço predatório da acumulação de capital, com o apoio de um Estado intervencionista e regulador, restringindo o campo de experiências e o horizonte de expectativas de uma grande parte de trabalhadores assalariados e de desempregados estruturais. O modelo de produção taylorista/fordista com acentuada divisão do trabalho propiciara novos processos de especialização e instrumentalização da força de trabalho, tornando as corporações rígidas em estruturas hierarquizadas e burocratizadas, com pouca mobilidade para os trabalhadores que ali se inseriam. Rigorosos horários de labor, demarcando o que era considerado tempo de labuta e o que era considerado tempo livre, bem como fixação de tarefas e ordens a serem cumpridas com pouca margem de contestação, refletiam o tipo de trabalho exigido. Por meio dos sindicatos, que haviam se desenvolvido como força de resistência a partir do regime liberal proprietarista do século XIX e ganhado dinamismo e penetração social durante o regime social democrata, uma maior mobilização se formava contra as cada vez mais expressivas exigências de produção.

A justificativa moral do bem-comum e da paz social, herança das sociedades ternárias como visto no capítulo anterior, bem como do prometido progresso através do esforço e dedicação de cada cidadão, parte do ideário de emancipação individual, tal qual construído durante o regime liberal proprietarista, não encontravam respaldo na realidade e desengajavam trabalhadores. O modelo de eficiência nas empresas seguia uma cartilha de poder autoritário e centralizador na figura do patrão, com sua contraparte social no modelo de autoridade do pai de família provedor. Tratava-se de um ambiente rígido de trabalho e execução de tarefas, com pouco espaço para o desenvolvimento da criatividade pessoal. Novas justificativas éticas precisavam ser construídas para mobilizar os trabalhadores e assegurar a ordem em uma

economia moral voltada para o mercado. Os levantes de 1968 são um momento importante de inflexão para a construção de um novo tipo de engajamento em uma nova ética do trabalho.

2.1 Crítica e Incorporação de Valores – 1968

Aos movimentos estudantis que eclodiram em diversas cidades do mundo no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970 se incorporaram mobilizações da classe operária contra o *establishment*. Se, por um lado, se buscava maior liberdade individual; por outro, se lutava por mais justiça social. O desejo de emancipação e liberdade pessoal, encampado por estudantes e intelectuais, incluía uma ampla pauta como liberdade de expressão e de escolha individual, liberdade sexual e reprodutiva, independência em relação a figuras de autoridade, liberdade de formas de expressão e de estilos de vida próprios. A classe operária reivindicava justiça social, melhores condições de trabalho, participação dos trabalhadores nos conselhos de fábricas, distribuição de lucros e redução das desigualdades com reforma do Estado. A isto se somava a luta pelo pleno emprego, uma vez que o aumento do desemprego restringia as possibilidades tanto de estudantes recém-formados como de operários de encontrarem trabalho.

As críticas também se voltavam contra uma frívola sociedade de consumo que se ampliava. Para o próprio desenvolvimento do capitalismo era necessário criar uma sociedade que consumisse os produtos criados, produtos cada vez mais descartáveis que rapidamente se tornariam obsoletos para serem repostos por novos, estimulando a produção. Desta forma, as empresas criavam novas modas com obsolescência programada estimulando o consumo e prendendo os trabalhadores nesta roda que não parava de girar. Produção que gerava consumo que gerava mais produção e mais consumo. O tempo livre dos trabalhadores era preenchido por este prazer derradeiro, servindo como uma válvula de escape a uma disciplina cada vez mais rígida em seu tempo de labor. Um dos grandes críticos a este estado de coisas foi Herbert Marcuse, cujos escritos se tornaram uma bíblia debaixo dos braços de estudantes durante as barricadas francesas de 1968. Ele via o consumo como reflexo de uma sociedade totalmente administrada, que colonizava a vida cotidiana através de uma racionalidade instrumental, sendo uma verdadeira ameaça à liberdade humana. Assim despontava o ser humano unidimensional.

A cultura industrial avançada é mais ideológica que sua predecessora, visto que hoje a ideologia está no próprio processo de produção. De uma forma provocativa, essa proposição revela os aspectos políticos da racionalidade tecnológica predominante. O aparato produtivo e os bens e serviços que ele produz ‘vendem’ ou impõe o sistema social como um todo. Os meios de transporte e de comunicação de massa, as mercadorias de habitação, alimentação e vestuário, a irresistível produção da indústria do entretenimento e da informação trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que unem os consumidores mais ou menos

prazerosamente aos produtores e, por meio destes últimos, ao todo. Os produtos doutrinaam ou manipulam; eles promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E como esses produtos benéficos tornam-se disponíveis a mais indivíduos em mais classes sociais, a doutrinação que eles levam a cabo deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida. É um bom estilo de vida – muito melhor que antes – e enquanto um bom estilo de vida, ele age contra a mudança qualitativa. Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensional, no qual as ideias, aspirações e objetivos que, por seu conteúdo, transcendem o universo estabelecido do discurso e da ação, são ou repelidos ou reduzidos aos termos desse universo (MARCUSE, 2015, p.49).

Esta citação longa é uma licença que aqui concedemos por traduzir de forma dramática a situação a que chega o trabalhador na segunda metade do século XX, preso em um estilo de vida que lhe proporciona uma satisfação ilusória, evitando que questione a inautenticidade do trabalho assalariado. O enaltecimento do individualismo egoísta e da sociedade de consumo favoreceram a desmobilização dos trabalhadores.

Nota-se que enquanto uma pequena minoria tinha acesso à libertação da árdua labuta diária, a maioria dos indivíduos continuava a reproduzir a rotina do *animal laborans*, que trabalha arduamente para preencher suas necessidades. Fenômeno este que a própria Hannah Arendt se debruçara em sua obra *A Condição Humana*, citada no capítulo anterior, no qual o *animal laborans* preso às suas necessidades no percurso da Antiguidade está também presente não só nas fábricas do século XIX como na sociedade de consumo do século XX. Para Arendt, a vitória do *animal laborans* na era moderna se manifesta na “transformação da obra em trabalho e dos objetos de uso em objetos de consumo”. A reificação toma novo corpo, passando a significar não somente a separação do trabalhador de seus instrumentos e bens que produz, mas a própria reapropriação dos bens em uma sociedade de consumo que o satisfaz, o aquiesce e o submete. Este *animal laborans* é mantido assim preso em uma racionalidade instrumental que adquire perfil totalitário, pois sua lógica invade o tempo total deste indivíduo, não somente o tempo de trabalho, mas o tempo livre, convertido este em tempo de consumo.

Parte das críticas em relação à liberdade individual seria fagocitada para favorecer a acumulação do capital e pacificar trabalhadores. A história do modo de produção capitalista apresenta diversos momentos em que a crítica seria incorporada, distorcida e reinterpretada em novos valores para favorecer a renovação do capital. Isto pôde ser visto nos libelos por liberdade e igualdade dos jacobinos, que mesmo perdedores do processo revolucionário francês tiveram seus credos penetrados nas concepções liberais do século XIX em sua economia moral. Assim como na incorporação da ética protestante transformada em ética do trabalho no mesmo século, referenciada no capítulo anterior.

As reivindicações globais dos levantes de 1968, do México à Alemanha, dos Estados Unidos à Checoslováquia, da França à China, pela liberdade de iniciativa e de expressão, seriam assim incorporadas a uma nova narrativa que se tornaria dominante. Para estimular o engajamento, prometia a superação de uma época anterior, criticada agora pela elite como de inépcia burocrática do aparato estatal, comprometendo a eficácia da produção. Os avanços tecnológicos de produção em variados setores asseguravam este discurso. Um rol de liberalizações sociais seria assim promovido a partir dos anos 1970, como o estímulo a novos estilos de vida, formas mais livres de expressão e de práticas culturais. Do outro lado, os desejos por autonomia e flexibilidade das relações trabalhistas, bem como horizontalidade no ambiente de trabalho, seriam atendidos através da reestruturação que o próprio capitalismo iria sofrer a partir de então em sua versão flexível-financeirizada.

Gradativamente novos conceitos e termos passariam a fazer parte do dia a dia: nascia a “empresa enxuta e flexível”, e os trabalhadores seriam transformados em “parceiros”, “colaboradores” e “consultores”. Criava-se assim um novo léxico para camuflar o avanço da espoliação sobre os trabalhadores, decorrente da crise estrutural do capital. O discurso linguístico nunca é neutro, ocultando aqui a hierarquia e a sujeição e se mascarando como autonomia individual.

Já a crítica ao consumismo levaria ao mascaramento do próprio consumo, apresentando-o ora como saudável, ora como sustentável, com uma falsa preocupação com o meio ambiente. O desejo seria tornado cada vez mais manipulável assegurando uma natureza insaciável. Quanto às solicitações por justiça social, estas seriam abandonadas tornando-se mais injustas em uma nova ética do capitalismo.

Opondo-se ao capitalismo social planejado e controlado pelo Estado – tratado como obsoleto, tacanho e coercitivo – e alinhando-se com a crítica estética (autonomia e criatividade), o novo espírito do capitalismo vai tomando forma progressivamente no rescaldo da crise dos anos 1960-1970 e assume a tarefa de revalorizar o capitalismo. Dando as costas às reivindicações sociais que haviam dominado a primeira metade dos anos 1970, o novo espírito abre-se para as críticas que denunciavam então a mecanização do mundo (sociedade pós-industrial contra sociedade industrial), a destruição das formas de vida favoráveis à realização das potencialidades propriamente humanas, em especial, da criatividade, ressaltando o caráter insuportável dos modos de opressão que, sem necessariamente derivar em linha direta do capitalismo histórico, tinham sido aproveitados pelos dispositivos capitalistas de organização do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p.237).

Importante ressaltar que a classe operária nos levantes de 1968 abandonaria seu histórico libelo de luta por um outro modo de produção, adverso do capitalismo. Suas

reivindicações se concentrariam em reformas inseridas na própria estrutura do sistema, como as melhorias das condições de trabalho, planos de previdência e de saúde. Ao contrário dos movimentos socialistas do século XIX e começo do século XX, que lutavam pela apropriação dos meios de produção e uma mudança radical da sociedade, os novos movimentos estavam circunscritos a uma sociedade de consumo e seus benefícios.

Neste sentido, cabe nos perguntarmos se a classe operária deixou de ser revolucionária. Sartre chamaria a atenção para a “atomização do proletariado”, estratégia burguesa de desmobilização de classe. Observamos também que seus sindicatos passariam a exigir melhorias dentro do modo de organização de trabalho tal qual erigido pelo capital, muitas vezes, tornando-se meros sindicatos patronais que tomavam decisões conjuntas e articuladas aos donos do poder. Parte da intelectualidade que dava apoio às reivindicações da classe operária passaram a apoiar o *status quo*, abandonando os princípios históricos de luta por igualdade social e superação do modo de produção capitalista. Isto contribuiria para o enfraquecimento das mobilizações, diante de uma forte ofensiva das classes dominantes que passaram a promover a narrativa do fim das ideologias (enquanto promoviam somente a sua própria) e a supremacia da sociedade de consumo. O capitalismo passou a ser representado como uma formação social eterna e insuperável, escamoteando seus conflitos internos. Além disso, a emergência de movimentos identitários de raça, gênero e sexo somados a novas configurações de classe, exigia uma reconfiguração mais ampla da luta operária para fazer frente ao poderio do capital. Somados a estes elementos, a globalização, vendida como benéfica a todos, cumpriria seu real papel de redução drástica de custos através da descentralização das cadeias produtivas, o que causaria a desmobilização das organizações de trabalhadores.

2.2 Nas Garras do Neoliberalismo

A partir dos anos 1970 houve uma confluência de diversos fatores que provocaram uma recomposição do capital. A crise internacional do petróleo de 1973 desencadeou um processo de estagnação e aumento do desemprego global, exigindo políticas econômicas austeras de restrição orçamentária. Outro agravante ocorreria em 1978 quando o líder chinês, Deng Xiaoping, iniciou uma ampla reforma visando a liberalização da economia da China e abrindo o imenso país para o comércio internacional. Isto favoreceria uma concorrência nunca antes vista pelo melhor modelo de desenvolvimento econômico, em um ambiente de disputa mais fluída e aberta que ficaria conhecida como processo de globalização. Com tratados internacionais de livre-comércio e de livre circulação de capitais que seriam firmados gradativamente, substituindo toda regulamentação, o fluxo de capitais deixava de encontrar

barreiras para, enfim, se fixar sem comprometimento nos territórios que oferecessem melhor retorno financeiro, acelerando, desse modo, os processos de compressão espaço-temporal.

O antigo modo de produção taylorista/fordista gradativamente perderia destaque por ser considerado muito rígido e pouco eficiente para um mercado em rápida transformação, cada vez mais volátil e competitivo. Novas engenharias, como o toyotismo, seriam incorporadas, com sua tecnologia do *just-in-time* de amplo controle de qualidade de processos e produção sob encomenda, com uma promessa de um ambiente de trabalho menos despótico que propiciaria maior envolvimento do trabalhador em um labor multifuncional. A isto tudo se somaria a eleição conservadora da primeira ministra Margaret Thatcher na Grã-Bretanha em 1979 e do presidente republicano Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980, que passaram a seguir uma cartilha de políticas ultraliberalizantes e que ficariam conhecidas como neoliberais.

O neoliberalismo é um conjunto de ideias, políticas e práticas de cooptação e espoliação social sob um capitalismo flexível e financeirizado. Instituiu-se gradativamente nos países avançados e em desenvolvimento, a partir dos anos 1980, tendo sido previamente testado no Chile dos anos 1970 (em conluio com a ditadura sanguinária do general Augusto Pinochet). Procurava servir como alternativa à social democracia, incapaz de renovar seu programa diante dos desafios do crescente endividamento de Estados para manutenção do *welfare state*, da crise de acumulação de capital decorrente da citada crise do petróleo e da maior competição internacional. Incorporava para isso o ideário de escolas econômicas dos anos 1930 que faziam uma crítica naquela época à social democracia, propondo uma ampla liberalização da economia com a desestatização de empresas que eram ou tinham sido nacionalizadas e sua conseqüente privatização. Tratava-se também de uma reação ao temor do comunismo¹⁰ e do socialismo, que colocavam em xeque a hegemonia econômica das elites dominantes proprietaristas. O Estado controlador e inchado, incapaz de lidar com as rápidas mudanças econômicas, deveria ser remodelado e ajustado às necessidades do mercado.

A propriedade privada retomava assim seu cântico como instituição sagrada e direito inalienável de cada indivíduo (sendo importante aspecto que as corporações também seriam definidas como indivíduos perante a lei) neste agora regime liberal neoproprietarista, termo que melhor designa esta ordem de supervalorização da propriedade em todos os seus aspectos. As liberdades individuais passariam a ser asseguradas pela ampla liberdade de mercado e de comércio, a competição valorizada e as despesas com gastos sociais reduzidas para manutenção

¹⁰ O termo comunismo nesta dissertação se refere ao capitalismo de Estado implantado na União Soviética.

de contas internas saudáveis, privatizando instituições de ensino e saúde para promover maior eficiência e resultados na lógica do mercado.

Podemos tomar também o neoliberalismo como um conjunto de ideias e práticas que procura aplacar parte das solicitações de alguns grupos subalternos por liberdade e autonomia, enquanto restaura o poder das elites econômicas perdido com a social democracia (em que o Estado abraçara o pacto do bem-estar social às custas da redução dos lucros das empresas capitalistas e taxaço de impostos sobre fortunas) e com a crise renovada do capital dos anos 1970, conforme analisa Piketty em sua obra *Capital e Ideologia*.

A restauração de poder da elite econômica no capitalismo flexível e financeiro apoiou-se em forte concentração de riqueza e propriedade, cooptação de parcelas da sociedade (como a classe média, seduzida pelo consumo para se diferenciar da classe operária e invejosa da riqueza da classe dominante) e mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais de capital e práticas de ajuste estrutural. Tudo isto ocorreu em um clima de mudança de ênfase da produção para as finanças como mola mestra do poder desta elite, gerando uma nova rodada de compressão espaço-temporal. Esta elite econômica inclui empreendedores, financistas e CEOs de grandes corporações que detêm imenso capital e poder, influenciando em decisões políticas de Estado.

Por volta dos anos 2000, como nos revela Piketty, já estava restaurada sua parcela de riqueza sobre a renda nacional a níveis assustadores, que não se viam desde os anos 1920. Assiste-se à passagem de governos de Estado para a governança, uma configuração mais ampla que inclui as corporações como coparticipes de decisões de políticas e beneficiamentos. Impostos progressivos sobre rendimentos e patrimônios elevados, tão caros à social democracia, foram sendo dramaticamente reduzidos, sob uma retórica de que gerariam maiores investimentos das empresas, inclusive no aumento e qualificação de sua força de trabalho. Operações internacionais de fluxos de capitais se tornaram pouco transparentes, em especial o registro das rendas e patrimônios financeiros, encontrando abrigo em diversos paraísos fiscais. A redução da arrecadação de impostos sobre grandes fortunas e movimentações financeiras de corporações impactou as receitas dos Estados para investimentos sociais, como educação, saúde e previdência social.

É importante destacar aqui a experiência temporal acelerada que se desenhava neste contexto, a partir do final do século XX e já sob os auspícios do neoliberalismo. Com o avanço do capitalismo agora financeiro-informacional, o tempo cada vez mais vorazmente passou a comprimir o espaço, acelerando sobremaneira o ritmo de vida dos trabalhadores e seu grau de estresse. Esta intensa compressão espaço-temporal trouxe desorientação, inclusive em

processos de gestão de trabalho que precisavam ser constantemente renovados. Isto gerou instabilidade e ceticismo em relação a novas políticas, que se desgastavam rapidamente e eram suplantadas diante de novas rodadas de compressão espaço-temporal. Para isto contribuiria sobremaneira os avanços tecnológicos da *internet* e suas ferramentas, que abriria caminho para a comunicação instantânea e simultânea em todo o globo.

Vivemos em um momento de forte aceleração tecnológica e de ritmo de vida das estruturas temporais decorrente do avanço insaciável da acumulação ilimitada do capital. Processos organizacionais de trabalho mudam em poucos anos, os projetos têm vida cada vez mais curta. O tempo, que outrora fora promessa libertadora, agora sempre nos faz falta, nunca é suficiente. Diversas tarefas passam a ser executadas ao mesmo tempo, de forma simultânea, o que gera culpa, ansiedade e impotência.

Estamos em um momento limiar do aniquilamento do espaço pelo tempo. Este momento é definido por pesquisadores como Modernidade Tardia, Pós-Modernidade ou como o próprio fim da história: a percepção em que deixa de fazer sentido a história como temporalidade fixada no progresso e na ordem, em que paradigmas de tempo e espaço se desgarram a ponto de não existir mais referenciais e tudo se tornar fragmentário. Como se pergunta Bauman: “Teria o tempo, depois de matar o espaço enquanto valor, cometido suicídio? Não teria sido o espaço apenas a primeira baixa na corrida do tempo para a autoaniquilação?” (BAUMAN, 2014, p.150).

2.3 Trabalho e Justificativas Morais

O trabalho foi profundamente afetado pelas novas políticas e tensões advindas de um ambiente muito mais competitivo e acelerado. Na busca de uma eficiência cada vez mais agressiva na acumulação de capitais, as empresas se deslocaram para os países que ofereciam maiores benefícios, menos impostos e mão de obra barata. Houve desindustrialização nos países avançados. Foram desmantelados os sindicatos, reduzindo a sua força de intervir em prol dos trabalhadores. A força de trabalho foi sendo cada vez mais fragmentada, em uma nova divisão internacional do trabalho mais deslocada e cada vez mais terceirizada. Para evitar greves, a ameaça de fechamento de fábricas estava sempre sobre a mesa, tornando-se um temor constante que pairava sobre os trabalhadores. Os sindicatos, que apresentavam estruturas grandes e burocráticas, não resistiram aos novos tempos que exigiam maior flexibilização das relações trabalhistas. Todas as formas de organização do trabalho e direitos dos trabalhadores foram atacados, sendo que o próprio trabalho individual, fragmentado e isolado contribuiria para evitar o contato entre trabalhadores da mesma empresa, evitando a consciência de classe e a

formação de resistências. O toyotismo como modelo de produção, que veio a se somar ao taylorismo, sugeria uma forma mais envolvente de labuta, em que cada trabalhador executaria múltiplas funções ao invés de maçantes e repetitivas tarefas do trabalho prescrito, escamoteando o real aumento da exploração, sem contar os riscos de acidentes ampliados, parecendo diminuir a sujeição ao labor, na proposta de oferecer um deslocamento mais fluído dos trabalhadores. Este processo atraiu positivamente camadas da população com prometidas benesses do trabalho flexível, polivalente e multifuncional.

As virtuosas reivindicações de especialização flexível nos processos de trabalho e de flexibilização dos contratos de trabalho puderam tornar-se partes da retórica neoliberal capazes de ser persuasivas para trabalhadores individuais, particularmente aqueles que haviam sido excluídos dos benefícios monopolistas que a forte sindicalização às vezes trazia. Uma maior liberdade em geral e a liberdade de ação no mercado de trabalho podiam ser louvadas como uma virtude tanto para o capital como para o trabalho, e também nesse caso não foi difícil integrar valores neoliberais ao ‘senso comum’ de boa parte da força de trabalho (HARVEY, 2008, p.62).

Os modelos de trabalho flexível eram não só persuasivos para os trabalhadores excluídos dos benefícios da forte sindicalização do período socialdemocrata, o eram também para parcelas de trabalhadores de classe média que se expressaram nos levantes de 1968 em busca de maior liberdade de ação no campo do trabalho. A classe média também seria cooptada através dos estímulos próprios de uma cultura do consumo, pelo desejo da casa-própria e pelo individualismo egoísta, valores estes que adiante penetrariam na classe operária.

A ideologia neoproprietarista elaborada no final do século XX e início do século XXI é mais complexa que um simples retorno ao proprietarismo do século XIX e início do século XX. Ela está, sobretudo, ligada a uma ideologia meritocrática exacerbada. De modo geral, o discurso meritocrático visa glorificar os vencedores e estigmatizar os perdedores do sistema econômico por sua suposta falta de mérito, virtude e diligência. Essa culpabilização dos mais pobres, entretanto, assumiu uma magnitude crescente ao longo da história e constitui um dos principais traços distintivos do regime desigualitário atual (PIKETTY, 2020, p.616).

O empenho e a dedicação no trabalho enquanto capacidades individuais foram cada vez mais valorizadas como virtude, sendo o fracasso interpretado como falha pessoal. Assim se deixou de lado uma visão mais sistêmica, como a exclusão de classe. A falta de ensino, por exemplo, impossibilita o indivíduo de concorrer no mercado no mesmo pé de igualdade com outro que teve acesso a um ensino de qualidade. Com isto, foram escamoteadas questões sociais relevantes, como as oportunidades de acesso ao ensino e cultura na formação do indivíduo.

A responsabilidade sobre o aprimoramento do próprio “capital humano” foi exacerbada, o empreendedorismo reforçado e o individualismo tornado triunfante. Como diz Christian

Laval (2020a, p.42): “O indivíduo é livre para agir como quiser, como um peixe é livre para nadar em seu aquário”. Retira-se a responsabilidade do Estado, em um deslocamento típico do modo de produção capitalista flexível e financeiro sob o neoliberalismo. Em um ambiente em que a livre concorrência regula o mercado, cada indivíduo está solto entre os leões nesta arena e deve ser capaz de potencializar suas habilidades. Cabe somente ao indivíduo seu sucesso ou seu fracasso nesta temporalidade acelerada. Ele se torna totalmente responsável sobre o caminho que irá trilhar, sendo a autorresponsabilidade promovida.

Desta forma, uma coleção de virtudes passou a ser manipulada e articulada por meio de diversos canais: políticas de Estado desenvolvidas em conluio com conglomerados de poder econômico, saberes transmitidos em corporações através das boas práticas de gestão e da promoção de recursos humanos, institucionalizados em escolas e universidades assim como propagandeados pelos meios de comunicação e distribuídos através de difusas práticas sociais. Entre as virtudes que constituiriam o novo panteão estão ali velhas e novas conhecidas: o individualismo (fenômeno único no Ocidente, que desde o pensamento cristão reforça a centralidade do indivíduo e sua própria imortalidade, ampliada pelo humanismo da Era Moderna e o racionalismo da Idade das Luzes), o gosto pela competição (ao qual o darwinismo social traduziu pela sobrevivência dos mais aptos em um ambiente concorrencial, no caso o mercado), o autocontrole (que mais de duzentos anos de adestramento de nossos corpos e racionalidade instrumental crescente nos deixaram), confiança, mérito e empreendedorismo (legados do liberalismo e suas bandeiras). Como bem sintetizou Harvey sobre a formação deste sistema de ideias e valores que se tornaria dominante, aqui apresentado como pensamento dominante.

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento (HARVEY, 2008, p.14).

A exacerbação de um discurso individualista e meritocrático pode ser explicado como contraofensivo ao aumento de tensões sociais devido ao aprofundamento da acumulação do capital por espoliação, termo este definido por Harvey em *O Neoliberalismo*. Espoliação, enquanto fragmentada e particular, traduzida na mercadificação crescente da força de trabalho, deslocada ao bel-prazer do capital, suprimida em seus direitos trabalhistas e marcada pela promoção da servidão por dívida, prática que prende o trabalhador através da cultura do crédito. A fragilização dos serviços públicos que levava à sensação de abandono e maior percepção de

desigualdades, sentida por diferentes segmentos da sociedade, como estudantes, trabalhadores e intelectuais exacerbava os conflitos sociais. Isto foi especialmente sentido com a crise financeira de dimensões globais que se desenvolveria a partir de 2008. Movimentos sociais se espalharam pelas ruas de diversos países em busca de justiça social, como as vistas em 2011 com o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e *Indignados* na Espanha, bem como em 2013 nas *Jornadas de Junho* no Brasil e nos *Protestos do Parque Gezi* na Turquia, assim como o movimento dos *Coletes Amarelos* na França em 2018, o que demonstrava uma tomada de consciência da fortíssima desigualdade social e da estagnação prolongada de renda dos trabalhadores, aliada ao aumento brutal da informalidade, aumento do desemprego e também desemprego entre os informais (um fato inédito).

Fica cada vez mais claro que o Estado socorre as instituições financeiras do colapso com somas bilionárias que serão pagas pelo contribuinte, por suas aventuras em um cassino irracional, enquanto saúde, educação e trabalho se tornam cada vez mais desvalorizadas, desprotegidas e com investimentos públicos reduzidos. As justificativas morais de engajamento social precisam ser reforçadas para a sobrevivência das elites econômicas, mantendo assim sua hegemonia política. Com isto, distorções são naturalizadas, como o enaltecimento de empreendedores que se tornaram bilionários, como se estivéssemos em dívida para com eles, em uma reedição da relação primordial de credor e devedor e suas obrigações tal qual visto no primeiro capítulo enquanto gênese da moral.

Bill Gates, Jeff Bezos e Mark Zuckerberg devem ser reverenciados por nos proporcionar o acesso a uma tecnologia nunca antes vista, que nos seduz com um futuro utópico (ou seria distópico?), pouco importando eticamente se suas empresas estão localizadas em paraísos fiscais, se há pouca transparência na movimentação de seu capital, se promovem evasão fiscal, se não pagam impostos progressivos como contraparte para o bem-estar social, se há superexploração de trabalhadores em territórios que oferecem mão de obra barata sem direitos trabalhistas em longas jornadas de trabalho, se privatizam e destroem o meio ambiente. Fica evidente que privilégios legais e fiscais estão à disposição destas elites, consolidando o poder monopolista, oligárquico, com liberdade de mercado irrestrita para grandes corporações e poucos direitos legais e de bem-estar para a maior parte da sociedade.

2.4 Homem-empresa-de-si-mesmo

Para melhor compreensão do modelo de engajamento que emerge neste novo regime é fundamental retomarmos o modelo ideal do *homo economicus*, que será resgatado pelos pensadores neoliberais e receberá nova roupagem.

A economia moral burguesa havia promovido a imagética do *homo economicus* no século XVIII, que remonta ao ser humano de seu próprio interesse de John Locke, como vimos no primeiro capítulo, retomado em Adam Smith como sujeito de interesse pessoal localizado em uma totalidade que lhe escapa, mas que por outro lado alicerça a racionalidade de suas inclinações egoístas, a “mão invisível” do mercado. O *homo economicus* é aquele que obedece ao seu próprio interesse e que converge espontaneamente ao interesse dos outros. É o ser humano da troca, um dos dois parceiros no processo de troca, em uma visão utilitarista. É o típico sujeito do *laissez-faire*.

Os pensadores neoliberais procuraram reintroduzir o conceito moral do *homo economicus*, a partir do campo de análise econômica do trabalho, em uma crítica contundente à economia política clássica. Entre estes pensadores estão Theodore Schultz e Gary Becker, que faziam uma investigação sobre o investimento no capital humano no início dos anos 1970. Segundo a crítica destes pensadores, existe um vazio na teoria da economia política clássica que deve ser explorado. Adam Smith havia construído sua análise econômica a partir da divisão do trabalho e sua especialização, enquanto David Ricardo compreendia o trabalho em sua forma quantitativa (tempo de trabalho ou número de trabalhadores), mas segundo estes pensadores neoliberais deve-se ir além disso, analisando o trabalho na sua especificação concreta, em suas variações qualitativas e nos efeitos econômicos destas variações. Portanto, rechaçam a análise abstrata do trabalho, inclusive a que surge em Marx. Em Marx, temos o trabalhador que não vende o seu trabalho, mas que vende a sua força de trabalho no mercado, realizada durante determinado tempo e por determinado salário, salário este que corresponde a um equilíbrio entre a oferta e a procura da força de trabalho, sendo que parte do resultado de sua produção é extorquido do trabalhador em prol do capitalista. Na lógica do capital apenas a força e o tempo são retidos, tornando-se um produto mercantil que retém apenas os efeitos de seu valor produzido. Já nesta nova abordagem neoliberal deixa-se de ver o trabalhador como um objeto, um objeto de oferta e procura na forma de força de trabalho, mas como um sujeito econômico ativo.

Procura-se analisar o trabalho concreto, o trabalho enquanto comportamento econômico calculado e praticado, de como o trabalhador utiliza os recursos de que dispõe, se colocando assim no ponto de vista daquele que trabalha. Se o trabalhador labuta para receber um salário, se o salário é um rendimento, se o rendimento é o produto ou a receita de um capital e se o capital é a fonte de rendimentos futuros, pode-se concluir que o trabalho implica um capital, uma competência, indissociáveis do trabalhador. Não é mais uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, emergindo desta análise o trabalhador como

empresa. Não mais o indivíduo como alienado de seu ambiente de trabalho, de seu tempo e de sua vida, mas como sujeito racional que calcula.

Neste conjunto de ideias e valores, o *homo economicus* se apresenta como um empresário-de-si-mesmo, sendo ele mesmo seu próprio capital, seu próprio produtor, sua fonte de rendimentos. Emerge aqui o sujeito racional de seu próprio interesse, um capital humano que se governa positivamente fazendo escolhas através de cálculos de probabilidade de recompensas e punições decorrentes de sua conduta. Ele calcula racionalmente entre as possibilidades disponíveis em qual pode investir seu capital para ter o maior ganho possível sobre seus investimentos em um mercado concorrencial ao qual deve se adaptar. O sujeito é livre para agir, mas deve capitalizar seus próprios recursos neste ambiente concorrencial.

Desta forma, o *homo economicus* neoliberal passa a ser visto como uma empresa gerida por uma racionalidade específica que visa a maximização dos seus investimentos em todas as áreas de sua vida, inclusive através do consumo, da saúde, de seus relacionamentos afetivos. O empreendedorismo é colocado em primeiro plano, o homem-empresa voltado para o cálculo constante de sua rentabilidade, enfim, o individualismo triunfante.

A valorização imagética deste homem-empresa-de-si-mesmo se espalhou pela sociedade. Do executivo de uma grande empresa ao trabalhador informal, e até mesmo entre os desempregados, este modelo aspiracional é constantemente reforçado através dos diversos canais institucionais e da exaltação de empresários vencedores. Sendo assim, compartilhados por extensos agrupamentos humanos na atualidade.

Podemos observar contrapontos da valoração social do trabalho, entre aspirações e práticas. No primeiro capítulo analisamos a valoração positiva do trabalho na Era Moderna com o *homo faber* e, na sequência, sua desvalorização nos primórdios do capitalismo industrial século XIX com o *animal laborans*. Vemos que estas imagens se assombam mutuamente, se repelem e se repetem em diferentes níveis de intensidade da espoliação capitalista. O século XX também assistiria ao deslocamento do caráter libertador do *homo economicus* senhor de sua razão para o manipulado *animal laborans* da sociedade de consumo, como Hannah Arendt bem lembrava. No atual regime liberal neoproprietarista de acumulação flexível e financeira do capital, aspirações e práticas do trabalho se chocam diante de nossos olhos.

Em um regime de desigualdades extremadas, com fortíssima concentração de riqueza, em que cerca de 300 famílias detêm mais renda que os 40% mais pobres do mundo, estas noções do tipo ideal de ser humano se tornam problemáticas em sua injustiça. Os números são chocantes. A concentração de riqueza de apenas 1% da população do mundo disparou nestes últimos quarenta anos, representando hoje mais que o dobro da riqueza possuída por 6,9 bilhões

de indivíduos. No Brasil, cinco famílias possuem uma riqueza maior que os 50% mais pobres da população¹¹. O Brasil tem a segunda maior concentração de renda entre mais de 180 países: 1% dos mais ricos possuem 28,3% da renda do país. Enquanto os ricos se tornaram mais ricos, os pobres se tornaram mais pobres¹². Até que ponto o modelo de conduta do *homo economicus* mantém sua penetração e engajamento pelo tecido social diante desta opressiva realidade?

A pretensa teoria liberal do gotejamento, em que o enriquecimento dos ricos propiciaria gradativamente um padrão de vida melhor aos mais pobres não encontra respaldo na realidade. A explosão da desigualdade social, a partir dos anos 1970, revela a falsidade desta teoria. Uma parte maior das riquezas foi dada a uma elite, através inclusive de redução de tributos, mas não se viu na outra ponta a diminuição de desigualdades¹³.

Cada vez mais dispositivos tecnológicos estão a serviço das elites dominantes para assegurar o comprometimento moral dos governados. Este comprometimento pode ser chamado também de consenso. Ou de construção do senso comum, como descrevera Gramsci, enquanto sentido sustentado em comum através de práticas de longos períodos. Dispositivos tecnológicos se multiplicam e reforçam diariamente valores de desempenho e sucesso, introjetando também a culpa no caso de fracasso pessoal. Olhamos admirados para este *homo economicus* suspenso sobre nós e que nos inspira, enquanto vivenciamos uma rotina asfíxiante de trabalho inautêntico que nos controla em diversos níveis. Não queremos nos deixar abater e reconhecer no *animal laborans* o nosso vazio existencial, seres abandonados à própria sorte, vilipendiados e empobrecidos.

É importante acrescentarmos que a utopia de uma sociedade de alta produtividade com tempo livre sentenciada por Marx, reforçada pelo pensamento determinista da crença no progresso rumo ao bem comum, não se concretizou. Também a sociedade informacional que prometia trabalhos brandos e liberação dos indivíduos para a fruição da vida se mostrou irrealista. O trabalho digital invadiu nossa privacidade, estamos hoje o tempo todo conectados e disponíveis. O trabalho se tornou mais extensivo e intensivo. Importante ressaltar que hoje muito mais pessoas dependem do trabalho, o trabalho aumentou e não diminuiu. Trabalhamos também hoje de forma gratuita para alimentar a rede de dados das grandes corporações. O

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/5-bilionarios-brasileiros-concentram-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-no-pais-diz-estudo.ghtml>. (ver também Anexos de Gráficos).

¹² O site oficial do Senado Federal do Brasil apresenta os números assustadores de concentração de riqueza no país. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. (ver também Anexo de Gráficos).

¹³ A reportagem do *Diplomatique Brasil* traz mais informações da precariedade da teoria do gotejamento e gráficos a respeito do aumento das desigualdades e da concentração de renda. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-crescimento-da-desigualdade-no-capitalismo-contemporaneo/>.

capitalismo informacional complexificou processos, mas vale ressaltar que não eliminou o trabalho social desigual. Para que os dispositivos tecnológicos estejam em nossas mãos são necessários exércitos de trabalhadores ao Sul do mundo, minerando arduamente componentes na África ou os montando em gigantescas fábricas na China. O que se vê é a expansão do trabalho informal e precarizado. O que se vê é o trabalho humano global cada vez mais desregulamentado, desumanizado e desvalorizado. Novas modalidades de extração de mais-valia se expandem além da indústria e serviços através das plataformas digitais.

O setor de serviços é em si um exemplo marcante desta espoliação pelo capitalismo flexível-financeiro-informacional. A sede voraz pelo lucro penetrou de forma extensiva sobre os trabalhadores deste setor. Os direitos trabalhistas foram eliminados, as jornadas de trabalho se tornaram mais intensas e extensas, a disponibilidade *full-time* foi requerida, as ofertas de salários foram sendo cada vez mais reduzidas diante da forte concorrência, (ampliando o exército de reserva), a labuta foi fragmentada (reforçando sua inautenticidade). E na ponta as perspectivas com o futuro desapareceram, como se este de repente nunca houvesse existido.

No próximo capítulo acendemos as luzes da sétima arte para nos confrontarmos com o dia a dia deste sonhado *homo economicus* tragado pela crise financeira de 2008 e que passaria a exigir maior esforço pessoal, maior desempenho, para manter a roda da acumulação do capital girando mais rápido, de preferência sem atrito, e tentar fazer parte deste seleto clube de poucos vencedores que convivem com as sombras do *animal laborans*. A bruta realidade tornou-se tão naturalizada que é um convite nos voltarmos para a ficção para podermos refletir sobre a dimensão do que está diante dos olhos à frente de um drama encenado.

CAPÍTULO III – TEMPO DE TRABALHO PRECARIZADO

UBERIZAÇÃO EM *SORRY WE MISSED YOU* (KENNETH LOACH, 2019)

Em um tempo presente de aceleradas transformações no modo de produção capitalista observamos o avanço do trabalho informal, flexível, intermitente e precarizado. Desde a crise econômica de 2008, este processo de desvalorização do trabalho vem se agudizando, sofrendo o ataque de grandes corporações como forma de expandirem seus ganhos pela superextração da mais-valia sobre a força produtiva, que se consoma através da crescente desregulamentação (na realidade, a regulamentação da desregulamentação por meio de leis aprovadas pelos parlamentos cooptados), eliminação de direitos trabalhistas, aumento do exército de reserva, achatamento de salários, longas jornadas de labuta, subsunção do trabalhador a metas de produtividade e avaliações de desempenho draconianas, somado tudo isto a uma vigilância invasiva sob novos e refinados dispositivos de controle tecnológico.

Concomitante e paradoxalmente à desvalorização do trabalho, constata-se em decorrência desta investigação o que podemos chamar de contraofensiva que busca intensificar o modelo do empresário-de-si-mesmo para a manutenção da hegemonia das classes dominantes. Este deslocamento se integra a um sistema de ideias e valores que busca engajar trabalhadores através do exacerbamento de justificativas éticas. Apesar de somente uma pequena parcela da sociedade ter de fato acesso às benesses da racionalidade instrumental do *homo economicus*, do ser humano econômico que lucra com seus investimentos. Observamos que seu construto impregna as mais diversas camadas sociais pelos discursos, instituições e práticas. Como retrato dessa época conturbada, o longa-metragem britânico *Sorry We Missed You* oferece a oportunidade de observarmos estas engrenagens que vêm empobrecendo o espaço de experiências e a falta de perspectiva da classe trabalhadora em sua nova morfologia.

O longa-metragem é dirigido pelo cineasta inglês Kenneth Loach, nascido em 1936, e que possui extensa trajetória marcada por séries de televisão, documentários e ficções com contundente crítica social: o drama dos sem-tetos (*Cathy Come Home* de 1966), a redução dos direitos trabalhistas (*Riff-Raff* de 1991 e *The Navigators* de 2001), a resistência armada contra a dominação britânica (*The Wind that Shakes the Barley* de 2006), bem como a degradação da previdência social (*I, Daniel Blake* de 2016). Nascido de uma família de operários ingleses e com ideais socialistas, Ken Loach revela em sua produção a miséria no Reino Unido contemporâneo com a deterioração de políticas públicas de bem-estar social. Suas obras retratam de forma naturalista o empobrecimento das classes trabalhadoras, com uso extensivo

da câmara parada em cenas longas, sem fundo musical e bastante intimistas. Seus personagens, incorporados por atores advindos muitas vezes das próprias classes trabalhadoras, oferecem maior realidade às cenas cotidianas através de trejeitos, tons de vozes e dialetos locais. Ken Loach trata dramas pessoais e familiares de forma nua e crua, em cenários realistas em tons cinzentos e opacos. Por revelar de forma simples e direta toda a complexidade de um sistema que desumaniza, o cineasta teve nos lançamentos de seus filmes significativa repercussão. O diretor foi premiado em diversos festivais, entre eles, o Festival de Cannes com três Prêmios de Juri e com duas Palmas de Ouro (com *The Wind that Shakes the Barley* e *I, Daniel Blake*).

Loach, em seu histórico de mais de 50 anos de filmografia, costuma representar as vicissitudes da classe trabalhadora e denunciar as injustiças e desamparos sociais a que são submetidas. O contundente filme *I, Daniel Blake* retrata a jornada de um carpinteiro de meia-idade por seus direitos trabalhistas, sua luta e resistência a um sistema opressor. Afastado do labor depois de um enfarte do coração, enquanto trabalhava no andaime de uma construção, busca em vão o seguro-desemprego e o seguro por invalidez junto à previdência social, esta já privatizada sob os moldes da suposta eficiência da racionalidade instrumental tecnológica neoliberal. A crítica à desarticulação do serviço público e sua consequente impessoalidade desperta indignação: não se está mais diante de pessoas, mas de números. Números que devem se moldar a regras draconianas para conseguirem seus direitos. Blake é um típico integrante da classe operária que se dissolveu diante da voracidade do capitalismo flexível e financeiro-informacional que tomou conta de nossa sociedade e de nossas vidas de forma cada vez mais avassaladora desde os anos 1980 e, particularmente, a partir de 2008. A crise de 2008, importante frisar, foi provocada pela especulação imobiliária de bancos através de uma expansão desordenada do crédito, o que levaria o Estado a socorrer os bancos pelos recursos públicos, protegendo assim grupos dominantes. A privatização de serviços públicos se junta a um rol de ações promovidas pelo Estado sob a suposta promessa de eficiência e melhor gestão de recursos. O sistema da previdência inglesa mostra-se digitalizado em seus serviços, cabendo ao usuário preencher online os incontáveis formulários. Para Blake, este procedimento é complexo, visto não ter familiaridade com a informática. O choque com as tecnologias digitais é evidente para quem advém do mundo analógico, mas o trator neoliberal não costuma pensar nos excluídos. Estes são sobras que devem ser invisibilizadas na lógica instrumental que transforma os serviços públicos em mercadoria, e as pessoas também. Como cita o diretor em uma crítica mordaz desta lógica em entrevista concedida ao jornalista Pablo Guimón, ao veículo de comunicação El País.

As grandes corporações dominam a economia e isso cria uma grande leva de pessoas pobres. O Estado deve apoiá-las, mas não quer ou não tem recursos. Por isso cria a ilusão de que, se você é pobre, a culpa é sua. Porque você não preencheu seu currículo direito ou chegou tarde a uma entrevista. Montam um sistema burocrático que te pune por ser pobre. A humilhação é um elemento-chave na pobreza. Rouba a sua dignidade e a sua autoestima. E o Estado contribui para a humilhação com toda essa burocracia estúpida (LOACH, 2017, p.1).

Loach se vê na trincheira da luta contra o neoliberalismo, trazendo sempre forte conteúdo político e mensagem social às suas obras, como pode ser observado em *I, Daniel Blake*. Procura trazer a público dramas pessoais, que desenvolvem a empatia necessária para o envolvimento e o desejado despertar da consciência acerca do estado de coisas que vivemos. Para isso busca inspiração naquele “tipo” universal: o trabalhador advindo da classe operária, o sujeito que vive do trabalho, espoliado pelos desdobramentos do capitalismo, reificado pelas engrenagens do sistema.

3.1 Direitos Trabalhistas, Você Não Está Aqui

Em seu último longa-metragem, *Sorry We Missed You* (lançado no Reino Unido em 2019 e no Brasil em 2020, sob o título *Você não Estava Aqui*), Loach nos apresenta a asfíxiante rotina de Ricky (interpretado por Kris Hitchen) e de sua esposa Abby (interpretada por Debbie Honeywood), dedicados trabalhadores do setor de prestação de serviços. Ricky labuta quatorze horas por dia como um motorista autônomo de uma empresa de entrega de mercadorias. Já a personagem Abby trabalha doze horas por dia como cuidadora de idosos e deficientes físicos e mentais através de uma empresa de serviços terceirizados. Ambos são explorados com salário rebaixado, sem qualquer proteção, sem direitos trabalhistas, assumindo os riscos de seus negócios e vivendo sob o signo das incertezas. O filme é um libelo contra a uberização do trabalho, processo que consolida a transformação do trabalhador em autogerente subordinado sob o agora capitalismo flexível e financeiro-informacional.

Loach buscou os atores que fossem integrantes da classe trabalhadora: Hitchen é oriundo da classe operária, tendo trabalhado como encanador autônomo nos últimos anos. Honeywood era cuidadora de crianças e idosos, tal qual viria a interpretar no filme, dando maior realismo à sua atuação. Para que estivessem mais envolvidos em cada cena, os atores somente recebiam o *script* um dia antes da gravação, sem conhecerem o destino de cada personagem.

A história se desenrola em ordem cronológica na cidade de New Castle, ao norte do Reino Unido. Trata-se de uma típica cidade inglesa que apresentou crescimento nas fases iniciais do capitalismo com indústrias de mineração e construção naval, mas após sucessivas

crises de acumulação do capital, a cidade encontra-se com a economia quebrada, alto desemprego e crescimento de empregos informais. Um exemplo de território que foi desindustrializado devido à nova divisão internacional do trabalho.

O filme de ficção *Sorry We Missed You* funciona como um quebra-cabeças que cabe ao espectador reconstruir, ao apresentar de forma gradativa as informações sobre a vida pregressa de Ricky Turner. Entre diálogos espaçados, descobrimos que nosso personagem principal fora em épocas anteriores um árduo trabalhador da área de construção civil e que conseguira em sua trajetória juntar dinheiro para dar a entrada na casa própria para sua família. Entretanto, perdera o emprego, a hipoteca e economias com o advento da crise financeira de 2008. Tentando se reerguer através de uma série de trabalhos temporários, desde então, Ricky chega à conclusão de que deve se arriscar no mercado como um empreendedor dono de seu nariz, com seu próprio negócio. Encontra a oportunidade como motorista autônomo em uma empresa de entregas de mercadorias. Ele se dispõe a aceitar as condições precárias de trabalho, calculando que após um ano de labor conseguirá se recompor e constituir negócio com maior independência. Aqui vemos a expressão do *homo economicus* moderno, este sujeito racional que calcula suas possibilidades de recompensas, administrando seu capital-humano e correndo todos os riscos de um empreendedor. De uma racionalidade que visa oportunidades futuras de seu investimento. Entretanto, as coisas não saem como planejado, pois os riscos são somente seus e não são compartilhados pela empresa.

A primeira cena do longa-metragem é a entrevista de seleção mostrada de forma realista e que de pronto desnuda as relações de trabalho estabelecidas sob esta nova lógica. Inicia-se com a tela escura, tal qual a abertura do filme anterior *I, Daniel Blake*, quando este é entrevistado por uma funcionária do departamento terceirizado do sistema previdenciário e somente se escutam as vozes dos personagens entre pausas. Em *Sorry We Missed You* somente se escuta o áudio da voz de Ricky e do futuro empregador, chamado Gavin Maloney (e interpretado por Ross Brewster). “Por que parou de trabalhar com a construção civil?”, pergunta Maloney. “Tem sempre alguém em cima da gente. Prefiro ser o meu chefe”, responde Ricky, o que sinaliza sua aposta na autonomia e liberdade. É então que, já sob as luzes da cena de um escritório comum, o empregador se revela: “Vamos deixar as coisas claras: você não é contratado aqui, você embarca. Você não trabalha para nós, trabalha conosco. Não dirige para nós, presta serviços”. Maloney esclarece as condições contratuais de forma firme: “Não temos contratos de empregos. Não há metas a cumprir. Você alcança o padrão de entrega. Não há salários, há honorários. Você não bate ponto, fica à disposição”. E arremata com naturalidade: “Se assinar conosco, será um motorista franqueado senhor do seu destino, Ricky. Isso separa

os perdedores dos guerreiros”. Ao que Ricky concorda: “Sim, eu espero uma oportunidade como essa há séculos”. Estas falas revelam de imediato a brutalidade a que o personagem está sujeito, a naturalização de um serviço informal trajado sob o manto do empreendedorismo, o empreendedor identificado como o bom guerreiro que sobrevive em uma arena, por ser mais eficiente, mais proativo, mais ágil. Não há metas, mas há um padrão de entregas. Existem exigências, como disponibilidade, mas não há direitos trabalhistas.

Ricky aceita assim as condições do trabalho em uma franquia da empresa PDF (*Parcels Delivered Fast*), que presta serviços de entrega de mercadorias compradas via *internet*. O mercado do setor terciário é bastante ilustrativo de uma área que tem recebido expressivo investimento nas últimas décadas pelo capital especulativo, setor desprezado nos primórdios do capitalismo e agora disputada área de extração de mais-valor sobre a força produtiva. Grandes corporações, a *Amazon* como o exemplo mais contundente, se utilizam das redes e das plataformas digitais para expandir seus negócios, eliminando despesas com capital fixo e acumulando riqueza. Os serviços de entrega expressam bem a conexão das plataformas digitais com clientes e fornecedores através do trabalho superexplorado em sua informalidade, longas jornadas de labor, rígidos padrões de controle de qualidade e baixo salário. “A profissão de motorista de entregas é particularmente vulnerável”, comentou o diretor Loach em entrevista ao jornal inglês *The Guardian*, logo após o lançamento do filme.

A oferta de trabalho de motorista franqueado, com a carcaça de autonomia e flexibilidade, se mostrará irrealista no decorrer do longa-metragem. As metas existem, a pressão por resultados é crescente, bem como o controle absoluto sobre o tempo de trabalho. As entregas precisam ser realizadas o mais rápido possível. Maloney se dirige nestes termos aos trabalhadores enquanto carregam as mercadorias no depósito da firma: “Seja rápido”, “Não pense e dirija”, “Temos que acelerar”. Os próprios instrumentos de trabalho são alugados ou comprados pelo próprio trabalhador, como a caminhonete de entregas de mercadorias. Caso algo aconteça com o veículo, a reparação é de total responsabilidade do motorista. O discurso de independência através do labor autônomo, mito de expansão qualitativa do campo de experiências e do horizonte de expectativas, é um disfarce para ocultar o trabalho assalariado que vai sendo assim revelado em sua brutalidade no desenrolar do filme. A imagem do empreendedorismo se derrete ao se impor um sistema competitivo e superexplorador, em que o controle e a gestão sobre o labor realizado são uma ilusão e os riscos são assumidos totalmente pelo trabalhador, como bem cita a socióloga e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, Ludmila Abílio.

Atualmente, a autogestão se imbrica no autogerenciamento subordinado que se espraia pelas relações de trabalho de alto a baixo. O perverso termo ‘empreendedorismo’ hoje expressa a eficaz transferência de riscos e custos do trabalho e a eliminação de proteções, garantias e direitos, que se combinam com uma administração permanente de si, sem que isso signifique ausência de subordinação ou controle do trabalho. O empreendedorismo passa a compor o léxico da gestão do desemprego, das políticas públicas, dos discursos de mercado, das reformas e da celebração em torno da eliminação de direitos do trabalho (ABÍLIO, 2020, p.18).

O filme se alterna entre cenas ora no ambiente de trabalho, ora no ambiente doméstico, revelando o empobrecimento do espaço de experiências e a falta de perspectivas, ambos sofridos pelo personagem principal e sua família. A precariedade do seu tempo de trabalho se reflete na precariedade crescente das relações familiares. Sem tempo para conviver com sua esposa e educar seus dois filhos, imerso em dívidas, Ricky se vê numa roda viva da qual não consegue escapar. Adoecido e sem direito à licença e assistência médica, ele tem de continuar trabalhando para não ser multado em um contrato draconiano de trabalho. Sem conseguir se libertar dos grilhões que o aprisionam, conforma-se e torna-se escravo de um sistema perverso.

3.2 Precarização do Trabalho, Precarização da Vida

Isto nos remete aos primórdios do capitalismo industrial, época de superexploração da força de trabalho e ausência de direitos trabalhistas. É como se o filme nos suscitasse este sentimento anacrônico que remete ao século XIX e aos escritos de Charles Dickens e Karl Marx. A precarização sob o capitalismo nascente já estava ali presente. Em um dos trechos da obra *O Capital*, de Marx, temos uma descrição contundente do estado miserável do trabalhador precarizado, que acaba por entregar sua vida como no autossacrifício hindu, contra as rodas da carruagem de Jagrená (o deus Vishnu).

[...] no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital (MARX, 2019, p.720).

Esta expropriação do tempo, como visto nos princípios do capitalismo industrial, atinge maior complexidade no século XXI. Se durante toda a época taylorista-fordista do final do

século XIX ao último quarto do século XX estava limitada ao âmbito laboral, com o toyotismo e os avanços da tecnologia da informação, a partir do último quarto do século XX, a expropriação do tempo passou gradativamente a impregnar de forma completa os tempos e movimentos deste trabalhador, se estendendo a todos os âmbitos da sua vida. O tempo livre é cada vez mais invadido e apropriado pelo capital flexível e financeiro-informacional. Com as novas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), os trabalhadores estão conectados constantemente através de seus celulares e demais aparatos tecnológicos, sendo controlados por refinados programas de computação. O panóptico de Jeremy Bentham, concebido como construção arquitetônica no século XIX para controlar presos a partir de uma estrutura central que a tudo vê, ganha corpo ultratecnológico no século XXI, enquanto panóptico algoritmizado e fetichizado, para a tudo controlar em sua invisibilidade, revelando seu domínio totalitário. No filme, isto fica evidente pelo aparelho de *scanner* que Ricky tem de portar ao se deslocar, aparelho que monitora as entregas e seus tempos de parada para descanso. São instrumentos alimentados pela própria força produtiva, que aceleram o ritmo e a precarização do trabalho por meio de algoritmos, chegando ao ponto do intolerável em uma típica sociedade de compressão espaço-temporal acentuada. Assim explica o chefe Maloney sobre a importância do *scanner*: “Este é o coração do depósito. É preciso e muito caro. Se perder, você paga por ele. Cuide dele e ele cuidará de você. Quando scanear um pacote para a sua *van*, ele é seu. Entra no sistema e podemos rastrear cada centímetro da viagem”. E complementa: “Ele até planeja sua rota. São pacotes que tem de ser entregues em horário preciso. Tem prazo de uma hora para entregar, e não os perca, nunca”. Vale ressaltar que em tempos de alta tecnologia, o pacote é não só rastreado pelo empregador mas também pelo cliente final. O consumidor na ponta do processo é aquele que também controla e que avalia o serviço. O trabalhador é assim monitorado nos dois lados, pelo empregador e pelo cliente final, que fornece uma reputação que pode selar seu destino. Desta forma, o capital se exime de custos fixos para controle da força produtiva, tarefa repassada tanto para o próprio trabalhador como para o consumidor final. Quando em uma das cenas dramáticas uma gangue tenta roubar o *scanner* de Ricky, este entra em luta corporal para reaver seu instrumento de trabalho, no desespero de ter de assumir os custos de aquisição de um novo *scanner*.

Uma das cenas marcantes é protagonizada por Liza Jane (interpretada pela atriz-mirim Katie Proctor), a filha pré-adolescente de Ricky e Abbey. O motorista a leva em sua caminhonete, para acompanhar sua rotina em um dia de trabalho. Uma forma de ter maior contato com a filha, já que permanece tantas horas longe de casa durante a semana. Ambos se divertem juntos, apostando corrida para entregar as encomendas ao descerem da *van*. Em uma

destas entregas, Ricky é mordido por um cachorro nas nádegas ao atravessar o portão. O cliente não estava na casa. Enquanto volta para a caminhonete, Ricky pede para Liza deixar na porta o aviso de tentativa não sucedida de entrega (é costume no Reino Unido deixarem escrito a frase *Sorry We Missed You*, que torna-se uma ironia no longa-metragem e que lhe dá o título). Ao qual Liza acrescenta na nota: “Você deve uma nova cueca ao meu pai”. No dia seguinte, Maloney chama a atenção de Ricky, de que recebeu uma reclamação de um cliente. Ricky afirma ingenuamente que levara sua filha consigo, que a caminhonete é sua, o seguro é seu, bem como é sua a filha: “Achei que o negócio fosse meu”, ao que retruca o chefe: “E é. Mas é nossa a franquia”, mostrando assim que o controle sobre o trabalho está nas duas pontas, no empregador e no consumidor final.

A esposa de Abbey está também sujeita ao trabalho precarizado sob o signo digital em seu dia a dia. Ela presta serviços para uma agência de cuidadores, sem direitos trabalhistas e ganhando por visita realizada. Cuida de idosos, inválidos, deficientes físicos e mentais. Seu transporte até a casa dos clientes é pago com seus recursos, o tempo de deslocamento não é computado em seus rendimentos. Trabalha das sete e meia da manhã às nove da noite, devendo estar à disposição para qualquer eventualidade com algum cliente. Tal qual Ricky, deve bancar seus instrumentos de trabalho e sua manutenção, seja do carro ou da van. Ou custear por conta própria as passagens no transporte público. O que revela uma das facetas sombrias da lógica do capitalismo sob sua máscara neoliberal, a capacidade de sugar o que pode do trabalhador para valorizar ainda mais a mais-valia extraída da força de trabalho, se eximindo dos encargos de transporte do trabalhador ao local de trabalho e seus deslocamentos.

Em uma das cenas em que está a família reunida, em um jantar planejado para finalmente estarem todos juntos, o celular de Abbey toca e sob temor ela recebe a informação da agência de cuidadores de que precisa atender um cliente urgente. Não tem escolha, Abbey sai deixando seus familiares à mesa. A precarização também se reflete no serviço prestado, não tendo Abbey o tempo necessário para atender com qualidade clientes que exigem mais cuidados. Em uma das cenas uma idosa deseja pentear o cabelo de Abbey com calma, no que ela responde: “Não tenho tempo para isso”, se desculpando e informando que tem a agenda cheia e terá de sair em breve para outra visita.

São pequenos movimentos que revelam uma Abbey sempre apressada, monitorada pelo celular, com a necessidade de cumprir corretamente a grade de serviços, em atender todos os clientes em protocolos pré-determinados para manter seu emprego. Acaba conversando e educando os filhos pelo celular, quando está em trânsito de uma casa de cliente para outra. Os filhos recebem ordens de como devem preparar seu próprio almoço, das tarefas que devem

fazer, das lições de escola que devem terminar. As subjetividades são empobrecidas pela extrema racionalização do tempo, que desumaniza as relações.

3.3 Empobrecimento do Espaço de Experiências

A partir da crise estrutural do capitalismo nos anos 1970, com a falência do modelo de acumulação taylorista-fordista, temos observado o avanço da acumulação flexível-financeirizada do capital e seu predomínio no século XXI. Os desdobramentos decorrentes da necessidade crescente de acumulação de capital de uma sociedade acelerada foram exacerbados pela crise financeira mundial de 2008, que tornou a força produtiva globalmente explorada através do trabalho desregulamentado, intermitente, flexível e informal. A precarização é sua tônica: a subsunção da vida ao capital. Esta precarização é particularmente observada na área de serviços.

A crise financeira de 2008 foi decisiva para a deterioração da condição de vida de nosso personagem Ricky. Com a crise, deixou de encontrar empregos estáveis, passando a viver de bicos e perdendo gradativamente suas economias, tendo de se sujeitar à tirania do tempo abstrato. Esta situação nos chama a atenção por ocorrer na Inglaterra, um dos países mais ricos do mundo. Entretanto, o que temos visto é a precarização atingindo de forma ampla a classe trabalhadora assalariada em todo o globo, inclusive em países centrais.

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades pós-industriais estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital liberal (MÉSZÁROS, 2020, p.70).

O trabalho de motorista autônomo de Ricky, como prestador de serviços em uma franquia de negócio provavelmente gerido por grandes corporações, faz parte da chamada Economia do Compartilhamento. Trata-se de uma rede de serviços que conecta consumidores e provedores através de plataformas na *internet* para trocas no mundo real. Estas plataformas estão sendo gradativamente dominadas pelo capital financeiro de risco e oligopólios, que passam inclusive a criar *lobbys* locais com o objetivo de desregulamentar as leis trabalhistas em diversos países democráticos ao redor do mundo. Com estratégias jurídicas, passaram assim a disfarçar o trabalho assalariado como autônomo e a se eximir de encargos trabalhistas, apropriando-se mais ainda do valor gerado pela força de trabalho. O que viria a ser conhecido como processo de uberização, tendo por referência os serviços prestados por motoristas

autônomos da companhia global *Uber*. A tecnologia auxiliou no controle e fiscalização do trabalho, transformando a promessa de uma Sociedade da Informação em uma verdadeira Sociedade da Exploração, como bem citado por Tom Slee, especialista em economia do compartilhamento, em seu recente livro *Uberização: A Nova Onda do Trabalho Precarizado*.

A Economia do Compartilhamento está propagando um livre mercado inóspito e desregulado em áreas de nossas vidas que antes estavam protegidas. As companhias dominantes do setor se tornaram forças grandes e esmagadoras e, para ganhar dinheiro e para manter suas marcas, estão desempenhando um papel mais e mais invasivo nas trocas que intermedeiam. À medida que a Economia do Compartilhamento cresce, está remodelando cidades sem considerar aquilo que as tornava habitáveis. Em vez de trazer uma nova fase de abertura e confiança pessoal a nossas interações, está criando uma nova forma de fiscalização, em que prestadores de serviço devem viver com medo de serem delatados pelos clientes (SLEE, 2020, p.35).

Essa nova e crescente classe uberizada sob o capitalismo flexível-financeiro-informacional é definida como novo proletariado precarizado pelo sociólogo Ricardo Antunes. Ela é marcada pela descrença em relação ao futuro e resignação diante do presente, em uma reconfiguração empobrecida do horizonte de expectativas, agora destruído, e do campo de experiências, que já não abriga a tradição para lhe ressignificar, nem o próprio presente que lhe dê sentido. Não à toa a sensação de desconsolo e impotência invade os espectadores ao final de *Sorry We Missed You*. Sem saída, nosso personagem Ricky já não exerce qualquer crítica, aceitando o destino que lhe é reservado de trabalhar ininterruptamente. A lógica destrutiva do capital se impõe.

O contraponto é a nós apresentado pelo personagem Sebastian (interpretado pelo jovem ator Rhys Stone), o primogênito de Ricky e Abbey. O adolescente revoltado, ainda não colonizado pelo sistema de crenças do ideário individualista, mostra toda sua indignação no decorrer do filme. Ele se revolta com a vida que os pais levam, o pouco tempo que tem para ficarem juntos, o empobrecimento das relações familiares.

Em uma cena marcante, em que estão sentados à mesa em casa, Ricky abre a mochila do filho e descobre tintas de spray usadas para pichação urbana, sua forma de contestação. Ricky aconselha que Sebastian use seu tempo para estudar e entrar em uma universidade. “Para quê?”, retruca o filho em desencanto, citando um amigo que teve de pedir empréstimo para pagar sua formação universitária e tudo que ganhou foi uma dívida de cinquenta e sete mil libras sendo paga após formado com trabalho incessante em um *call-center*. “Ele fica bêbado todo final de semana para esquecer os problemas”, conta Sebastian, revelando a precarização de todo um sistema que inclui o próprio ensino: estudantes que tem de pagar exorbitantes valores para adquirirem o diploma, se endividam e, no final, só encontram trabalho precarizado

ao se formarem. “Existem empregos bons! Existem, se você se esforçar”, pondera Ricky, traduzindo a ideologia do mérito e da falsa igualdade de oportunidades. “Caso contrário vai acabar como...” ao que o filho retruca: “... como você? Acha mesmo que eu quero isso? Claro, quero ser como você, de um emprego de merda a outro, trabalhando quatorze horas por dia”. Ao final, a mãe Abbey, que estava sentada também à mesa em silêncio, chora.

O que se verifica através do filme *Sorry We Missed You* são novas formas de dominação, o fim do tempo livre e o crescente aumento do trabalho mal pago. O capitalismo flexível e financeiro-informacional se consagra destruindo o trabalho, através da terceirização, da informalidade e da flexibilização para intensificar a exploração do mais-valor. Ou seja, vivenciamos um processo de precarização estrutural do trabalho. Princípios de solidariedade e igualdade perdem valor nesta engrenagem, empobrecendo as relações sociais, que passam a ser regidas pela concorrência, reificando os indivíduos, como bem cita a filósofa Olgária Matos, sobre o ambiente de trabalho e o controle do tempo na contemporaneidade.

Trata-se de um ambiente de trabalho policiado por uma administração que dá conselhos, mas conselhos sem experiência e sem ligação nenhuma com a história do próprio trabalhador. Recusa-se, pois, a temporalidade da experiência, do conhecimento, da felicidade. A temporalidade é institucionalmente organizada, constituindo o atributo mais eminente da dominação, pois corresponde a um encolhimento do espaço de experiências na vida social e de liberdade. Liberdade essa tanto de acesso ao passado e ao futuro quanto de construção de uma subjetividade democrática que representa a construção de uma história e de uma identidade comum, na medida em que esta designa um espaço objetivo de significações partilhadas (MATOS, 2008, p. 456).

3.4 Triunfo do Individualismo

Estamos diante de transformações na morfologia do trabalho, como descrito por Ricardo Antunes. Nesta nova morfologia do trabalho, assistimos a uma crescente precarização da antiga classe operária assalariada, bem como de parte da classe média (inclusive professores, médicos e advogados). Em tempos de crise econômica persistente, as empresas cada vez mais têm se utilizado de contratações disfarçadas de trabalho autônomo, se aproveitando do aumento global do exército de reserva para expandir seus lucros. A competição entre os trabalhadores neste mercado é reforçada: quem cobra menos leva o serviço. Contribuindo assim para a superexploração do trabalho.

Este processo vem acompanhado do ideário emancipatório do trabalho autônomo e flexível. Como visto nos capítulos precedentes, a construção de um sistema de ideias e valores dominante requer tempo e a contribuição de diferentes críticas que são gradativamente

incorporadas. Um bom exemplo é a cultura disruptiva da *internet* produzida a partir do Vale do Silício, que prometia mais tempo livre, maior independência, relações horizontais e atmosfera informal de trabalho. O Vale do Silício buscou inspiração na contracultura *hippie* e *new wave* de uma sociedade mais justa e solidária vivenciada na Califórnia dos anos 1970 (SCHRADIE, 2017). Entretanto, o que se viu adiante foram novas formas de dominação através de grandes corporações e monopólios, o tempo livre subjugado e trabalho mal pago. A lógica destrutiva do capitalismo em tempos de globalização exige desta forma reforçar o mascaramento ideológico, como demonstrado por Ricardo Antunes, especialista em sociologia do trabalho, em seus escritos.

Não é difícil antecipar que a divisão internacional do trabalho entre Norte e Sul, centro e periferia, tenderá a se aprofundar ainda mais, seguindo um movimento que, sendo desigual e combinado, atingirá de forma diferenciada a totalidade dos países, aprofundando a expulsão de força de trabalho em um patamar ainda maior que o atual. Como essa lógica que estamos descrevendo é fortemente destrutiva em relação ao mundo do trabalho, a contrapartida esparramada pelo ideário empresarial tem de ser amenizada e humanizada. É por isso que o novo dicionário corporativo ressignifica o autêntico conteúdo das palavras, adulterando-as e tornando-as corriqueiras no dialeto empresarial: ‘colaboradores’, ‘parceiros’, ‘sinergia’, ‘resiliência’, ‘responsabilidade social’, ‘sustentabilidade’, ‘metas’. Quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as inovações tecnológicas da Indústria 4.0, enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a “gestão de pessoas” e pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados. Para tentar ‘amenizar’ esse flagelo, propaga-se em todo o canto um subterfúgio: o ‘empreendedorismo’, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será (ANTUNES, 2020, p.40).

O triunfo da ideologia individualista nos faz refletir sobre esta complexa rede de fatores que levam trabalhadores a se conformarem no tempo presente. Quais são os processos culturais envolvidos que conduzem um contingente cada vez maior de pessoas a naturalizar uma farsa que, na realidade, leva à desumanização das relações, à ausência de solidariedade e ao empobrecimento de experiências vividas? Renán Vega Cantor, historiador e pesquisador colombiano, revela algumas pistas das razões desta conformação social que valoriza o individualismo egoísta em detrimento do bem comum.

O que é mais significativo com relação à combinação do tempo de trabalho com o tempo livre é que as novas gerações de trabalhadores comumente a aceitam como algo normal, sobretudo os chamados trabalhadores cognitivos, porque concebem o trabalho como a parte mais importante da vida, e eles mesmos tendem a prolongar de maneira voluntária sua jornada de trabalho. Uma mudança antropológica e social tão importante se explica por múltiplas razões: a perda de vínculos humanos nas grandes cidades, onde os nexos entre as pessoas têm se convertido num envoltório morto e sem prazer; a

mercantilização e o culto ao consumo como razão de ser da existência humana e dos trabalhadores, o qual se complementa com a crise dos projetos emancipatórios; o culto aos aparelhos tecnológicos como substituto das relações com outros seres humanos; o êxito do capital em impor sua ideologia individualista, na qual as lutas coletivas se atenuam e se reduzem, e em alguns setores desaparecem, e na qual se enfatiza a questão do triunfo individual, que supostamente seria alcançado pela subordinação total aos interesses do capital (CANTOR, 2019, p.49).

O conformismo percorre o dia a dia de Ricky e de sua esposa Abbey. Desencantados e sem terem consciência das engrenagens que os dominam, o inconsciente emerge através dos sonhos. Em uma sensível cena ao leito, antes de dormirem, Abbey conta ao marido: “Tenho sonhos horríveis. Estamos na areia movediça e as crianças tentam nos puxar com um galho. Mas, parece que, quanto mais trabalhamos, mais nos afundamos em um buraco enorme”. É este sentimento de falta de perspectivas, de um futuro caótico que percorre as entranhas dos trabalhadores nos dias de hoje.

A cena final é reveladora, sendo a expressão contundente do paradoxo em que vive o suposto empresário-de-si-mesmo em uma cultura precarizada. Mesmo adoecido, Rick se vê forçado a sair de casa para voltar ao trabalho e fazer entregas, contra o desespero da família que se joga na frente da caminhonete, tentando impedir que ele saia de casa para preservar sua saúde. Imerso nas muitas contraídas junto ao empregador (disfarçado de parceiro para omitir deveres e encargos trabalhistas) e ao *leasing* de sua caminhonete, ele não pode parar para não acumular mais dívidas. Tornou-se o *hamster* que corre sem parar na roda viva do capitalismo selvagem. Retrato da necessidade ilimitada de acumulação de capital que a tudo devora e que faz da dívida um meio valioso de impor uma forma particular de escravidão. Sistema este que escraviza as pessoas oferecendo crédito numa ponta e dívida na outra, reproduzindo o eterno filho-devedor primordial preso em obrigações com o pai-credor, conforme citado por Nietzsche. A promoção da servidão pela dívida é o que consagra a loucura da razão econômica, como sentenciada por Harvey, que ironiza: “O capital não perdoa nossas dívidas, conforme pede a Bíblia, ele insiste que nós as quitemos com produção futura de valor”.

3.5 Fatalismo, Apatia e Naturalização da Opressão

O que impressiona no filme *Sorry We Missed You* é a naturalização da opressão contemporânea pelo capital. Ricky não se revolta, não questiona a cultura corporativa tecnológica que o cerca, que se apropria cada vez mais do seu tempo livre, que recusa a temporalidade da experiência. De uma cultura que controla seus desejos no mais íntimo, de tal sorte que reproduza as desigualdades do sistema em seu dia a dia. A apatia é vivenciada como

dado natural e compartilhada por todos em seu entorno, a precariedade se torna um estilo de vida. A incerteza, a perda da autoestima e a humilhação se instauram neste processo alienante e reificante em que o indivíduo se torna resignado com seu presente e descrente em relação ao seu futuro. Denúncia feita de forma brilhante por Kenneth Loach e que coloca o espectador na posição incômoda de refletir sobre as injustiças do tempo presente e da necessidade premente de uma crítica renovada que possa fazer frente às exigências ilimitadas da acumulação capitalista, por um novo modo de produção e por um novo modo de vida contrários a esta lógica.

Em nossa investigação acerca das justificativas morais sob o neoproprietarismo, temos visto uma série de negociações, articulações e manipulações por diferentes grupos sociais para que sejam aceitas, compartilhadas e naturalizadas ideias e valores por grandes contingentes. Processo que atravessa gerações para se firmar como dominante. Justificações morais são renovadas para que os indivíduos suportem o seu dia a dia de opressão. O progresso e a tecnologia visando o bem comum são algumas destas crenças. Como vimos, a perspectiva de autonomia por meio do empreendedorismo e do individualismo são outras delas. O homem-empresa é valorizado como um herói por seu desempenho, rendimento e performance, correndo riscos e calculando recompensas. A condição de se deslocar sem atritos de forma leve e flexível é louvada. Entretanto, devido à intensificação da crise econômica mundial diante da concorrência globalizada, este espírito vem se confrontando com o aumento real das desigualdades, do desemprego estrutural e da precarização do trabalho como exigências da acumulação incontrolável do capital. O futuro torna-se mais nebuloso sob o aspecto da aposentadoria: sem trabalhadores capazes de fazer o recolhimento das contribuições previdenciárias, apresenta-se o destino trágico de mais miséria e desamparo. O que coloca os trabalhadores em uma condição paradoxal de crença no espírito libertador do capitalismo e ao mesmo tempo descrença e perda de perspectivas futuras. Como se estivessem em um beco sem saída mas tentando se manter vivos, aparentando que tudo está sob controle.

Podemos acrescentar aqui também a naturalização do irracionalismo do capital, que em sua saga devastadora cada vez mais a tudo reifica, inclusive relações sociais. O próprio mecanismo deste processo contribui para uma maior apatia dos indivíduos, como vemos no personagem Ricky, que passa a aceitar como natural a condição brutal a que está submetido. Nos escritos de Lukács encontramos uma síntese deste estado das coisas.

Quanto mais a vida cotidiana dos homens produzir modos e situações de vida coisificados, tanto mais facilmente o homem da vida cotidiana se adaptará espiritualmente a elas enquanto ‘fatos da natureza’ sem oferecer-lhes resistência espiritual-moral, e por essa via pode surgir em média uma

resistência atenuada contra autênticas reificações que produzem estranhamento. As pessoas se habitam a certas dependências reificadas e desenvolvem dentro de si uma adaptação geral também a dependências que produzem estranhamento (LUKÁCS, 2013, p.664).

A irracionalidade neoliberal cria subjetividades que são inautênticas, pois estão sujeitas aos interesses das empresas e corporações, que se traduzem em aumento de produtividade e lucro. Ao invés da autonomia desejada pelos trabalhadores, e própria da subjetividade autêntica, temos o reinado da heteronomia, pois o que se impõem são as vontades instrumentalizadas da classe dominante. Dispositivos cada vez mais refinados garantem intervenções invasivas gradativamente “mais humanizadas em sua essência desumanizadora”, como sintetizou Antunes (2020, p.133), ocultando seus reais interesses sob um manto falso de autenticidade.

Transformado em mercadoria, este sujeito se desloca entre mercadorias e a tudo passa a avaliar como moeda-de-troca, reificando a si próprio e às suas relações pessoais. Existe uma sensação de fatalismo neste processo. Cria-se a percepção de que não há saída fora deste modo de produção. O fato histórico da decadência e ruína da antiga União Soviética muito contribuiu para a visão de que somente existe resposta no capitalismo e no chamado livre-mercado, e mesmo reconhecendo-se seus exageros deve-se suportá-los, pois apregoa-se que não há outra saída. Deve-se suportar “como um guerreiro”, tal qual falara Maloney na entrevista de admissão no começo do filme, cabendo a cada qual aperfeiçoar incansavelmente suas aptidões pessoais, sendo cada vez mais competitivo. O fatalismo nos coloca na posição de que não há jeito, vivemos mesmo em um mundo competitivo, seria pior se assim não fosse, diz-se que haveria mais desemprego, mais empresas na bancarrota se não fossem socorridas pelo Estado, mais violência e instabilidade social. Devemos agradecer nos conturbados dias de hoje o privilégio da servidão.

3.6 Homo Economicus Precario

Vivemos em um momento de dominação totalitária espaço-temporal sob forte aceleração tecnológica e de ritmo de vida, impactando nosso campo de experiências e restringindo nosso horizonte de expectativas. Quem somos é função de nossa relação com o espaço, o tempo, nosso meio, nossa memória. No momento em que estes elementos são desconstruídos, perde-se o chão. O sujeito deixa de reconhecer no passado um ponto de referência, tornando-se tudo transitório. O encurtamento de horizontes temporais e instabilidade de expectativa geram extensa compressão espaço-temporal, criando a sensação de um presente expandido que a tudo traga. Vivemos sob a égide da atopia (o não espaço) e da acronia (a

ausência de tempo) em um mundo globalizado, como bem descrevera a filósofa brasileira Marilena Chauí. Em uma sociedade em que expectativas são perpetuamente corrigidas, conforme as necessidades da acumulação ilimitada do capital, os sujeitos se veem obrigados a manter o ritmo em face de abruptas transformações no meio. Posições de repouso tem vida curta. Colocar-se em estagnação se torna sinônimo de retrocesso, tanto no trabalho como em outros aspectos da vida.

O que se apresenta diante de nossos olhos é a corrosão do caráter humano, caráter enquanto elemento positivo tal qual designado por Richard Sennett, enquanto “aspecto de longo prazo de nossa experiência emocional”, enquanto “sentimentos sustentáveis” de nossa humanidade. Sentimentos que se esvaem neste mundo fluído e líquido, como diria Bauman, em que não nos devemos prender a nada para nos deslocarmos com facilidade e sem atrito em um ambiente sem padrão de referências e de esvaziamento do espaço público. Impossibilitados de manter conexões seguras com nossa história, com os outros, em um ambiente de solidariedade reduzida e cada vez mais competitivo, nos vemos corroídos em nosso caráter e em nossa vida. Vivemos como em um presente sem fim, que em sua voracidade cronofágica traga o passado e o futuro e se desloca se autoconsumindo no presente de forma acelerada, ao qual François Hartog cunharia o termo presentismo: “nós vivemos em um tempo de presentismo forte, onde um presente onipresente e hipertrofiado pretende não ter outro horizonte senão ele mesmo”. Des-territorializado, des-temporalizado, nômade errante, sem dignidade, sem autoestima, dono de nada, *homo economicus precario* arremessado ao presente perpétuo sob o signo da insegurança, da instabilidade e da vertigem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou de forma ampla processos de engajamento social em variadas temporalidades, analisando suas permanências e renovações na produção atual da subjetividade neoliberal, investigada em seu âmago: o homem-empresa-de-si-mesmo, a pessoa tornada um capital, exacerbada pelo individualismo triunfante e pela competição em um presentismo sem fim. Presentismo que se traduz pelo empobrecimento do campo de experiências e destruição do horizonte de expectativas. E que se apresenta nos dias atuais em crise perante novos contextos, em sua versão precarizada e desencantada tal qual retratada no filme *Sorry We Missed You*.

Seguimos nesta pesquisa a visão de um imbricamento de fatores econômicos, políticos e sociais que se entrecruzam e favorecem o predomínio de ideias e valores compartilhados. Para isto, utilizamos uma ampla variedade de pensadores, provenientes de correntes diversas, que iluminaram nosso caminho acerca do engajamento moral. Entretanto, não deixamos de salientar em diversos momentos o peso significativo de determinações econômicas nestes contextos. No caso específico da racionalidade neoliberal, não há como não considerarmos o forte impacto das transformações próprias do processo de acumulação de capital e que desembocaram em sua versão financeirizada. Existe uma lógica própria da acumulação do capital, que desde sua gênese nos informava acerca de seu natural desenvolvimento para a primazia do capital financeiro e a ampliação da expropriação para todos os campos sociais. Sua hegemonia se instaura a partir dos anos 1970, realizando da forma mais pura a simbiose do capital industrial com o capital comercial, conforme bem detalhado por Maurizio Lazzarato.

A hegemonia do capital financeiro sobre o capital industrial não é um simples acidente de percurso ou um resultado conjuntural da avidez dos financistas. Ela está, pelo contrário, implicada na lógica mesma do capital e da sua acumulação. A ‘liberação’ do capital operada pelo neoliberalismo foi primeiramente a do ‘dinheiro como capital’. Ela marca uma nova e mais intensa fase de desterritorialização, que começa de maneira muito significativa pela declaração em 1971 da inconvertibilidade do dólar em ouro. ‘Liberar o capital’ não significa libertar seu suposto poder de autorregulação (o mercado), mas, pelo contrário, seu movimento imanente de desequilíbrio permanente e sua busca sistemática de assimetrias e de desigualdades, que são as condições de sua valorização, quer dizer, da apropriação e da expropriação da produção social, que constituem suas verdadeiras finalidades (LAZZARATO, 2017, p.129).

A Subjetividade Neoliberal

Assim como o econômico tem papel relevante para a compreensão do sujeito neoliberal, o tem também o poder que o atravessa. Tal qual nos referenciamos no capítulo dois sobre os escritos de Marcuse acerca dos avanços de uma sociedade administrada que propicia um estilo

de vida manipulado e o despontar do ser humano unidimensional. Esta investigação avança nesta conclusão para uma compreensão mais profunda do processo de subjetivação neoliberal através de três momentos históricos específicos e que se entrecruzam para revelar sua dinâmica. Cada momento pode ser tomado como a apreensão da realidade por um pensamento distinto acerca deste homem-empresa-de-si-mesmo. Sendo o primeiro momento capturado por Foucault em 1979, com suas aulas em *Nascimento da Biopolítica*, o segundo por Laval e Dardot, na obra *A Nova Razão do Mundo* de 2009, e o terceiro por Lazzarato, em seu livro *Signos, Máquinas, Subjetividades* de 2010, assim como na sua obra *O Governo do Homem Endividado*, lançado em 2014. Acreditamos que estes autores nos trazem luzes para compreendermos as mudanças que operaram na promoção específica do homem-empresa-de-si-mesmo dos anos de 1970 aos dias atuais e o desgaste das justificativas morais que o envolvem, configurando-se assim um passo além de nossa pesquisa.

O primeiro momento recebe a tradução tal qual feita por Foucault em *Nascimento da Biopolítica*. Foucault parte das concepções de Schultz e Becker, detalhadas no segundo capítulo desta dissertação, para nos trazer a luz este *homo economicus* neoliberal em contraposição ao *homo economicus* clássico de Adam Smith. Este deixaria de ser um “átomo de liberdade” de seu momento clássico que o liberta da servidão e que o permite deslocar-se voluntariamente no campo do *laissez-faire*, para tornar-se um sujeito divisível em subjetividades parciais em sua versão neoliberal. Este homem-empresa-de-si se vê como um capital humano, catalogando-se de forma positiva em diversas aptidões.

Cada aptidão seria reforçada por estímulos específicos, como o investimento em conhecimento acadêmico visando uma futura promoção no trabalho. Entretanto, longe da ilusão da autonomia humana preconizada por Smith, Schultz e Becker, o que temos para Foucault é um sujeito manipulável a partir de sua fragmentação. Para Foucault, o *homo economicus* é uma “superfície de contato” entre o indivíduo e o poder, portanto, este construto não é o indivíduo em si mas sua interface com a governamentalidade¹⁴. É sobre esta “superfície de contato” que age a governamentalidade, por meio de técnicas específicas que visam produzir novas subjetividades. Diferentemente da sociedade da disciplina, retrato da era industrial e fordista, vivemos hoje em uma sociedade da segurança e do controle marcada pela promoção de

¹⁴ Governamentalidade enquanto técnicas complexas de dominação que visam à sujeição e produção de novas subjetividades, uma racionalidade que objetiva ao governo dos outros e ao governo de si. Importante ressaltar que para Foucault a governamentalidade no neoliberalismo não está restrita ao Estado mas se expande para outros centros de poder, como os conglomerados de empresas privadas, órgãos autônomos como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou a Comunidade Europeia. O próprio Estado é sujeito da lógica de concorrência neoliberal que o impele a se ver e agir como uma empresa.

subjetividades que governa as pessoas em seu âmago. A governamentalidade atua para instigar nos sujeitos neoliberais, em seu íntimo, a produção ativa de subjetividades que atendam às estruturas de poder nos desdobramentos do capitalismo. Portanto, promovem pelas estratégias específicas o engajamento de subjetividades. O capital humano seria a realização da sujeição completa, instrumento capaz de medir e avaliar cada indivíduo a partir de seu investimento e rentabilidade, de seus ganhos e de suas perdas. Este é o paradoxo do homem-empresa-de-si-mesmo.

Será que, com o *homo economicus*, se pretendeu, desde o século XVIII, erguer diante de qualquer governo possível um elemento que lhe seria essencial e incondicionalmente irreduzível? Será que, na definição do *homo economicus*, se tratava de indicar qual o domínio que será definitivamente inacessível a toda a ação do governo? Será o *homo economicus* um átomo de liberdade face as todas as condições, a todas as influências, a todas as legislações, a todas as interdições de um governo possível, ou não seria o *homo economicus* já um certo tipo de sujeito que permitia justamente que uma arte de governar se regesse segundo o princípio da economia – a economia nos dois sentidos do termo: economia no sentido de economia política e economia no sentido de restrição, autolimitação, frugalidade do governo? (FOUCAULT, 2018a, p.337).

Visualizamos uma primeira dobra desta subjetividade neoliberal com a exacerbação dos dispositivos de desempenho e gozo, tal qual descritas por Laval e Dardot no livro *A Nova Razão do Mundo*. O próprio neoliberalismo em seu avanço inicial encontrou apoio de diversos grupos sociais, especificamente no decorrer dos anos 1990. A partir da queda do muro de Berlim em 1989 e do regime soviético em 1991, as expectativas se concentraram nesta nova versão do capitalismo como única forma possível de satisfação das necessidades humanas. Os avanços iniciais do processo de globalização e o aumento da riqueza de países centrais e em desenvolvimento, aliados às novas práticas tecnológicas-informacionais, incentivaram a fantasia de onipotência e de gozo total. Neste momento, o sujeito neoliberal, o homem-empresa-de-si, se viu governado pelo imperativo categórico do desempenho em um mundo de competição generalizada que prometia ampla mobilidade social. Esta dobra é um recrudescimento do primeiro momento e do capital humano. O trabalho é gozo de si pelo desempenho que se deve ter. Temos aqui o engajamento à produção ilimitada, o autoengajamento à maximização, o sucesso enquanto valor supremo, o consumo de si mesmo.

Exige-se do novo sujeito que produza ‘sempre mais’ e goze ‘sempre mais’ e, desse modo, conecte-se diretamente com um ‘mais-de-gozar’ que se tornou sistêmico. A própria vida, em todos os seus aspectos, torna-se objeto dos dispositivos de desempenho e gozo. Esse é o duplo sentido de um discurso gerencial que faz do bom desempenho um dever e de um discurso publicitário que faz do gozo um imperativo. Ressaltar apenas a tensão entre ambos seria esquecer tudo o que estabelece certa equivalência entre o dever do bom

desempenho e o dever do gozo, seria subestimar o imperativo do ‘sempre mais’ que visa a intensificar a eficácia de cada sujeito em todos os domínios: escolar e profissional, mas também relacional, sexual etc. ‘*We are the champions*’ esse é o hino do novo sujeito empresarial (LAVAL; DARDOT, 2020b, p.355).

Detectamos em um terceiro momento a emergência da imagem empobrecida do *homo economicus precario*, calculista de sua própria miséria, em toda sua integralidade expressa nos estudos de Lazzarato em seu livro *Signos, Máquinas, Subjetividades*, assim como em sua obra *O Governo do Homem Endividado*. Lazzarato revela a crise da subjetividade neoliberal da maximização diante dos impasses de um modelo calcado estritamente no econômico. Este modelo tornou-se incapaz de fazer frente a um mundo de crises constantes e exacerbadas, em especial, a partir do colapso do mercado imobiliário estadunidense que se espalhou pelo mundo em 2008, coroando o ocaso da sociedade do desempenho.

Hoje, a fraqueza do capitalismo reside na produção de subjetividade. Podemos, portanto, sustentar que a crise sistêmica e a crise de produção de subjetividade estão estritamente interligadas. É impossível separar processos econômicos, políticos e sociais dos processos de subjetivação que ocorrem em seu interior (LAZZARATO, 2014, p.14).

Este *homo economicus precario*, o dono do nada, apresenta em si a explosão de todas as suas contradições em momentos de exigências extremadas. A prometida autonomia de um trabalho autêntico é confrontada com a heteronomia de um trabalho controlado, em um mercado que exige absoluto comprometimento e autogestão despótica segundo seus mandamentos, não entregando a independência e os ganhos sugeridos. O sequestro temporal submete o tempo de vida ao sistema temporal do ciclo de produção. Vantagens e servidões se contrabalançam de forma bastante desigual neste cenário, criando uma dúbia mobilização sob a égide do autossabotamento. Este paradoxo é exacerbado por patologias provocadas pela ansiedade de antecipação do tempo futuro: fadiga mental, depressão, *burn-out*, transtornos de déficit de atenção e empobrecimento da experiência temporal. O homem-empresa-de-si-mesmo hoje a que governa? Governa seus salários declinantes, sua precariedade e seu desemprego em um mundo desigual de pouca mobilidade social. A retórica neoliberal encontra-se em crise e não se torna capaz de engajar os governados, tendo de recorrer ao dispositivo de promoção do medo e da insegurança.

Sinal disto mostra-se a imagética empobrecida do ser humano endividado, estratégia de submissão pela oferta do crédito/geração da dívida que leva a uma paralisia. Como bem descrito por Nietzsche, citado no primeiro capítulo desta dissertação, a dívida está na genealogia da moral e é um instrumento poderoso para mobilizar massas e gerar o comprometimento

necessário. Este dispositivo se apresenta sob o neoliberalismo de forma dramática pela financeirização da economia e mais especificamente pelo estímulo ao consumo através do aumento do crédito. A relação credor-devedor é uma técnica extremamente eficaz para controlar os mais diversos grupos sociais, inclusive desmontando a luta de classes. A dívida como dispositivo de submissão introjeta a culpa e o sacrifício ao *homo economicus precario*, tornando-o responsável por seu próprio destino e enterrando as perspectivas de um futuro aberto de possibilidades. Segundo Lazzarato (2017, p.82), “a dívida é o dispositivo capitalista para fechar e antecipar o tempo, para hipotecar sua indeterminação, para retirar o tempo de toda criação e de toda inovação e para normalizá-lo.

A dívida penetra no dia a dia deste ser endividado também pelos impostos diretos e indiretos que ele deve pagar e que não foram produzidos pela sua pessoa. O exemplo é a própria crise de 2008, em que bancos foram socorridos por Estados pelo cassino-financeiro que promoveram. Os Estados acabaram por promover políticas econômicas de austeridade pós-crise que incluíam corte de despesas sociais (como redução de aposentadorias) e elevação de impostos, repassando aos mais pobres o ônus de uma dívida que não haviam contraído. O volume das dívidas, contraídas pela atuação inconsequente de instituições financeiras em um mundo desregulado e sem lastro, são impagáveis. As dívidas astronômicas se tornam um eterno instrumento de sujeição social, controlando os indivíduos através da humilhação, da insegurança e do medo.

Estes sentimentos são potencializados pelo desemprego sempre posto à mesa, pelos salários cada vez menores, pela perda de direitos. A eminência do desemprego tornou-se outra arma poderosa para submeter os trabalhadores. Hoje é com ironia que se fala em privilégio da servidão, mas trata-se de fato de um privilégio ter emprego em um ambiente de desemprego estrutural. A desregulação das leis trabalhistas vem achatando os salários e tornando o mercado cada vez mais competitivo. A sujeição também se impõe pelo medo e insegurança do desemprego.

Concomitantemente à estratégia da dívida e do desemprego, a servidão maquínica¹⁵ reproduzida através de relações desenvolvidas em conjunto com novas tecnologias informacionais age poderosamente sobre componentes da subjetivação humana reforçando sua fragmentação, destruindo o indivíduo e o reconstruindo enquanto “divíduo”, termo emprestado

¹⁵ Servidão maquínica é um conceito materialista e baseado na práxis cunhado por Guattari a partir da relação do sujeito com a máquina: “O sujeito e a máquina são indissociáveis um do outro. Entra uma parte de subjetividade no seio de todo agenciamento material. E, reciprocamente, entra uma parte de sujeição maquínica no seio de todo agenciamento subjetivo” (GUATTARI, 1988, p. 155).

por Lazzarato do filósofo Gilles Deleuze para designar o sujeito infinitamente divisível e dissecável. Servidão maquínica esta que atua de forma transversal sobre nossas percepções, nossos sentidos e nosso sistema neuronal. O sujeito neoliberal, enquanto “divíduo”, seria o resultado da recomposição de fragmentos manipulados em novas subjetividades, sempre passíveis de serem reconstruídas a partir da produção e espoliação intensiva do capital. A desterritorialização (enquanto processo de desapropriação e deslocamento de investimentos pulsionais promovido pelas máquinas informacionais e seus algoritmos) colabora dramaticamente para a decomposição das subjetividades, recompondo-os segundo a infundável lógica de acumulação capitalista de produção pela produção. Exemplos marcantes são as gigantes tecno-fascistas¹⁶ *Google* e *Facebook*, que através de algoritmos reúnem, catalogam e vendem nossos dados, comportamentos e hábitos, que se reapresentam reordenados diante de nós na produção de novas subjetividades. Em uma engrenagem sutil, alteram nossa percepção, nossa sensibilidade e nossos afetos como pode ser visto recentemente pelo documentário *O Dilema das Redes*¹⁷. Os algoritmos cumprem uma tripla função: a tudo programam, possuem aparência de neutralidade e obliteram a figura do antigo gestor, tornando o trabalhador déspota de si próprio. A servidão maquínica é em si paradigmática.

Em termos morais, tema caro à nossa pesquisa, temos este homem-empresa-de-si incrustado em uma ordem moral de culpa, sacrifício e responsabilidade pessoal. Nesta sociedade de riscos, em que cada um tem uma suposta autonomia para decidir para onde deslocar a peça no tabuleiro, sendo os acertos e erros individualizados, bem como a culpa. O *homo economicus precario*, em seus paradoxos, nos revela um modelo de conduta que propõe a cada indivíduo aceitar “voluntariamente” a competição, os riscos e a precariedade da vida como parte do jogo. Trata-se de dominação moral que assegura a reprodução das relações capitalistas.

Após a crise financeira de 2008, o jogo mostrou poucos vencedores. Aos muitos perdedores restavam a culpa e o sacrifício, acorrentados às dívidas que os levavam à servidão. O filme *Sorry We Missed You* revelou o desencanto deste *homo economicus precario*. Nosso personagem principal, Ricky, estava preso a uma dívida inicial causada pela perda da hipoteca

¹⁶ Utilizamos o termo tecno-fascistas para designar a governamentalidade exercida por oligopólios que concentram excepcional poder tecnológico, econômico e político, de cunho imperialista e colonizador, de caráter classista e excludente, que sujeitam e expropriam corpos e mentes em grau extremado através de dispositivos próprios em sua versão financeirizada, aprofundando as desigualdades sociais e despolitizando os indivíduos ao promoverem uma falsa sensação de liberdade sob o triunfo do individualismo.

¹⁷ Dilema das Redes seria a tradução recebida do original estadunidense *The Social Dilemma* e lançado em 2020 sob direção de Jeff Orlowski, que revela em detalhes as manipulações sofridas pelos usuários de redes sociais através do testemunho de ex-funcionários e ex-diretores de empresas de tecnologia.

de sua casa quando do advento da crise financeira de 2008. O que o obrigava a trabalhar mais e mais horas, sob um regime precarizado e sem direitos, para pagar suas dívidas que se somavam ao *leasing* de uma *van* para poder trabalhar neste mercado informal. Ricky ainda acredita ser possível pagar esta dívida e tornar-se “dono de seu próprio nariz”, sendo no futuro dono de seu próprio negócio.

Quais são os limites deste ser endividado? Até onde é possível suportar esta servidão? Aqui tomamos a liberdade de trazer à luz uma recente produção audiovisual que confere atualidade impressionante ao tema e que revela de forma límpida o ambiente tecno-fascista a que estamos submetidos, que acentua nossa precarização e que restringe de forma drástica nosso campo de liberdade. O recente seriado de televisão sul-coreano *Squid-Game* (que no Brasil recebeu o título de *Round 6*), produzido em um país que sofreu uma radical implantação do modelo neoliberal e que atravessa o aprofundamento das desigualdades sociais, pode nos trazer elementos para reflexões finais.

A Coreia do Sul vivencia neste século XXI forte crise social, com aumento do desemprego entre jovens, alto custo habitacional e em que o endividamento das famílias supera 100% de seu produto interno bruto, informação esta, inclusive, citada ao final da primeira temporada. O endividamento das famílias foi estimulado pelo sistema financeiro, que em conluio com os governantes liberaram as restrições de limites para empréstimos. A consagrada estratégia de crédito/dívida possibilitando a concentração de riquezas em uma elite e a sujeição social. Os 20% mais ricos detêm patrimônio líquido 166 vezes maior que os 20% mais pobres, um aumento de 50% desde 2017¹⁸.

A Vida em Jogo

O seriado de televisão *Round 6* foi criado especialmente para a *Netflix*, provedora global de filmes e seriados via *streaming*. Trata-se de uma produção sul-coreana criada pelo diretor Hwang Dong-hyuk (já consagrado pelos sucessos de público “*Silenced*” de 2011 e “*The Fortress*” de 2017) e estrelada por Jung-jae Lee, Park Hae-Soo, Jung Ho-Yeon e Heo Sung-Tae. Teve o lançamento de sua primeira temporada mundial em 2021 e se tornou em pouco tempo a série mais assistida da história da *Netflix*, tendo sido vista pelo número surpreendente de 165 milhões de lares em todo o mundo, após apenas um mês de seu lançamento.

¹⁸ Matéria publicada na BBC revela o impressionante grau de endividamento da sociedade sul-coreana em. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58899202>.

A história gira em torno da vida de personagens que estão absolutamente endividados e desesperados, uma realidade hoje vivenciada por muitas pessoas. Muitos estão desempregados, outros somente encontram trabalhos precários e temporários para suprir suas necessidades básicas. Em uma situação limite, eles se dispõem a entrar em um jogo: aceitam o convite para participarem de uma competição em que o vencedor se torna multimilionário, com um prêmio equivalente a duzentos milhões de reais, mas aos perdedores resta entregar sua própria vida.

Centenas de competidores são levados para uma ilha, mas são sedados no caminho para que não reconheçam seu destino. Nesta ilha passam a habitar um grande cômodo com dezenas de beliches e se vestem com um mesmo conjunto de *moletom* verde e *tênis* branco, apenas se diferenciando pelo número estampado no abrigo. Deixam de ser pessoas e tornam-se números, como nós somos tornados algoritmos para as grandes empresas. A tomada aérea do ambiente das camas beliches e a uniformização de procedimentos nos remetem à estética fascista, em que diferenças individuais são apagadas e valoriza-se a monumentalidade das cenas. A direção de arte, comandada por Chae Kyung-sun, é impecável e capaz de criar uma forte dramaticidade com poucos elementos cenográficos, utilizando referências da estética de clássicos jogos eletrônicos japoneses. Os ambientes são minimalistas, limpos, ordenados e repletos de labirintos que provocam a incerteza e a insegurança.

São seis jogos que nossos personagens enfrentam nesta primeira temporada e, ao final, são demonstrados os vencedores e os perdedores. Em um momento de extrema violência, os perdedores recebem um tiro na cabeça com a explosão na tela de jatos de sangue. Este padrão se repete ao final de cada jogada. Os tiros são realizados por “soldados” encapuzados, todos vestidos com o mesmo uniforme vermelho, tendo seus rostos ocultos por uma máscara negra, ora com um símbolo de quadrado, ora de triângulo, ora círculo. Cada um destes símbolos designa uma ordem a que estes “soldados” estão sujeitos, tendo uma hierarquia própria. Todos eles, independente da hierarquia, também estão sujeitos às normas de um comandante e devem obedecer a regras estritas, sendo inclusive executados caso mostrem seus rostos. O comandante também se oculta atrás de uma máscara, mas esta é negra em conjunto com um uniforme negro com capa que nos lembra o usado pelo vilão Darth Vader do clássico filme *Guerra nas Estrelas*. Este comandante presta serviço aos VIPs, um grupo de super-ricos que se divertem com a miséria humana assistindo aos jogos macabros que envolvem os participantes, em ambientes suntuosos entre goles de *champagne* e *whiskie*. Para não serem reconhecidos pelos seus pares, escondem seus rostos atrás de adornos estilizados, inspirados em cabeças de animais, como porcos, veados e carneiros. Os adornos exibidos em sua exuberância parecem ser cravejados de diamantes. Bem adequado para o momento. As apostas de cada VIP não têm limites, podendo

girar em torno de um milhão de dólares por partida, escolhendo os participantes de forma aleatória e entre risos, o que demonstra seu desprezo pela vida humana e pelo próprio dinheiro. O dinheiro que desprezam é o que move os participantes endividados.

O que surpreende é que estes “jogos mortais” são inspirados em brincadeiras infantis. Entre estas brincadeiras de crianças encontramos competições de bolinhas de gude, cabo de guerra e forminhas de doces entre outras. Os ambientes são muitas vezes coloridos em tons pastéis que lembram decorações infantis, provocando uma atmosfera de doçura e inocência. Esta temática dos jogos infantis gera incômodo tanto aos jogadores como aos próprios espectadores, pois remetem às nossas mais recônditas memórias de alegria que permearam a infância, e que aqui se apresentam sob o signo da extrema violência e do terror.

Impressiona no filme também a extrema vigilância a que os jogadores estão sujeitos, com câmeras espalhadas em todos os ambientes e que remetem ao clássico *1984*, de George Orwell. Seus movimentos são acompanhados de perto, inclusive na hora de realizarem as tarefas de cada jogo, em que cada “soldado” tem a mão próxima da arma presa à cintura que eliminará os perdedores imediatamente. À noite, mesmo com as luzes apagadas, câmeras registram os movimentos dos participantes através de sensores.

Tocante é a humanidade que vem à tona dos jogadores, em cenas simples em que breves diálogos entre eles revelam uma profunda sensibilidade. Estes personagens se confrontam com o estupor e o silêncio dramático perante os assassinatos que vão sendo produzidos, mas eles sabem que não tem escolha. Suas vidas lá fora não valem mais nada, esta é uma das mensagens do filme. Sob um regime tecno-fascista neoliberal de alta competição, cada personagem já tinha esta percepção que sua existência tinha pouco sentido. Por isso, aceitam uma última tacada, colocando suas próprias vidas como aposta final neste jogo extremo.

Interessante observar que o filme gerou enorme comoção e foi utilizado inclusive politicamente. Em 20 de outubro de 2021, cerca de 80 mil trabalhadores sul-coreanos entraram em greve por melhores condições de trabalho, contra a precarização crescente e pelo aumento do salário mínimo, em um país que assiste ao desmonte dos direitos sociais. Cerca de 12 mil policiais foram mobilizados para controlar a massa. Esta greve foi dirigida contra o governo e ocorreu simultaneamente em 13 cidades do país. Surpreendeu o fato de que diversos manifestantes portavam a mesma indumentária dos “soldados” do seriado *Round 6*, caminhando enfileirados como na série em uma crítica contundente ao sistema capitalista.

Podemos tomar os VIPs como uma alusão aos 1% da população mais rica do mundo. O neoliberalismo conseguiu de fato impor o governo do 1%, para o 1%, pelo 1%, como diria o economista Joseph Stiglitz. Quando assistimos ao presidente e CEO da empresa de tecnologia

Amazon, Jeff Bezos, indo “dar uma volta” no planeta Terra em uma espaçonave ao custo de centenas de milhões de dólares, inclusive agradecendo seus funcionários por estar ali (“você pagaram por isso”), temos a sensação de que estes 1% estão se divertindo conosco. Milhões de dólares capazes de minimizar a fome e a vida precária de milhares de pessoas estão sendo gastos por uma elite para turismo espacial. E o que talvez mais impressione nisto é que recebam o apoio de parcelas significativas da população e da grande mídia, saudados sob a égide moral do progresso tecnológico.

O seriado é uma crítica mordaz ao capitalismo em sua versão neoliberal, que se alimenta de crises e da promoção constante do medo e da insegurança, enquanto estratégias de poder. Em entrevista à revista *Variety*, o criador e diretor Hwang Dong-hyuk assim se posiciona.

Eu queria escrever uma história que fosse uma alegoria ou fábula sobre a sociedade capitalista moderna, algo que retratasse uma competição extrema, algo como a competição extrema da vida. Eu queria que ela usasse o tipo de personagem que conhecemos na vida real. Os jogos retratados são extremamente simples e fáceis de entender. Isso permite que os espectadores se concentrem nos personagens, em vez de se distrair tentando interpretar as regras.¹⁹

De fato, *Round 6* consegue traduzir com proeza a situação atual de nossa sociedade dominada pela elite tecno-fascista em sua versão neoliberal-financeirizada. Somos sujeitos a uma série de dispositivos maquínicos vinte e quatro horas por dia, sete dias da semana. A dinâmica de um mundo 24/7 é marcada pela disponibilidade e prontidão tanto de serviços como de informações, assim como dos próprios indivíduos. Imersos em um regime de indistinção entre o dia e a noite, entre a ação e o repouso, em uma zona de insensibilidade e sem experiência autêntica. Esta descrição totalitária nos foi trazida por Jonathan Crary em sua obra *24/7: Capitalismo Tardio e os Fins do Sono*, em que vemos como o mundo algoritmizado invadiu nossas vidas no mais íntimo, inclusive no momento em que estamos em vigília.

O 24/7 anuncia um tempo sem tempo, um tempo sem demarcação material ou identificável, sem sequência nem recorrência. Implacavelmente redutor, celebra a alucinação da presença, de uma permanência inalterável, composta de operações incessantes e automáticas. Inscreve-se num momento em que a vida comum se transformou em objeto de técnica (CRARY, 2016, p.39).

¹⁹ A tradução se refere ao trecho da entrevista original publicada na revista *Variety* em 24 de setembro de 2021, disponível em: <https://variety.com/2021/global/asia/squid-game-director-hwang-dong-hyuk-korean-series-global-success-1235073355/>. “I wanted to write a story that was an allegory or fable about modern capitalist society, something that depicts an extreme competition, somewhat like the extreme competition of life. But I wanted it to use the kind of characters we’ve all met in real life,” Hwang said. “As a survival game it is entertainment and human drama. The games portrayed are extremely simple and easy to understand. That allows viewers to focus on the characters, rather than being distracted by trying to interpret the rules.” A tradução segue a realizada por Rafael Felizardo em <https://www.adorocinema.com/noticias/series/noticia-161033/>.

Mundo desencantado, homogêneo, espectral. Os trabalhos e as rotinas nos dias atuais são heterônomos e controlados por dispositivos digitais que medem nossa eficiência em detalhes e premiam poucos. Nossa atenção é sequestrada, assim como todos nossos sentidos, e imperceptivelmente produzimos o que parece nosso mas não o é. Devemos nos conscientizar de que estamos vivendo sob um neofascismo político-econômico-tecnológico e cultural que nos tornou viciados, manipulados, sujeitos a uma poderosa engrenagem com pouca liberdade de ação, que nos manipula cotidianamente em nossos medos, nossas inseguranças, nossa atenção.

Enquanto no filme *Sorry We Missed You* ainda havia a esperança de o personagem central Rick quitar suas dívidas em uma crença ingênua no sistema neoliberal, no tempo em que corria como um *hamster* na roda do trabalho, no protagonista Seong Gi-hun de *Round 6* a confiança à engrenagem hipercapitalista se perdeu. Ambos são o retrato do *homo economicus precario*, este ser humano calculista de suas dívidas e sua miséria, mas Seong Gi-hun dá um passo além. Ele já não mais tem qualquer ilusão do mundo tecno-fascista que o cerca. O cenário mudou, se tornou na ilha mais estetizada, mas está ali novamente dada. Com a diferença que neste ambiente fantástico ele tem a única chance de se livrar de todas as dívidas. Ou morrer. A vida vale somente uma aposta. Em um império da mais vil exploração, da colonização extrema das subjetividades, resta muito pouco a uma grande maioria enquanto um por cento se diverte em seus castelos platinados. Vivemos sob o jugo da sujeição social e servidão maquínica de uma sociedade de controle policial de extrema violência física e mental. Talvez tenha sido por todo este contexto que a série tenha adquirido tamanho sucesso mundial.

Tempo de Ruptura

Como sair desta armadilha na qual nos vemos envolvidos? Como lutar contra a força destas oligarquias financeiras tecno-fascistas que comandam o mundo, que nos expoliam e que sequestram nossas sensações sem a menor cerimônia? Como resgatar o trabalho autêntico superando seu estranhamento? Trata-se de certo de uma luta de Davi contra Goliás, em que o gigante deve ser derrotado em seus pontos nevrálgicos.

Entretanto, não há apenas um Davi, mas uma legião de davis. A classe trabalhadora de davis-precarizados mostra-se o agente possível desta superação histórica. Hoje vivenciamos uma nova morfologia do trabalho em seu desenho multifacetado, como bem sinaliza Ricardo Antunes: inclui não somente a antiga classe operária industrial e rural, mas também assalariados do setor de serviços, temporários, flexibilizados, subcontratados, colaboradores, absorvendo inclusive profissionais da classe média.

Esta ampla gama de trabalhadores hoje é a tradução de uma nova classe precarizada. É da mobilização desta ampla classe, em sua interseccionalidade, que se pode construir uma frente genuína de combate à hegemonia do capital. É da consciência compartilhada da desigualdade e da precarização da vida que grupos tão diversos podem se emanar em um objetivo comum. Em um objetivo pelo comum.

Acreditamos que é necessário em um primeiro momento pressionar governantes para taxar as grandes fortunas e eliminar os paraísos fiscais a nível global, impondo sanções econômicas aos desvios. Com isto seria possível realizar uma maior distribuição de renda e garantir despesas ao bem-estar comum e uma renda mínima universal²⁰. Após muita pressão popular, exacerbada com o vazamento de milhões de documentos pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos através da operação *Pandora Papers*²¹ que revelavam paraísos fiscais de multimilionários, o grupo das dezenove maiores economias do mundo mais a União Europeia (G20) aprovou uma taxa mínima de 15% para as multinacionais. Em sequência, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) anunciava a ampliação do acordo para 136 países. Entretanto, conforme criticado por Thomas Piketty e outros economistas²², o acordo firmado mostrou-se novamente classista, privilegiando os países ricos. A maioria da distribuição das receitas dos tributos será encaminhada para os países sedes das companhias e uma minoria para onde ocorrem as vendas. Nos termos do acordo se verifica de forma vergonhosa que somente as empresas com faturamento anual acima de 20 bilhões de euros serão afetadas, o que inclui apenas as 100 maiores empresas do mundo. Isto demonstra que a pressão através de entidades populares precisa ser exercida de forma mais intensa para que haja de fato maior distribuição das riquezas.

O desenvolvimento de *know-how* também é uma importante estratégia de distribuição de renda. Não poderia ser permitido que uma única empresa controle setores estratégicos, engolindo seus concorrentes. Um exemplo é a imoral empresa de mobilidade urbana *Uber*, que possui uma tecnologia própria para administrar transporte urbano pelos aplicativos digitais, dominando o mercado. Enquanto motoristas são espoliados em todo o mundo, a empresa apresenta ganhos estratosféricos ao definir unilateralmente quanto irá pagar por cada corrida,

²⁰ A matéria publicada na BBC News mostra pesquisa em que somente o Brasil perdeu 8,17 bilhões de dólares em impostos não pagos em 2020 devido ao uso de paraísos fiscais, montante que cobriria em 2022 as despesas com o Bolsa-Família, agora denominado Auxílio-Brasil, para as famílias mais carentes. Em todo o mundo foram cerca de 483 bilhões de dólares em impostos perdidos em 2020 com os desvios praticados por multinacionais, empresários e multimilionários. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59299901>.

²¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-03/paraissos-fiscais-riquezas-ocultas-de-lideres-mundiais-e-bilionarios-expostos-em-um-vazamento-sem-precedentes.html>.

²² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58892244>.

segundo critérios nebulosos. Seus ganhos também são ocultos em paraísos fiscais. Por que não desenvolver esta tecnologia ao comum? As comunidades precisam se unir e pressionar seus governantes a investir em uma tecnologia que possa beneficiar a todos os cidadãos, propiciando viagens mais baratas e que ofereçam ganhos significativos aos motoristas assalariados. Importantes mobilizações têm sido realizadas em vários países pela aprovação de direitos trabalhistas aos motoristas assalariados da *Uber*. Decisão inédita no Reino Unido aprovou em 2021, através da Suprema Corte britânica, o direito ao salário mínimo, férias e um plano de pensão aos 70 mil motoristas da nação²³. Trata-se de uma importante conquista que estimula a luta por direitos em muitos países. Deve-se também mobilizar entidades para impedir que a *Uber* ouse implementar veículos controlados por robôs, que eliminarão um enorme contingente de empregos das grandes cidades, sem reposição. É chegada a hora de as comunidades representativas se unirem para proteger seus cidadãos e dar um basta à farsa da livre-concorrência, tal qual preconizado por Lênin que nos mostra que a mesma só traria concentração dos capitais nos bancos e monopólios industriais, como de fato ocorreu. A livre-concorrência deve ser instituída sobre bases democráticas e antimonopolísticas em um ambiente de mercado regulado.

Precisamos recusar a participação no jogo instituído que somente beneficia uma minoria. Os ensinamentos do filósofo La Boétie em seu *Discurso da Servidão Voluntária*, que foram tratados no decorrer do primeiro capítulo desta dissertação, nos mostram alguns caminhos. Deve-se resistir ao desejo de obediência, não se acomodando à sedução de obedecer ao tirano. A resistência, inclusive pacífica, que encontra em Mahatma Gandhi e Martin Luther King suas expressões, nos parece ser caminhos possíveis para romper este poder tirânico. Devemos deixar de pagar dívidas que não foram por nós produzidas, recusando mais impostos. Devemos simplesmente deixar de consumir produtos de empresas infratoras.

Esta resistência deve coexistir com a mobilização nas ruas em pressão contra os desmandos das oligarquias tecno-fascistas que controlam o poder. Sabemos historicamente que os movimentos operários, estudantis, de mulheres, negros e LGBTs foram capazes de conquistas significativas através de suas lutas e manifestações. Estes movimentos populares precisam ser conectados e globalizados em nome de uma maioria precarizada e pela liberdade humana. Será da interseccionalidade de classes e grupos identitários que direitos sociais serão conquistados. Movimentos devem atuar não somente a nível macropolítico, mas também

²³ Publicado em <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/03/16/uber-vai-conceder-beneficios-de-funcionarios-a-70-mil-motoristas-no-reino-unido.ghtml>.

micropolítico por meio de uma luta corpo a corpo. As pessoas precisam se sentir envergonhadas de apoiarem um regime tecno-fascista através de seus tentáculos.

Esta pesquisa revela que o triunfo do individualismo se mostra questão central. Devemos repensar o modo como queremos conviver em comunhão em um mundo calcado pela solidariedade e pelo bem-estar comum. O individualismo, conforme investigado pelo antropólogo Louis Dumont, se arraigou em nossa sociedade através de um longo processo milenar em três etapas: primeiro enquanto categoria religiosa nos primórdios do cristianismo; em um segundo momento como categoria política a partir da formação dos Estados europeus; e terceiro em decorrência da primazia da economia e do ideário do sujeito livre que vende sua força de trabalho²⁴. Rever os pilares deste individualismo que aprofundou o autoestranhamento do ser humano requer um processo amplo de conscientização e abertura para a superação.

Precisamos efetuar um questionamento radical do individualismo egoísta, de uma cultura que celebra o *status quo* e a distinção social típica de uma sociedade de classes aprofundada pelas desigualdades. Devemos nos ver como seres sociais e não como seres atomísticos empedernidos em sua diferenciação. O consumo voraz, por exemplo, deve ser desconstruído, visto socialmente de forma insultuosa. Deste desejo produzido de consumo, de autoconsumo, de consumo-mundo. Não precisamos dos milhares de produtos que são despejados em milhares de lojas de departamentos, produtos cada vez mais descartáveis para girar a roda do capitalismo predatório. A destruição do meio ambiente atinge níveis alarmantes. A incontabilidade do capital está degradando a natureza, o trabalho e as relações sociais.

O próprio direito precisa ser repensado em sua essência. Precisamos questionar o direito romano que em sua versão liberal privilegiou o encontro de duas vontades independentes, dois indivíduos particulares. “Porque o direito romano deu origem a um individualismo profundamente antissocial, que só poderia encontrar complemento no comando do Estado” (LAVAL; DARDOT, 2020c, p. 397). Devemos desenvolver contratos e constituições entre seres plenamente sociais, frutos da participação e tensão de forças coletivas. Assim esclarece Laval e Dardot na obra *Comum: Ensaio sobre a Revolução no Século XXI*, prestando deferência ao sociólogo russo George Gurvitch.

A constituição social é o reconhecimento das formas jurídicas mais ou menos organizadas e explicitadas que, de acordo com certo princípio de mutualidade, regem a vida coletiva no interior dos grupos particulares e entre eles. A ação destas forças coletivas leva a um conjunto de regulamentações capazes de resolver os conflitos, uma espécie de justiça comutativa complexa e imanente

²⁴ As obras de Louis Dumont “O Individualismo” e “Homo Aequalis”, citados na bibliografia, detalham estes processos. O livro “Hierarquia e Individualismo em Louis Dumont” de Piero de Camargo Leirner é uma referência, conjuntamente citado na bibliografia.

às relações sociais, oposta ao direito individualista e ao direito estatizante, oriundos do direito romano tradicional. Este direito é, de fato, um ‘direito social’, segundo Gurvitch, que emana das práticas econômicas e sociais e visa organizar a divisão social do trabalho e garantir a justiça, isto é, a desalienação das forças coletivas, sejam elas econômicas, sociais ou políticas, tanto quanto for possível distinguir esses domínios (LAVAL; DARDOT, 2020c, p.400).

Acreditamos que transformações de mentalidade e predomínio de novas crenças compartilhadas levem gerações para se efetuar de forma mais ampla, em que novos costumes se solidifiquem e adquiram assim força de direito. Observa-se nos jovens, nas novas gerações, também uma esperança para mudanças comportamentais e de valores. São jovens que não se identificam com o universo hedonista do consumo. Uma interessante matéria publicada pelo jornal inglês *The Guardian* nos informa um pouco mais sobre esta nova geração. Publicada em setembro de 2021, seu título é inspirador: “Engolindo os ricos! Porque os *millennials* e a geração Z viraram suas costas ao capitalismo” (livre tradução ao título em inglês “*Eat the rich! Why millennials and the generation Z have turned their backs on capitalism*”²⁵). A matéria mostra através de amplas pesquisas que cerca de oito entre dez jovens ingleses culpam o sistema capitalista pela crise de moradia que atravessa a nação, e que dois terços deles prefeririam viver sob um regime socialista. Os *millennials* são aqueles nascidos entre os anos 1980 e os anos 1990 e os *zoomers* (a geração Z), a partir de meados dos anos 1990. Citam exemplos entre jovens, que após se formarem nas universidades, além das dívidas acumuladas com o ensino, somente encontram empregos precários. Os empregos não servem mais para poupar, mas para ajudar familiares com problemas de saúde e para saldar dívidas.

Devemos pensar se não é chegada a hora de termos um crescimento mais sustentável que abrigue condições de uma vida de dignidade. O que mostra a pesquisa citada, realizada já sob os efeitos da pandemia, é que os jovens preferem uma vida menos competitiva, com menos possibilidade de enriquecimento, mas que traga um mínimo de conforto e um trabalho digno.

A pandemia cristalizou um sentimento de injustiça social ao desnudar de forma dramática que o capitalismo tem corpo de classe e corpo racializado, atingindo desigualmente as classes sociais. A pandemia acelerou o processo de legalização do ilegal, tornando o trabalho assalariado órfão de direitos. A pandemia revelou também a face mais sombria do neoliberalismo, ao expor abertamente nas vozes dos governantes e empresários, contrários a medidas de isolamento, a preponderância da economia de mercado (“que não pode parar”)

²⁵ Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2021/sep/20/eat-the-rich-why-millennials-and-generation-z-have-turned-their-backs-on-capitalism>.

sobre e contra a preservação das vidas humanas. O que descreve tão bem o termo necropolítica descrito por Achille Mbembe, enquanto uma política de eliminação dos indesejáveis: os pobres, os idosos, os negros. Como bem resume Mbembe, em seu livro *Necropolítica*: “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”.

Precisamos valorizar a economia solidária e de cooperativas democráticas locais autogeridas, com estratégia de desenvolvimento sustentável, capazes de organizar experiências comunais para além do Estado. Estas células de produção podem ser o caminho para processos mais amplos de apropriação do bem comum. O trabalho autêntico aqui encontra sua ampla realização, o que não acontece no sequestro do trabalho assalariado privado (capitalismo) ou estatizado (comunismo). As cooperativas autogeridas compostas de produtores livremente associados são um caminho para a “transcendência ao estranhamento do trabalho”, como diz Lukács, estranhamento este decorrente de sua alienação em toda sua complexidade, não somente econômica, mas política, moral e estética. O trabalho produz um importante sentimento de pertença, cooperação, solidariedade e responsabilidade social ao interligar o indivíduo com sua coletividade.

A configuração atual de ampla precarização que se renova em crises econômicas infundáveis tem trazido uma consciência generalizada de que uma mudança estrutural é necessária. A pandemia exacerba este processo de alienação e autoestranhamento com a explosão do desemprego, da informalidade, da uberização e do *home-office* que, em conjunto com a eliminação de direitos, descaracterizam o valoroso aspecto inter-relacional do trabalhador com seus pares ao isolarem-no em suas tarefas.

Existe um longo trabalho pela frente e o conhecimento é nosso maior aliado. Esta dissertação deseja em seu encerramento ter colaborado para a apreensão crítica das estratégias morais e temporais de dominação e servidão, esperando assim suscitar novas e profícuas discussões para a construção de uma democracia de fato representativa, com justiça social e com a valorização do trabalho autêntico e autodeterminado.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Colapso ou Atualidade do Empreendimento Colonial? **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, jan. 2020, p. 18-19.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV**: Trabalho Digital, Autogestão e Expropriação da Vida. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ASSMANN, Aleida. **Is time out of joint?** On the rise and fall of the modern time regime. Ithaca: Cornell University Press, 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Zigmund. Zygmunt Bauman: 'Estamos constantemente correndo atrás. O que ninguém sabe é correndo atrás de quê'. Entrevista concedida por e-mail à Karla Monteiro. **Globo.com**. 2009. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/zigmunt-bauman-estamos-constantemente-correndo-atras-que-ninguem-sabe-correndo-atras-de-que-273321.html>. Acesso em: 20 maio.2021.
- BOÉTIE, Étienne de la. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2020.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politéia, 2019.
- CANTOR, Renán Vega. A Expropriação do Tempo no Capitalismo Atual. p. 49. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV**: Trabalho Digital, Autogestão e Expropriação da Vida. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. São Paulo: Autêntica, 2014.
- CHAUÍ, Marilene. **Espaço, Tempo e Mundo Virtual**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4Qj_M6bnE-Y. Acesso em: 8 jun.2021.
- CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DE MASI, Domenico. **Alfabeto da sociedade desorientada**: para entender nosso tempo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

DUMONT, Louis. **O individualismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DUMONT, Louis. **Homo aequalis**. Bauru: EDUSC, 2000.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ERIKSEN, Thomas. **Tyranny of the moment**: fast and slow time in the information age. London: Pluto Press, 2001.

FONSECA, Raphael. Canseira. **Blog**. Disponível em: <https://raphaelfonseca.net/Canseira>. Acesso em: 20 jun.2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2019a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz & Terra, 2019b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2018a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2018b.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2013.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GEREMEK, Borislav. **Truands et misérables dans l'Europe modern**. Paris: Gallimard, 1980.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOMES, Helton Simões. 5 bilionários brasileiros concentram mesma riqueza que metade dos mais pobres no país, diz estudo. **Portal G1**. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/5-bilionarios-brasileiros-concentram-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-no-pais-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 16 maio. 2021.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu, 2018.

GUATTARI, Félix. **O inconsciente maquínico**: ensaios de equizo-análise. Campinas: Papirus, 1988.

GUIMÓN, Pablo. “O Estado cria a ilusão de que, se você é pobre, a culpa é sua”. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/22/cultura/1477145409_049665.html?rel=mas. Acesso em: 31 maio. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Iluminuras, 2019.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2012.
- LAVAL, Christian. Precariedade como estilo de vida na era neoliberal. **Revista Parágrafo**. São Paulo, p. 101-108, jan/jun 2017.
- LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020a.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2020b.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020c.
- LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?** São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LOACH, Kenneth. “O Estado cria a ilusão de que, se você é pobre, a culpa é sua”. Entrevista concedida ao jornalista Pablo Guimón. **El País**. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/22/cultura/1477145409_049665.html?rel=mas Acesso em: 31 de maio 2021
- LOACH, Ken. ‘It’s a form of modern slavery’: MPs on Ken Loach’s film about the human cost of the zero-hours economy. Entrevista concedida ao jornalista Killian Fox. **The Guardian International**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2019/oct/06/sorry-we-missed-you-ken-loach-gig-economy-human-cost>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. v.1. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. v.2. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LEIRNER, Piero. **Hierarquia e individualismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, Karl. **O capital**. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MATOS, Olgária. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. **Revista do Serviço Público**. Brasília, p. 455-468, out/dez, 2008.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2020.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- NOWOTNY, Helga. **Time: The modern and postmodern experience**. Cambridge: Polity Press, 1996.
- PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- PORTAL DE PERIÓDICOS. **Universidade Federal de Uberlândia**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/23753>. Acesso em: 20 jun.2021.
- ROSA, Hartmut. **Aceleração**. São Paulo: Unesp, 2019.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.
- SCHRADIE, Jen. Ideologia do Vale do Silício e Desigualdades de Classe. **Revista Parágrafo**. São Paulo, v.5, n. 1, p. 86-95, jan/jun, 2017.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2012.

- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SLEE, Tom. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2020.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2020a.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Volume II. São Paulo: Martins Fontes, 2020b.
- THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VACCARO, Stefania Becattini. Karl Marx e Hannah Arendt: uma confrontação sobre a noção de trabalho. **SciELO** – Scientific Electronic Library Online. *Sociologias* 17 (40), set/dez, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/soc/a/mxKvD4mHKJjrGnZ7ZHbdXfP/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun.2021.
- WAJCMAN, Judy. **Esclavos del tiempo**. Barcelona: Paidós, 2017.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANEXOS

Anexo 1 - O DONO DO NADA

1. O personagem Rick do filme *Sorry We Missed You* em seu ambiente de trabalho, carregando seu *scanner* que o controla diariamente. Extraído de <https://pipocamoderna.com.br/2020/02/critica-voce-nao-estava-aqui-denuncia-consequencias-da-uberizacao-da-economia/>.

Figura 1 - Personagem Rick do filme *Sorry We Missed You* em seu ambiente de trabalho



Fonte: Pipoca Moderna

2. O personagem Rick do filme *Sorry We Missed You* e sua família em momento de intimidade e descontração no lar. Extraído de <https://medium.com/rock/voce-nao-estava-aqui-sorry-we-missed-you-240572e67e5c>.

Figura 2 - O personagem Rick do filme *Sorry We Missed You* e sua família em momento de intimidade e descontração no lar



Fonte: medium.com

3. O personagem Sam Maloney, chefe vigarista de Rick no filme *Sorry We Missed You*.
Extraído de <https://www.theguardian.com/film/2019/nov/03/sorry-we-missed-you-review-ken-loach>.

Figura 3 - O personagem Sam Maloney



Fonte: The Guardian

4. A esposa Abbie, dedicada cuidadora em seu trabalho diário no filme *Sorry We Missed You*.
Extraído de <https://cenasdecinema.com/voce-nao-estava-aqui/>.

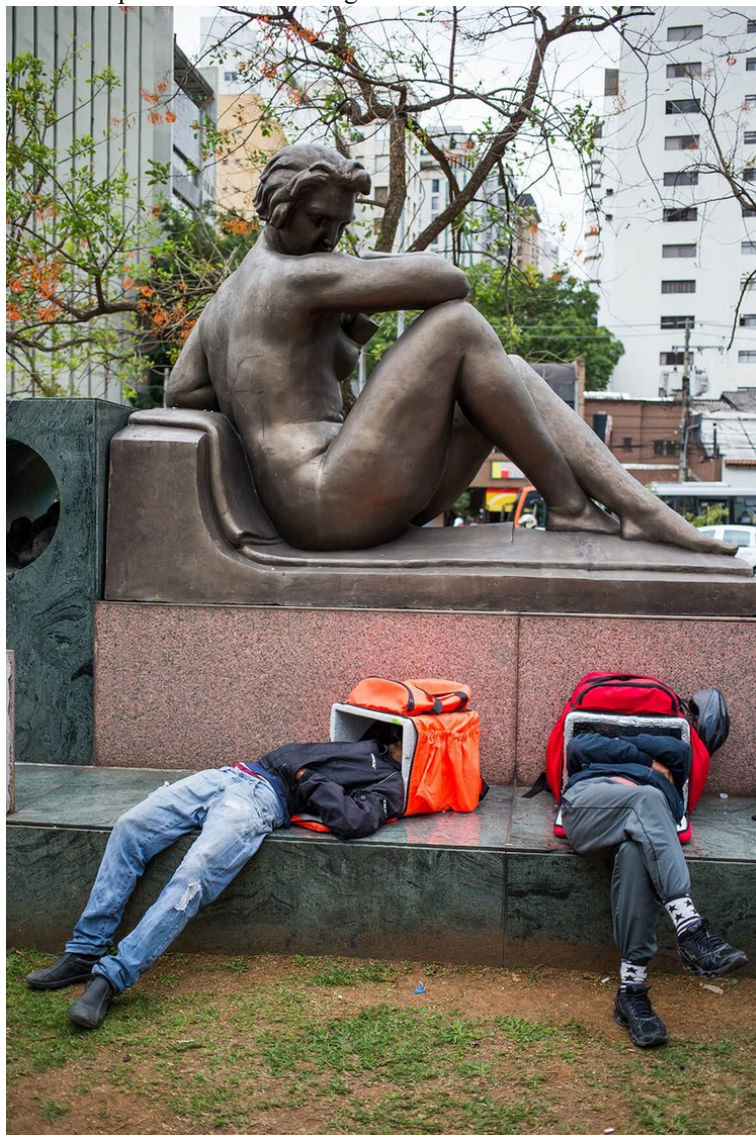
Figura 4 - A esposa Abbie, dedicada cuidadora em seu trabalho diário no filme *Sorry We Missed You*



Fonte: Cenas de cinema

5. Entregadores de aplicativos no Brasil aguardando um novo chamado no Monumento das Musas, na Avenida Faria Lima em São Paulo. Foto Tiago Queiroz. O texto da matéria é inspirador: “Nas últimas semanas, uma fotografia que ilustrava a reportagem de um jornal de grande circulação não sai da minha cabeça. Nela vemos dois corpos vestidos dos pés à cabeça e deitados sobre a base de um monumento em São Paulo. O ato de deitar-se traz um detalhe que chama a atenção: cada cabeça está dentro de uma caixa que condiciona objetos para serem entregues. Tratam-se, portanto, de pessoas que trabalham entregando coisas de cá para lá de acordo com o desejo dos usuários de *smartphones*. O título que acompanhava a matéria contribuía com o desconforto da imagem: “12h por dia, 7 dias por semana, R\$936: como é pedalar fazendo entregas por aplicativo”. Essa lista de números que compunham a chamada da reportagem se tratava de uma reconstrução de uma das máximas dos direitos trabalhistas e da sociedade industrial: oito horas de trabalho, oito horas de recreação e oito horas de descanso. Parece não haver mais como retornar a essa contagem do tempo proposta durante o século XX – com a disseminação dos nossos computadores de bolso, as oito horas são facilmente extrapoladas e mesmo os atos de lazer são atos de vigia”. Extraído de: <https://raphaelfonseca.net/Canseira>.

Figura 5 - Entregadores de aplicativos no Brasil aguardando um novo chamado no Monumento das Musas



Fonte: Raphael Fonseca

6. Propagandas da empresa multinacional americana *Uber*, prestadora de serviços de transporte através de aplicativo e que estimula a autonomia e independência enquanto espolia seus “colaboradores”: Extraído de: <https://amostrasepromocoes.com.br/motorista-uber-sp-e-rj-ganhe-dinheiro-e-seja-seu-proprio-patrao/>, e <https://www.oficialblog.org/2014/11/ate-quem-nao-tem-veiculo-proprio-pode-trabalhar-para-uber.html>.

Figura 6 - Propagandas da empresa multinacional americana *Uber*



Fonte: Amostra e Promoções

Figura 7 - Propagandas da empresa multinacional americana *Uber*



Fonte: Oficial Blog

7. O capitalista por trás do suposto empreendedor, em referências de imagens e conceitos que misturam os primórdios do capitalismo aos dias atuais. O símbolo afixado atrás do coche sugere a suástica nazista. Charge de Vitor Teixeira extraído de <https://www.facebook.com/Boitempo/photos/-breque-nos-apps-%EF%B8%8F-julho-começa-com-a-primeira-paralisação-nacional-dos-entregad/3047386685309414/>.

Figura 8 - Charge de Vitor Teixeira



Fonte: Facebook

8. Imagem extraída do Instagram. Autor desconhecido. Em tradução livre: “você não é um capitalista, você é um trabalhador explorado com Síndrome de Estocolmo”.

Figura 9 - “você não é um capitalista, você é um trabalhador explorado com Síndrome de Estocolmo”



Fonte: Instagram

9. Charge de Toni revela a precarização do trabalho do entregador de comidas, sem direitos. Extraído de <https://twitter.com/frentebrasilpop/status/1278311262380797952>.

Figura 10 - Charge de Toni revela a precarização do trabalho do entregador de comidas, sem direitos



Fonte: Twitter

10. Greve dos Apps em julho de 2020 com pauta de aumento do valor mínimo por entrega, aumento do valor por quilômetro, fim dos bloqueios e desligamentos indevidos, vale-refeição, seguro de vida, roubo e acidentes e auxílio-pandemia. O auxílio-pandemia incluía não apenas a distribuição de EPIs como álcool em gel e máscaras aos entregadores, como também licença remunerado caso sejam contaminados pela Covid-19 durante o trabalho. Extraído de: <https://www.tudocelular.com/curiosidade/noticias/n159020/entregadores-exigem-direitos-trabalhistas-em-greve.html>.

Figura 11 – Greve dos Apps em julho de 2020



Fonte: Tudo celular

11. A estética fascista na tomada monumental dos beliches, da série Round 6. Extraído de: <https://www.archdaily.com.br/br/969598/squid-game-minimalismo-cool-e-espacos-de->

opressao/615b95a8124834016477b913-squid-game-minimalismo-cool-e-espacos-de-opressao-imagem.

Figura 12 - A estética fascista na tomada monumental dos beliches, da série Round 6



Fonte: Archdaily

12. O labirinto em tons pastéis que remetem a ambientes infantis na série *Round 6* - Extraído de <https://www.forbes.com/sites/paultassi/2021/10/12/netflix-wants-to-make-a-squid-game-video-game/?sh=14f5629952c4>.

Figura 13 - O labirinto em tons pastéis que remetem a ambientes infantis na série *Round 6*



Fonte: Forbes

13. Os personagens Cho Sang-woo e atrás Seong Gi-Hun, o protagonista da série *Rond 6* na preparação para o próximo jogo, em que a competição é exacerbada. Extraído de <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/tv/noticia/2021/10/round-6-por-que-a-serie-mudou-de-nome-somente-no-brasil-ckuo2nxqk000g017f2xzjpasyl.html>.

Figura 14 - Os personagens Cho Sang-woo e atrás Seong Gi-Hun



Fonte: Gauchazh.clicrbs

14. O retrato do *homo economicus precario*, ser humano calculista de sua dívida e miséria, na brilhante atuação do ator Lee Jung-Jae em cena da série Round 6. Extraído de <https://www.thethings.com/who-is-lee-jungjae-what-we-know-about-the-star-of-squid-game/>.

Figura 15 - O retrato do *homo economicus precario*

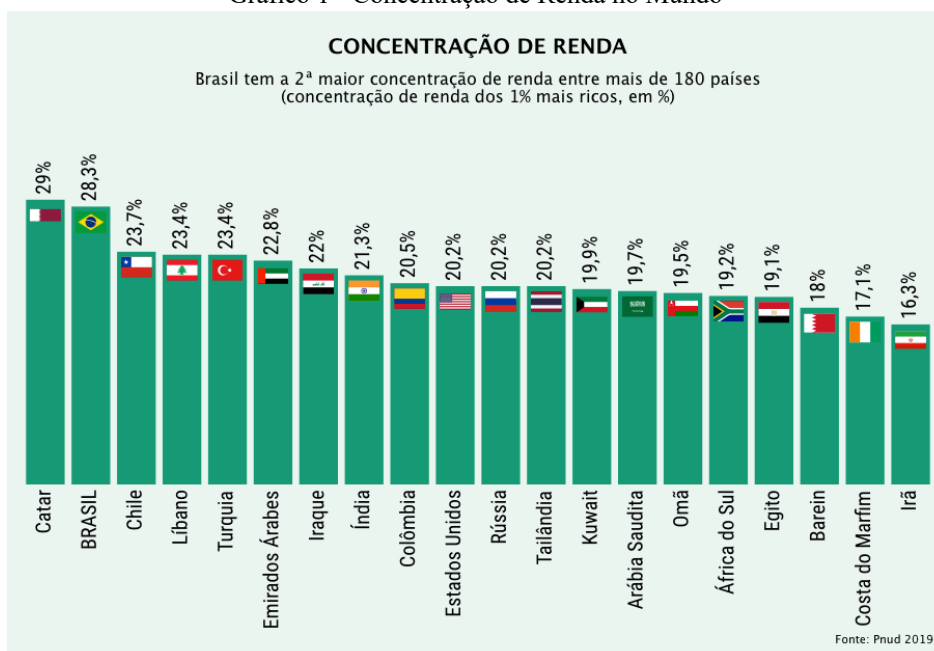


Fonte: Thethings

Anexos 2 – A DESIGUALDADE SOCIAL

1. Concentração de Renda no Mundo – Publicado em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>.

Gráfico 1 - Concentração de Renda no Mundo



Fonte: Senado

2. Regimes Desigualitários no Mundo – Disponibilizado por: PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Gráfico 2 - Regimes Desigualitários no Mundo 2018

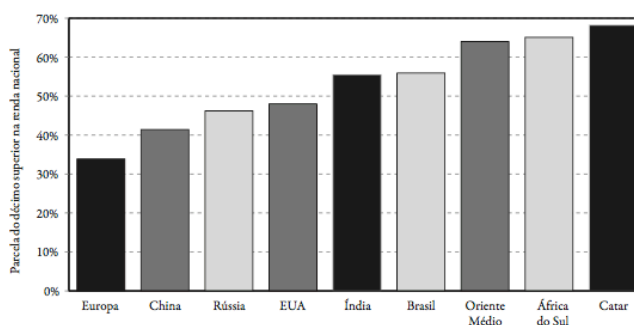


GRÁFICO 13.2. Os regimes desigualitários no mundo em 2018
Em 2018, a parcela do décimo superior (os 10% das rendas mais elevadas) na renda nacional era de 34% na Europa, 41% na China, 46% na Rússia, 48% nos Estados Unidos, 55% na Índia, 56% no Brasil, 64% no Oriente Médio, 65% na África do Sul e 68% no Catar.
Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Fonte: Piketty (2020)

3. A desigualdade entre Europa, Estados Unidos e Oriente Médio. Disponibilizado por: PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Gráfico 3 – A desigualdade em 2018: Europa, Estados Unidos e Oriente Médio

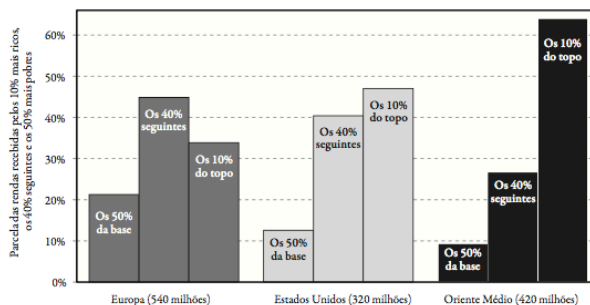


GRÁFICO 13.3. A desigualdade em 2018: Europa, Estados Unidos e Oriente Médio
A parcela dos 10% com rendas mais elevadas atinge 64% da renda total no Oriente Médio (420 milhões de habitantes), contra 9% para os 50% mais pobres. Na Europa (União Europeia expandida, ou seja, um total de 540 milhões de habitantes), essas duas parcelas são de 34% e 21% respectivamente, e nos Estados Unidos (320 milhões de habitantes) de 47% e 13%.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Fonte: Piketty (2020)

4. A desigualdade entre Europa, China, Estados Unidos e Oriente Médio. Disponibilizado por: PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Gráfico 4 – Os regimes desigualitários no mundo em 2018

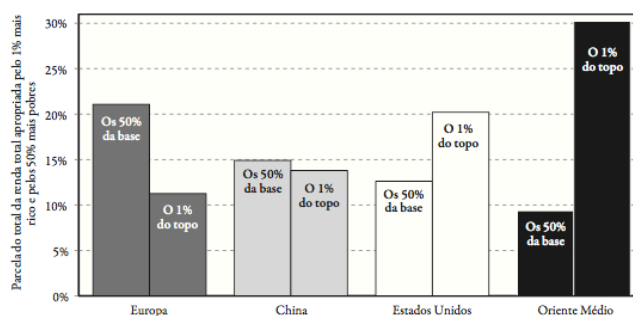


GRÁFICO 13.4. Os regimes desigualitários no mundo em 2018: os 50% da base *versus* o 1% do topo.

A parcela referente ao 1% da renda mais elevada no total atinge 30% da renda total no Oriente Médio, contra 9% para os 50% mais pobres. Na Europa, essas duas parcelas são de 11% e 21%, na China de 14% e 15% e nos Estados Unidos de 20% e 13%.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Fonte: Piketty (2020)

5. A desigualdade entre os 10% do topo e os 50% de base. Disponibilizado por: PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Gráfico 5 - A desigualdade entre os 10% do topo e os 50% de base

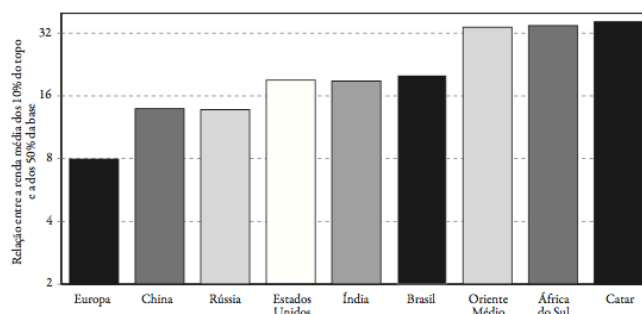


GRÁFICO 13.5. A desigualdade entre os 10% do topo e os 50% da base em 2018

Em 2018, a relação entre a renda média do décimo superior (os 10% com rendas mais elevadas) e a da metade inferior (os 50% mais pobres) era igual a 8 na Europa, 14 na China e na Rússia, 19 nos Estados Unidos e na Índia, 20 no Brasil, 34 no Oriente Médio, 35 na África do Sul e 36 no Catar.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Fonte: Piketty (2020)

6. A desigualdade entre o 1% do topo e os 50% da base. Disponibilizado por: PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Gráfico 6 - A desigualdade entre o 1% do topo e os 50% da base

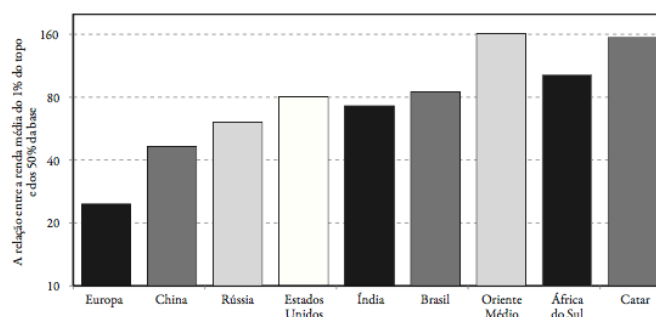


GRÁFICO 13.6. A desigualdade entre o 1% do topo e os 50% da base em 2018

Em 2018, a relação entre a renda média do centésimo superior (o 1% das rendas mais elevadas) e da metade inferior (os 50% mais pobres) era igual a cerca de 25 na Europa, 46 na China, 61 na Rússia, 80 nos Estados Unidos, 72 na Índia, 85 no Brasil, 161 no Oriente Médio, 103 na África do Sul e 154 no Catar.

Fontes e séries: ver www.intrinseca.com.br/capital-e-ideologia/anexo-tecnico.

Fonte: Piketty (2020)